



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRITU SENSU  
EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE**

**Comunidade Mumbuca: Vivendo os entraves e  
desafios por ter seu território incorporado ao  
Parque Estadual do Jalapão - TO**

Palmas – TO  
2009

THELMA VALENTINA DE OLIVEIRA FREDRYCH

## **Comunidade Mumbuca: Vivendo os entraves e desafios por ter seu território incorporado ao Parque Estadual do Jalapão - TO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, da Universidade Federal do Tocantins / UFT, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente.

Orientador: **Prof. Dr. Waldecy Rodrigues**

Palmas – TO  
2009

THELMA VALENTINA DE OLIVEIRA FREDRYCH

## **Comunidade Mumbuca: Vivendo os entraves e desafios por ter seu território incorporado ao Parque Estadual do Jalapão - TO**

Dissertação apresentada para avaliação no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, da Universidade Federal do Tocantins/ UFT, realizada pela Banca Examinadora composta pelos professores:

Aprovado em:

### **Banca Examinadora**

Prof. Dr. Antonio Carlos Diegues  
Universidade de São Paulo – USP

Assinatura\_\_\_\_\_

Prof. Dr. José Ramiro Lamadrid Maron  
Universidade Federal do Tocantins – UFT

Assinatura\_\_\_\_\_

Prof. Dr. Lúcio Flávio M. Adorno  
Universidade Federal do Tocantins – UFT

Assinatura\_\_\_\_\_

Prof. Dr. Waldecy Rodrigues (Orientador:)  
Universidade Federal do Tocantins – UFT

Assinatura\_\_\_\_\_

Palmas – TO  
2009

## RESUMO

O Parque Estadual do Jalapão (PEJ) é um dos cenários mais surpreendentes do planeta, localizado na região leste do Estado do Tocantins. Seu relevo é marcado por extensa e contínua superfície plana de arenitos, e um pacote rochoso dando origem aos vales e as serras. Essa configuração especial contribuiu para uma rica biodiversidade que justifica a implantação da Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral naquele local. Dentre as riquezas do Jalapão encontra-se a Comunidade Mumbuca, com o modo de reprodução social tradicional que em 2001, viu seu território incorporado ao PEJ.

Só foi possível pesquisar a sociedade Mumbuca na sua interação com a natureza de um lado, e com a sociedade mais ampla, de outro, recorrendo a *transdisciplinaridade*, pois só através da correlação de saberes que é plausível captar realidades tão distintas. Todavia, para analisar as relações sociais a partir do modo de produção do grupo, assim como, suas representações e interpretações do espaço usamos a Antropologia Econômica.

Hoje, os moradores de Mumbuca são coagidos nas suas práticas de interação tradicional com a natureza, assim como, correm o risco de terem que sair dali, ou perderem suas *fazendas*. A lei é contra eles o objetivo básico das UC Proteção Integral é *preservar a natureza*, ou seja, o princípio da administração do Parque é preservacionista, o querem sem a presença humana, e mantendo a natureza intocada.

Desta forma, há um conflito de interesses, de um lado, a Comunidade Mumbuca que para reproduzir seu modo de vida, precisa estar ali no seu espaço, construído-se através de gerações; e de outro, o Governo do Tocantins, a NATURATINS, e toda a hegemonia que legitima a preservação da natureza apartada da vida humana, mantendo a dicotomia homem e natureza, não percebendo, que foi este o modo de vida que levou a ruína do planeta, e de muitas sociedades humanas.

Pensando a partir da perspectiva da Ecologia Social, procuramos analisar os entraves e desafios por que passa a Sociedade Mumbuca, e outras comunidades, em situações similares pelo Brasil e pelo mundo afora, que especulamos algumas saídas, não só do impasse entre elas e os Parques, mas de respeito à natureza e a própria humanidade.

## ABSTRACT

The State Park Jalapão is one of the most amazing sceneries in the world, located in the east region of Tocantins state its relief is marked by the big continuous flat surface of sandstone, and a package leading to rocky hills and valleys. This special configuration contributed to a rich biodiversity which would justify the implantation of Conservation Unit, (UC) in that place. Among all Jalapão treasures we can find "Mumbuca Community ", with a traditional way of social reproduction that, in 2001, saw its territory into PEJ.

The only possible search in Mumbuca society says that, first, in its interaction with nature, and by the other hand, its relationship to a bigger society, using transdisciplinarity, because only through the correlation of knowledge it is plausible to capture such different realities. Therefore, to have a better idea about the social relations from the way of production of group, its representations and interpretations of space, using of economy Anthropology.

Nowadays, habitants of Mumbuca are bothered in their practices of traditional interaction with nature, as their afraid of having to leave the land, or losing their farms. the law is against them: the basic "UC Full Protection" objective is to *preserve nature*, it means, the intention of the park's existence is to preserve, and they want it without human presence, and keeping nature untouched.

This way, there's a fight of interests, on one hand, the Mumbuca Community to reproduce its way of life, that needs to be there in its space, building through generations; and on the other hand, the government of Tocantins, Naturatins, and all hegemony that protects the preservation of nature beyond human life, keeping the man's opposition nature, not noting this was the path which ended up in the ruin of the planet and many human societies.

Thinking from a Social Ecological vision, we try to analyze the challenges that Mumbuca society has to face, and other communities, in similar situations to Brazil and the whole world, and we also look for some exits, not between them and Conservation Unities, but in respect to own humanity.

## Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço sinceramente ao Professor José Ramiro Lamadrid Maron, que se não fosse por ele não estaria concluindo esse trabalho, agradeço sua amizade, suas conversas, seu apoio, e sua sabedoria que muito me inspiraram a continuar no caminho.

Em segundo lugar, agradeço ao Professor Waldecy Rodrigues que se mostrou um companheiro todos estes anos de trabalho, propiciou toda a estrutura física e material para que a pesquisa fosse feita, me ensinou muita coisa, mas, a mais importante delas foi ser um pouco mais objetiva, e acima de tudo, por ter tido muita paciência nos momentos que achei que não fosse conseguir.

Agradeço também ao Governo Municipal de Palmas na figura do Prefeito Raul Filho e da Primeira Dama Solange Dualibe, pelo apoio a minha iniciativa de fazer a especialização no Programa de Mestrado de Ciências do Ambiente na UFT, e pelo incentivo do nosso querido Reitor Alan Barbiero.

As colegas Ilda Helena Nunes e Edmárcia Lira, agradeço especialmente, pois muito me ajudaram ao aplicar parte dos questionários em campo, e também por terem me dado muito apoio nas inúmeras vezes que me sentia sozinha ao escrever.

Tenho que agradecer ao Professor Antonio Carlos Diegues, pois, descobri através de sua literatura a importância das Sociedades Tradicionais, e com isso consegui *enxergar* por detrás dos pré-conceitos a População de Mumbuca.

Agradeço de coração a todos da Comunidade Mumbuca que não saem do meu pensamento e do meu coração, dada a bondade com que nos receberam, a amizade que deram, sinto-me devedora de tanto que me ensinou, e tão pouco posso retribuir.

Agradeço também, aos alunos que compartilham comigo os meus pensamentos.

E por fim, e não menos importante, agradeço a minha mãe, Vera Diva, amante do conhecimento, que sempre me inspirou a continuar estudando. Ao meu amado marido, José Fredrych, que sem ver muita finalidade em tanto sacrifício, me acompanhou a todos os cantos; com graça, cobrou minhas noites não dormidas e com carinho, me apoiou. E aos mais amados filhos a Fernanda, Luiz Rodrigo e Pedro José, e a esses, peço perdão pelo tempo que lhes roubei, de conversa, da companhia, de um telefonema, mas, espero que lhes compense no exemplo de dedicação.

Agradeço a Deus.

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>10</b>
<b>Capítulo 1 – Relação Homem e Natureza.....</b>	<b>12</b>
<b>Capítulo 2 – Unidades de Conservação .....</b>	<b>17</b>
2.1. Histórico.....	17
2.2. O Modelo de Unidade de Conservação .....	19
2.3. Unidades de Conservação no Brasil .....	20
2.4. Panorama das Unidades de Conservação.....	22
<b>Capítulo 3 – Materiais e Métodos .....</b>	<b>24</b>
3.1. Histórico Socioambiental.....	25
3.1.1. Mito de Origem.....	26
3.1.2. Os de <i>Dentro</i> e os de <i>Fora</i> .....	28
3.1.3. Memória das Anciãs .....	29
3.2. Características da Comunidade Mumbuca .....	33
3.3. Análises das Práticas de Produção e Subsistência .....	35
3.4. Método Delphi Ecológico .....	39
<b>Capítulo 4 – Resultados e Discussões.....</b>	<b>46</b>
4.1. A História Socioambiental do Lugar.....	46
4.1.1. Mito de Origem.....	49
4.1.2. Os de <i>Dentro</i> e os de <i>Fora</i> .....	56
4.1.3. Memória das Anciãs .....	57
4.2. Características da Comunidade Mumbuca .....	66
4.2.1. Casas de Adobe.....	67
4.2.2. O Banheiro.....	70
4.2.3. As Residências .....	74
4.2.4. Tipo de Iluminação.....	76
4.2.5. A Água.....	77
4.3. Análises das Práticas de Produção e Subsistência .....	79
4.3.1. A Lavoura.....	80

4.3.2. Beneficiamento da Farinha...	81
4.3.3. A Pecuária.....	81
4.3.4. Capim Dourado.....	82
4.3.5. Extração do Capim Dourado.....	84
4.3.6. Artesanato Capim Dourado .....	86
4.4. Método Delphi .....	89
4.4.1. Qual sua opinião sobre a existência da UCPI?.....	89
<b>Conclusões Finais .....</b>	<b>115</b>
<b>Referência Bibliográfica.....</b>	<b>118</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>126</b>

**Siglas Mencionadas:**

**APA** - Área de Proteção Ambiental

**ARIE** – Área de Relevante Interesse Ecológico

**ARPA** - Programa Áreas Protegidas da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente

**ESEC** – Estação Ecológica

**IBAMA** – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**INCRA**- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**INPA** - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

**MMA** – Ministério do Meio Ambiente

**NATURATINS** – Instituto Natureza do Tocantins

**NUPAUB** - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras

**NUPEEA** – Núcleo de Publicações em Ecologia e Etnobotânica Aplicada

**PARNA** – Parque Nacional

**PEJ** – Parque Estadual do Jalapão

**RPPN** – Reservas Particulares do Patrimônio Natural

**SAF's** – Sistemas Agroflorestais.

**SEAGRO** – Secretaria da Agricultura Pecuária e Abastecimento

**SNUC** - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

**UC** – Unidade de Conservação

**UCs** – Unidades de Conservação

**UCPI** – Unidade de Conservação de Proteção Integral

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e a Cultura

**BID** – Banco Interamericano de Desenvolvimento

## Introdução

A pesquisa que gerou esta dissertação teve como objetivo analisar de que maneira a Comunidade Mumbuca – uma sociedade tipicamente tradicional, que vive a mais de um século no Jalapão, TO, Brasil – foi afetada no seu modo de vida, na sua capacidade de reprodução social, e principalmente na sua perspectiva de futuro, depois que em 2001, suas terras foram incorporadas ao Parque Estadual do Jalapão, uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, que tem entre suas normativas não permitir a presença de moradores no seu interior.

O Parque Estadual do Jalapão (PEJ) tem como gestor o Estado do Tocantins, na figura do Instituto de Natureza do Tocantins (NATURATINS), a instituição responsável pela administração do PEJ. A exemplo de outros Parques Nacionais, Estaduais ou Municipais a finalidade do Parque Estadual do Jalapão é de preservação da biodiversidade, servir de ambiente para pesquisa, e de espaço para o turístico sustentável (NATURATINS, 2003), essa categoria segue uma classificação de Unidades de Conservação adotada no Brasil, mas seguindo a tendência estabelecida depois de cinco Congressos Mundiais de Parques (Seattle, nos EUA, 1962; Banff, no Canadá, 1972; Bali, Índia, 1982; Caracas, Venezuela, 1992; Durban, África do Sul, 2003), expressa na Lei 9.984/2000 que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (ARAUJO, 2007, p.51).

O SNUC<sup>1</sup> classifica as UCs em duas categorias específicas: as de **Proteção Integral** que tem como objetivo básico preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, por isso, a incompatibilidade da *morada humana*, e as de **Unidade de Uso Sustentável**, que tem como objetivo básico compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Cada unidade dessas tem subdivisões (Estação, Reserva, Parque, Refúgio, Monumento, Área de Proteção, Floresta Nacional) que corresponderá à natureza da área *separada* para unidade.

O importante é ressaltar aqui as orientações do SNUC, que são as orientações dos congressos mundiais, de que os objetivos gerais da UCs vão além da conservação da natureza: são sociais e econômicos, são culturais e científicos, é turística, como forma de contribuir para a economia local e valorizar os “ambientes selvagens”; como

---

<sup>1</sup> As Unidades de Conservação serão estudadas de maneira adequada no capítulo 3 deste trabalho.

princípio a administração deverá ser de muitos parceiros, com ajuda da população local, voltada para essa população; deverão ser planejadas como parte de um sistema nacional, regional ou internacional; desenvolvidas como redes; seus patrimônios pertencem à comunidade, mas também são de interesse internacional; devem ser geridas de formas adaptativas e com sensibilidade política; e finalmente, financiadas por fontes múltiplas (ARAÚJO, 2007, p. 52).

O Parque Estadual do Jalapão reflete esta dicotomia, pois, de um lado, como Unidade de Conservação de Proteção Integral, da categoria Parque é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites já foram desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei (TOCANTINS, 2005)<sup>2</sup>. Por outro lado, sua *gerência* segue as orientações do SNUC, na administração participativa junto às comunidades locais, ao turismo sustentável etc. Estas ações aparecem expressas, na Lei N° 1.560, de 5/abr/2005, Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (SEUC), que reitera todas as determinações do SNUC, inclusive “adotando” um Plano de Manejo para o PEJ (2003) feito consultando as 28 comunidades locais, totalizando 1071 pessoas que vivem dentro, ou em torno da Unidade de Conservação (UC) (CI Brasil/MMA, 2002); a formação do Conselho Deliberativo com a participação das comunidades (NATURATINS, 2003), turismo sustentável (ADORNO et al. 2008; RODRIGUES et al. 2007), entre outros.

Neste contexto, de um mundo globalizado e mercantilizado (SANTOS, 2004) a Comunidade Mumbuca, vive, e reproduz o seu modo de vida, naquele território por várias gerações; tem dependência da natureza; quase nenhuma acumulação de capital; desenvolve várias atividades nas suas unidades familiares (agricultura de subsistência, criação de animais, artesanato, produção de farinha); portanto, caracteriza-se como sociedade tradicional (DIEGUES, 2004; DIEGUES & NOGARA, 2005), estando dentro de um Parque Estadual, sofre o conflito de ter que seguir as determinações de manejo dos recursos naturais dos administradores do PEJ, a Naturatins, que ferem muitas vezes, suas práticas centenárias de interação com a natureza (BAILEY, 1992; BROW, K. & BROW, G., 1992; GÓMEZ-POMPA & KAUS, 1992; LEVEQUE, 1997; POSEY, 1987 apud DIEGUES, 2000, pp. 38- 40), sem falar na ameaça constante de poder ser *retirada* da área.

---

<sup>2</sup> DECRETO No 2.356, do Governo do Estado do Tocantins de 24 de fevereiro de 2005, que efetiva a *desapropriação* das áreas que comportam o PEJ, inclusive onde está a Comunidade Mumbuca, e as terras de sua população. O decreto de desapropriação segue a lei do SNUC, reiterada pelo SEUC.

## Capítulo 1 – Relação Homem e Natureza

As civilizações antigas, comunidades indígenas, ribeirinha, extrativistas, de pescadores artesanais, (chamadas de tradicionais) imaginam que a natureza é tão viva quanto elas próprias. Muitos povos que vivem hoje em ambientes naturais tendem a não dividir a natureza em coisas vivas e não vivas (DIEGUES, 2004, p. 14). Para os gregos o contrário de “caos” era o “cosmos”, que em grego significava mundo (SAHTOURIS, 1991 apud MERICO, 2001, p. 251).

Segundo Lovelock (1988), em algum momento, milhares de anos antes da era cristã houve uma transformação desta visão de interação do homem com a natureza e “foi substituída por outra a qual as pessoas e seus deuses encontravam-se em uma posição externa e superior a natureza, reivindicando para si o direito de explorar as dádivas do mundo natural” (LOVELOOK 1988 apud MERICO, 2001, p. 252).

Essa tradição de antagonismo entre natureza e cultura se moderniza e renova na entrada da idade moderna pela “compreensão iluminista de uma natureza controlada pela razão, pela visão pastoral idílica do naturalismo inglês do século XVII, pelas novas sensibilidades burguesas do século XVIII, pelo romantismo europeu do século XVIII e XIX e pelo imaginário edênico sobre a América” (CARVALHO, 2002, p.40).

Os ensinamentos de *decoro e boas maneiras* de Erasmos de Rotterdam (1530), lançado no livro *De civilitate morum puerilium*<sup>3</sup>, na Europa do século XVI foi um marco de formação da base ideológica da modernidade, onde a aristocracia burguesa toma para si a idéia de civilização a partir da qual, promove mudanças de modos e comportamento através do controle “da natureza” humana. Esta idéia de civilização da sociedade europeia é a de refinamento através do autocontrole: dos gestos, dos modos à mesa, da maneira de andar, sentar, olhar, comer, limpar o nariz, “cuspir” etc., Ser civilizado passa a ser o lócus das boas maneiras, do bom gosto e da sofisticação, em contraponto, aos homens que vivem na barbárie, na natureza selvagem (ELIAS, 1994, p.40). Ser civilizado passa a ser definitivamente oposto ao estado de natureza, ter a natureza domada.

A cidade se transforma no lugar do culto e o campo do inculto, “alguns indivíduos eram vistos como animais, pois não se comportavam como civilizados (os

---

<sup>3</sup> O título em português seria **A Civilidade em Crianças**, nos seis primeiros anos de publicação houve 30 edições, no conjunto um total de 130 edições até o século XVIII. Foi traduzido para o inglês, alemão e tcheco, a partir deste livro surgiram outros manuais intitulados *Civilité* ou *Civilité puerile* (ELIAS, 1994, p. 68).

pobres, as mulheres, os jovens, os doentes mentais, os aleijados) por isso podiam ser sujeitados ou marginalizados” (THOMAS, 1983 apud DIEGUES, 2004, p. 23).

Essa mudança de sensibilidade que ocorre a partir do século XVI e vai se acentuando na Europa, principalmente em países como a França, Inglaterra e Alemanha trás consigo a concepção da natureza não transformada, como não cultural. Tal dicotomia: homem/natureza é retomada da antiguidade por influências que vão do cristianismo a filosofia aristotélica, por uma série de transformações socioeconômicas que ocorrem de forma acelerada nesse período (ligadas a ascensão da classe burguesa e do modo de produção capitalista), fazendo com que pensadores reconstruam o conflito cultura e natureza que irá “perpetuar-se” até a contemporaneidade. “René Descartes e Francis Bacon proclamariam que o homem deve submeter o mundo natural a seus próprios desígnios, escravizando-o – na expressão do último – se necessário, o que muito iria influenciar os tempos posteriores, particularmente a ciência” (ANDRÉ, 2005, p.2).

O mundo cultural passa a estar em outra dimensão do mundo natural, porém esse deve ser utilizado como fonte para o “progresso” do mundo moderno, esse paradigma é novo em relação aos da Idade Média cuja natureza era uma representação do Divino, fonte de vida e sobrevivência, agora há uma separação entre matéria e espírito, mente e corpo (ANDRÉ, 2005), e até pensadores como Jacques Rousseau (século XVIII) – teórico do iluminismo – que afirma que o *homem em estado de natureza é bom*, diz que este mesmo homem para viver em sociedade tem que *desnaturalizar-se*, ou seja, é necessário que ele abra mão de sua liberdade natural em nome do pacto social, para submeter-se ao Estado, viver em sociedade (ROUSSEAU, S/d, pp. 26-28) uma forma de “natureza organizacional”, do lado oposto da verdadeira natureza.

Enfim, com o iluminismo, e a racionalização das ciências separadas definitivamente da natureza admite afirmações:

[...] é total a separação entre a natureza e o ser humano. A natureza é tão-só extensão e movimento; é passiva, eterna e reversível, mecanismo cujos elementos se podem desmontar e depois relacionar sob a forma de leis; não tem qualquer outra qualidade ou dignidade que nos impeça de desvendar os seus mistérios, desvendamento que não é contemplativo, mas antes activo, já que visa conhecer a natureza para a dominar e controlar. Como diz Bacon, a ciência fará da pessoa humana “o senhor e o possuidor da natureza” (SANTOS, 1995, p. 4, grifos do autor).

Por outro lado, com a Revolução Industrial a vida na cidade, antes tão valorizada em oposição, a vida do campo, passa a ser criticada, pois além do ambiente fabril tornar-se irrespirável (DIEGUES, 2004, p.24), a vida na Inglaterra descrita no começo do século XIX, lembra mais um filme de terror:

Que cidades! Sobre elas pairavam nuvens de fumaça, viviam impregnadas de sujeira e os serviços básicos – o abastecimento de água, os serviços sanitários, a limpeza das ruas, parques e jardins etc. – não conseguiam atender as levas e levas de homens que para elas migravam. Essa situação calamitosa era responsável, sobretudo depois de 1830, pelas epidemias de cólera, de febre tifóide e as constantes e pavorosas perdas humanas causadas pelos dois grandes agentes mortíferos que assolavam os centros urbanos do século XIX: a poluição do ar e da água, ou as doenças intestinais e respiratórias... As populações das novas cidades [...] viviam apinhadas em cortiços superpovoados, cujo aspecto desolador confrangia o coração daqueles que se aventuravam a observá-los. “a civilização opera milagres”, escreveu o grande liberal francês de Tocqueville referindo-se a Manchester, “e o homem civilizado regride quase ao estado de selvageria” (HUNT; SHERMAN, 1997, pp. 74-75)

Os autores descrevem um cortiço no distrito de Glasgow, hoje Escócia, que retrata bem o modo de vida da classe operária na Revolução Industrial na consolidação do capitalismo. O cortiço abrigava:

[...] uma população flutuante que variava de 15.000 a 30.000 pessoas. Esse distrito compõe-se de várias ruas estreitas e pátios quadrados; no centro de cada pátio, há uma esterqueira. O aspecto exterior desses locais era repulsivo, mas o pior estava por vir: eu não estava preparado para a sujeira e miséria que encontraria no interior das casas. Em alguns quartos de dormir que visitamos à noite, deparamos com multidões de gente espalhadas pelo chão. Dormiam aí de 15 a 20 homens e mulheres amontoados, uns vestidos, outros nus. Raras eram as mobílias e a única coisa que dava a estes buracos a aparência de uma moradia era o fogo ardendo na lareira. O roubo e a prostituição constituem as principais fontes de renda dessas pessoas (HUNT; SHERMAN, 1997, p. 75)<sup>4</sup>.

Enquanto isso, depois do invento da máquina a vapor os avanços tecnológicos não pararam, no século XIX a Inglaterra já havia mais que dobrado sua produção industrial, por ser uma grande produtora de carvão era “preferencialmente” apta ao desenvolvimento industrial, tornando-se potencia política e econômica do século XIX, trazendo crescente acúmulo de capital as suas classes produtoras,

---

<sup>4</sup> Essa passagem do livro de Hunt & Sherman, (1997), **História do Pensamento Econômico**, Petrópolis: Vozes, foi tirada de uma citação feita por F. Engels, *The Condition of the Working Class in England in 1844* (Nova Iorque: Macmillan, 1958, p. 46) a partir do relato de um comissário governamental da época.

O momento que os pobres chegaram ao extremo da penúria [...] “coincidiu” justamente o momento em que a classe média não sabia mais o que fazer com todo o capital acumulado, investindo-o desenfreadamente na construção de ferrovias ou na aquisição de opulentas mobílias, exibidas na Grande Exposição de 1851, ou ainda em suntuosas construções municipais [...] nas cidades fumacentas do norte (HUNT; SHERMAN, 1997, p. 72, grifos nosso).

Surge dentre essas classes uma idealização do campo, como lugar de contemplação, de reflexão de isolamento espiritual, em oposição a aspecto deplorável das cidades (THOMAS, 1983 apud DIEGUES, 2004).

Segundo, Corbim (1989 apud DIEGUES 2004), no início do século XIX os ingleses passam a valorizar o mar e a praia, as ilhas como locais de manifestação da natureza, os viajantes buscando lugares pitorescos em praias isoladas, costões e ilhas “selvagens”, sem falar dos escritores românticos que faziam da “natureza selvagem” um lugar de descoberta da alma humana, do paraíso perdido, do refúgio e da intimidade, da beleza e do sublime (p. 24).

Essa idealização da natureza selvagem do século XIX teve grande influência na criação de áreas naturais protegidas, como ilhas de grande beleza e valor estético que conduziam o homem a meditação das maravilhas da natureza intocada. Exatamente este conceito que é *exportado* para os EUA, neste mesmo século, que depois de ter exterminado os índios, e expandido sua fronteira para o oeste, viu-se com grandes áreas não habitadas. Passou então a inserir os Parques Nacionais, como áreas naturais e selvagens (*wilderness*), disponíveis as populações urbanas para fins de recreação, seu primeiro Parque Nacional foi de Yellowstone, em 1872, o primeiro parque público no mundo.

Desta forma, e não poderia ser diferente, o homem herdeiro capitalista do iluminismo, aderiu rapidamente à idéia dos parques, antagônico e dialético, está longe e perto da natureza, ao criar as unidades de conservação na tentativa de estancar a biodiversidade, vê a devastação do meio ambiente escapar de controle, ao buscar culpados: na pobreza, na ilegalidade, no contrabando, esquece que a devastação é consequência de seu modo de produção.

Como produzir sem energia? Sem terras? Sem minérios? Sem água? Sem madeira? Sem poluição? É como abstrair a natureza da produção. Se o homem continuar vendo-se separado da natureza, não há como discutir a crise do meio ambiente; assim como, não é possível conservar a natureza sem reestruturar o modo de produção capitalis-

ta, sem diminuir os padrões de consumo de alguns países, sem considerar a grande desigualdade que há no mundo, é continuar ignorando os limites do planeta Terra.

## Capítulo 2 - Unidades de Conservação

### 2.1. História:

A separação de áreas para preservação é um fenômeno antigo, assim como é diversa a finalidade dada aos espaços separados e aos recursos conservados, cada um deles tomam novos significados ao longo da história a partir da ação e da prática humana.

Falam-se de que "as áreas protegidas existem desde o ano 250 a.C., quando na Índia já se protegiam certos animais, peixes e áreas florestadas" (SCHENINI, 2004, p. 2). Ainda, segundo Oliveira (1999) no Irã em torno de 5.000 a. C. haviam leis para a defesa de territórios destinados a caça; já na Mesopotâmia temos notícias da primeira evidencia do conceito de parque, nas regiões da Assíria e Babilônia, provavelmente em função da escassez das populações de animais que havia na região, fez-se necessário criar reservas de animais nestes primeiros parques (BENNETT, 1983).

Na Idade Média, diante de uma cultura em movimento entre o cultivar agrícola, o coletar frutos, e caçar nos bosques e florestas Européias; para um estágio de progressivo avanço no setor produtivo, do domesticar plantas e animais, da criação de pesqueiros e viveiros em cursos d'águas ou lagos; a relação das comunidades humanas com os bosques e florestas foram alteradas. Nos séculos VI e VII as florestas da Europa eram recursos naturais a dispor da população local, como fonte de frutos, carne, pasto natural para os porcos, fonte de castanhas, de madeira etc. Segundo, Montanari (2003) nos séculos VIII e IX já há documentos (atos processuais), onde juízes procuram saber os limites e as configurações dos bosques, mostrando indícios de que estes espaços incultos passam a ter o acesso controlado.

A reserva dos Bosques e Florestas na Europa no período medieval se dá basicamente para preservação de terras para cultivo posterior, ou para preservação de caças e frutos para desfrute apenas das classes dominantes (ROCHA, 2002). No entanto, esta prática de separar áreas incultas nunca foi um processo pacífico;

Passada o grande período de fome na Idade Média, continua-se a prática de separar áreas, porém com novos propósitos, o não de reserva de comida (caça ou frutos). Na Suíça, em 1569, foi criada uma reserva para proteger o antílope europeu e no séc. XVIII, a França criou Parques Reais, que chegaram a ser abertos ao público.

Na Inglaterra do século XIX foram criadas reservas conhecidas como “Forest” que ocuparam parte significativa do território inglês e eram destinadas à caça esportiva dos nobres (QUINTAO, 1983).

Neste novo momento histórico, a preservação da maior parte destas áreas incultas relacionava-se aos interesses da realeza e da aristocracia rural. O principal intuito era a manutenção dos recursos da fauna e da conservação de seus respectivos habitats visando o exercício da caça, ou então, a proteção de recursos florestais com fins de uso imediato ou futuro. O objetivo não era a subsistência, como no passado, nem havia qualquer sentido social mais amplo como, por exemplo, o lazer e recreação para o público em geral (VALLEJO, 2003).

Na Idade Moderna temos o período colonial, e depois a Revolução Industrial, junto a eles a expansão dos mercados e uma crescente acumulação de capital. O mundo novo torna-se conhecido, une-se ao antigo pelas relações políticas e comerciais, trazendo consigo mudanças estruturais nos costumes, nas sociedades, nas economias, nas culturas e políticas. Com tais transformações advindas a partir do século XVI, a terra, o trabalho e o capital passaram, cada vez mais, serem as figuras centrais deste novo modo de produção e de mercado. Quaisquer recursos provenientes da Terra passaram a ser dispostos como mercadoria sem que se levasse em conta a degradação ambiental.

Ela (degradação) não está relacionada apenas com as conseqüências da grande transformação urbano-industrial, que começou na Europa no final do século XVIII, mas também com uma série de outros processos macro-históricos que, em parte, foram anteriores. Entre estes processos, pode-se destacar a expansão colonial européia e a incorporação de vastas regiões do planeta a uma economia-mundo sob a sua dominância, inclusive biomas e ecossistemas que não faziam parte da sua experiência histórica anterior. (PÁDUA, 2005, p.154)

O avanço do processo de industrialização no epicentro europeu, consolidados no século XIX, aliados a continua exploração colonial, primeiro nas Américas, depois na África e Ásia, junto ao comércio desigual de matéria prima e produtos agrícolas feito com os países recém independentes, foram fatores fundamentais para a drástica redução dos espaços incultos no decorrer de poucos séculos. “Os problemas ambientais, além de atingir as colônias por conta da intensiva exploração de recursos, manifestavam-se também nas sedes dos próprios países industrializados” (OLIVEIRA, 1999, apud VALLEJO, 2003, p. 3).

O meio ambiente, os povos aborígenes e maioria dos não europeus pagaram a conta da expansão capitalista; os dois primeiros foram na grande maioria dizimados, e os últimos transformados no final do século XX, na maior fonte de mão de obra industrial, com exceção sempre dos EUA e Japão. Não é por acaso que na virada do milênio as maiores questões colocadas são: o destino do ambiente, das gentes, e a crise da expansão.

## 2.2. O Modelo de Unidade de Conservação

Dentro deste contexto histórico, no século XIX concatena nos EUA duas situações ímpares: *primeiro* o surgimento de preservacionistas que compactuam com idéias européias de valorização do mundo selvagem, que vinha desde o século XVIII na Inglaterra em função das más condições da vida urbana, e do ideal romântico do mundo rural, alimentado pelos escritores da época<sup>5</sup> (DIEGUES, 2004) e *segundo*, vinculado ao primeiro movimento, que na América do Norte se resolve criar grandes Parques Nacionais, como monumentos que estabelecesse a identidade nacional americana que carecia de monumentos históricos e artísticos:

Desde sua independência, a nação americana ressentia-se da falta de grandes realizações de seu povo e da ausência de uma herança artística e literária. Isso dificultava o estabelecimento de uma identidade nacional para os americanos, que não tinham, como os europeus, uma admirável herança cultural, constituída de castelos, de belíssimas catedrais e um grande acervo artístico. Assim, as maravilhas naturais começam a substituir, no imaginário do povo americano, as realizações humanas encontradas na Europa. [...] Isso ajuda a explicar porque a idéia de parque nacional se consolidou tão fortemente nos EUA (RUNTE, 1997 apud ARAUJO, 2007, p. 32).

Em março de 1872, houve a criação do Parque Nacional de Yellowstone, que se tornou um marco no conceito de Unidades de Conservação modernas, a partir das leis de sua criação e posteriormente do Serviço Nacional de Parques dos Estados Unidos (NPS), em 1916, “consolidaram-se as bases conceituais para a criação e manejo de parques nacionais, que tiveram forte influência no mundo inteiro (MILLER, 1980 apud ARAUJO, 2007, p. 29). Foram as seguintes:

- Separação da colonização, separação ou venda;
- Algo para benefício e desfrute do público e cujo uso público se dê de maneira a não provocar a deterioração para as futuras gerações;

---

<sup>5</sup> Essas idéias já foram vistas no Capítulo 1 – Mito Homem X Natureza.

- Espaço depositário de recursos naturais e históricos em seu estado natural;
- Livre do uso comercial;
- Manejo voltado para a conservação dos recursos naturais.

A criação do Parque americano foi cercada de polêmicas se o interesse era realmente de preservar área, ou se haviam interesses econômicos por detrás da implantação da reserva, uma vez que a Companhia Ferroviária Pacífico Norte tinha interesse de estender os trilhos até perto da região, e “os americanos tinham o hábito de realizar turismo em regiões selvagens e de grande beleza cênica” (ARAUJO, 2007, p. 31). Sendo como for, à idéia de implantação de Parques para preservação da natureza consolidou-se e contaminou o mundo inteiro.

### **2.3. Unidades de Conservação no Brasil**

Ao longo da história brasileira muitos se levantaram contra a degradação da natureza, no século XIX com a implantação do Parque de Yellowstone, nos EUA, essas vozes, tomaram mais animo frente a batalha contra a atitude predatória. José Bonifácio de Andrada foram um dos intelectuais mais enfáticos, do século XIX, que defendia a preservação dos recursos naturais para a construção da nação, que esse seria um grande trunfo para o progresso futuro e, portanto, deveria ser utilizado de forma inteligente e cuidadosa (ARAUJO, 2007, p.54).

Apesar dos esforços e movimentos dos *conservacionistas* brasileiros o primeiro parque implantado no Brasil foi Parque Nacional de Itatiaia, em 1937, com o interesse na pesquisa científica, de oferecer lazer as populações urbanas e proteger a natureza. Em 1938, é reorganizado o Serviço Florestal, criando a Seção de Parques Nacionais, com o intuito de dar apoio à administração das unidades de conservação. Mais tarde em 1939, inauguram o Parque Nacional de Foz do Iguaçu (ARAUJO, 2007; DIEGUES, 2004).

A partir de então o número de Unidades de Conservação no Brasil se desenvolveu lentamente até a década de 70 com a expansão das fronteiras agrícolas para a Amazônia,

A expansão da fronteira agrícola para a Amazônia trouxe consigo a criação de algumas unidades de conservação importantes nessa região. Essas propostas partiram sobretudo de preocupações científicas e ambientalistas, por causa do rápido desmatamento da Amazônia (QUINTÃO, 1983 apud DIEGUES, 2004, p.115)

O que há de peculiar na criação das unidades de conservação brasileira, é que a maior parte delas foi criada no período de 1970-1989, quando o Brasil estava no poder dos militares, e com o contínuo endividamento na época do país com as organizações internacionais, instituições como Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) exigiam em contrapartida comprometimento com a conservação ambiental, colocando cláusulas contratuais onde o país se comprometia em abrir unidades de conservação e reservas indígenas, por exemplo, principalmente na Amazônia. Sendo assim, as unidades eram implantadas de maneira autoritária, sem nenhuma consulta as populações que viviam nas áreas, e sem a participação da sociedade civil. (DIEGUES, 2004, pp. 116 -117)

Muitos poucos conservacionistas e cientistas tinham acesso fácil ao regime militar, ficando a cargo das vontades o processo de implantação das Unidades de Conservação do país.

Em 1992 foi enviada ao Congresso Nacional a proposta do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que é aprovado na Lei nº 9.984, no ano de 2000. Essa lei é considerada coerente aos paradigmas internacionais das Unidades de Conservação, por ter sido uma compilação das tendências debatidas nos cinco Congressos Mundiais de Parques (ARAUJO, 2007, p.51), e também no Brasil, foi considerada um avanço por ter conseguido unir tendências conservacionistas opostas, dos *preservacionistas* – que acreditam em áreas isoladas para a preservação de biodiversidade sem a presença humana, e de diversas correntes *conservacionistas* – que defendem as comunidades tradicionais indígenas ou não, desde aqueles que as vêem como detentoras de saberes para conservação, até correntes mais brandas que respeitam as comunidades, mas tem propostas de introduzi-las num sistema de manejo sustentável, dentro da lógica capitalista.

Para registro vale ressaltar as categorias possíveis de Unidades de Conservação previstas pelo SNUC (2000).

As Unidades de Conservação podem ser de Proteção Integral, que são subdivididas em: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refugio da Vida Silvestre. As Unidades de Proteção Integral têm como objetivo básico preservar a natureza, sendo admitido apenas uso indireto dos recursos naturais.

E de Uso Sustentável, que são as Áreas de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de

Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural. O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais.

O foco do trabalho está nas Unidades de Conservação de Proteção Integral, na categoria de Parques Nacionais, porque é essa categoria que corresponde o Parque Estadual do Jalapão, que apesar de ser normatizado pela lei estadual nº 1.560, de 5/abr/2005, Sistema Estadual de Unidades de Conservação, ela é uma versão fidedigna do SNUC, como é de lei fazer para os parques estaduais e municipais.

#### **2.4. Panorama das Unidades de Conservação**

Em julho de 2005, o país já tinha delimitado 478 unidades de conservação federais e estaduais de proteção integral (RYLANDS, 2005), e tamanho número de áreas ambientais espalhadas pelo território nacional resultaram, desde então, em desapropriações, deslocação de comunidades para assentamentos, restrições rígidas do uso das reservas naturais, ou ainda, a visitação de turistas, todas essas conseqüências influíram na cultura das comunidades que viviam dentro ou ao redor das UCs.

Em contra partida, o Brasil continua lutando para diminuir o número de queimadas e desmatamentos que apesar de sofrer uma retração em 2007, nunca foi tão grande na região da caatinga como em 2008, chegando a atingir 80 mil hectares de terra (AMBIENTEBRASIL, 2009), mostrando que a transformação de áreas geográficas em Unidades de Conservação de Proteção Integral não tem se revelado a maneira mais efetiva para conservação do meio ambiente, e que o problema do desmatamento e queimada está longe de ser um embaraço criado pelas comunidades tradicionais ou indígenas, onde a natureza é sua casa, a fauna e flora integram-se a sua vida cotidiana, quem vai destruir a biodiversidade, são aqueles humanos que se vêm em oposição a ela, e a tem como uma barreira aos seus objetivos:

Enquanto a floresta tropical amazônica representa para as tribos indígenas o seu hábitat conhecido e acolhedor, morada dos antepassados, para o colono vindo do sul do Brasil, ela representa um obstáculo a ser vencido para se implantar a agricultura e a pecuária moderna. Na realidade eles participam de sistemas econômicos diferentes e cada um desses sistemas determina um modo específico de exploração dos recursos naturais e do uso do trabalho humano, assim como o “bom” e o “mau uso” dos recursos naturais, segundo uma racionalidade intencional específica (DIEGUES, 2004, p.64)

O mesmo ocorre com as chamadas sociedades tradicionais, aborígenes, caiçaras ou rurais que a partir da interação com a natureza formam suas representações simbólicas e míticas, que são os pilares das suas organizações sociais.

Este paradoxo que vem ocorrendo nas nossas reservas naturais:

- De um lado, tem o poder público criando Unidades de Conservação na tentativa de preservar a biodiversidade, deixando vastas áreas despovoadas, desintegrando comunidades não urbanas da natureza, sem capacidade econômica e humana de “vigiar” as terras separadas;
- De outro lado, existem as comunidades não urbanas nas periferias das UCs ou da urbanidade, paralela a uma sociedade dominante buscando o seu crescimento econômico por todo território nacional, uma história cultural expansionista e de dominação de gentes e de áreas,

A partir dessa dualidade foram feitas as análises nos capítulos a seguir, pensando a partir do estudo de caso do Parque Estadual do Jalapão e da comunidade tradicional Mumbuca o quanto o Brasil está preparado para gerir os Parques Estaduais e Nacionais.

Mesmo sendo apenas *uma* situação estudada, será possível refletir de que formas as comunidades podem ser atingidas na implantação dos Parques, quais são as perspectivas de uma População Tradicional em relação a uma Unidade de Conservação, e quais as perspectivas do Poder Público em relação às comunidades e as pessoas que vivem dentro e ao redor das UCs.

### Capítulo 3 – Materiais e Métodos

Tendo como objetivo principal da pesquisa responder as seguintes perguntas:

1º. A Comunidade Mumbuca tem como viver enquanto comunidade tradicional, mantendo suas características culturais, dentro do Parque Estadual do Jalapão?

2º. Dentro da lógica de criação das Unidades de Conservação que vem sendo adotada no Brasil, as comunidades tradicionais podem permanecer no lugar?

Em primeiro lugar é necessário dizer que para a abordagem do tema, foi necessário, de um lado, um “olhar” local, sobre a comunidade em questão: Mumbuca, de outro, o entendimento de situações “universais” para compreender a importância e dinâmica de formação das Unidades de Conservação.

Ao se fazer o deslocamento da análise em diferentes dimensões espaciais, imprescindivelmente, se faz o deslocamento da pesquisa em diferentes campos do conhecimento, e de maneira relacional, ao “costurar” os entendimentos que vão surgindo junto às demandas do objeto; o que poderíamos chamar de uma pesquisa transdisciplinar. Foi indispensável ainda, trilhar os caminhos da antropologia, para conhecer as simbologias e expectativas dos mumbuquenses; e interligar esses conhecimentos com as normas, formas, e ações das instituições da sociedade geral, para isso foi preciso instrumentos da sociologia. Porém, foi necessário fazer *tudo isso*, partindo de uma visão integral do objeto, e recorrendo ao conhecimento, como “fontes de saber”, que fazem parte de um mesmo rio, ora coerentes, como na calmaria, ora discordantes, como na correnteza, mas certamente percorrendo o caminho inverso do Iluminismo.

A comunidade Mumbuca está no Jalapão pelo menos há três gerações, contando que as anciãs da comunidade, nasceram ali, e estão com 80 e 84 anos, e seus pais e avós também ali nasceram. Por outro lado, o Parque Estadual do Jalapão foi implantado no mesmo local em 2001, como uma Unidade de Conservação de Proteção Integral pela grande relevância ecológica do lugar (NATURATINS, 2003).

Ao estudar a Comunidade Mumbuca dentro do Parque Estadual do Jalapão, tínhamos duas preocupações principais em mente: primeira, *como o Povoado de Mumbuca conciliava sua forma de vida tradicional com as exigências de manejo de dentro de um Parque Estadual?*

E segundo, *se é possível a Sociedade Tradicional permanecer no seu lugar, depois deste lugar ser transformado numa Unidade de Conservação de Proteção*

*Integral*, ou seja, dado suas práticas de manejo, permanecer dentro de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, ou mesmo, em seu entorno.

Para responder estas perguntas, foi necessário um estudo da Comunidade Mumbuca, analisar o Modo de Vida e conhecer sua identidade social:

Tome uma lista de tudo o que você considera importante – leis, idéias, relativas à família, casamento e sexualidade; dinheiro; poder político; religião e moralidade; artes; comida e prazer em geral – e com ela você poderá saber quem é quem. Não é de outro modo que se realizam as pesquisas antropológicas e sociológicas. Descobrir como as pessoas se posicionam e atualizam as “coisas” desta lista, você fará um inventário de identidades sociais e de sociedades. Isso lhe permitirá descobrir o estilo e o “jeito” de cada sistema. Ou, como se diz em linguagem antropológica, a cultura ou ideologia de cada sociedade. Porque, para mim, a palavra cultura exprime precisamente um estilo, um modo e um jeito, repito, de fazer coisas (DAMATTA, 1986, p. 17).

### 3.1. História Sócio-Ambiental

Para descobrir o “jeito” de ser dos mumbuquenses e entender como eles estão ligados a aquela área do Jalapão para reprodução de seu modo de vida físico e cultural, e compreender seu vínculo com o *território* local foi necessário recuperar a história da formação de Mumbuca.

O território não é apenas os sistemas de coisas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como território usado. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da resistência, das trocas materiais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise de disciplinas históricas, como a geografia. É o território usado que é uma categoria de análise (SANTOS, 2002, p.10).

A história do lugar foi obtida através de documentos da NATURATINS (2003) que levantou a historiografia da região por fontes documentais: de registros de Mateiros e Ponte Alta, e falada, levantamento feito pela equipe multidisciplinar que elaborou o Plano de Manejo.

O contexto histórico da formação de Mumbuca dá base para o entendimento do sentimento de pertencimento ao território que a população da Comunidade Mumbuca expressa quando se refere ao lugar. Essa concepção torna-se importante ao trabalho porque diante da pergunta: Se a Comunidade deve, ou não, continuar no Parque Estadual do Jalapão? Seu vínculo e sentimento por aquele lugar estão construídos no decorrer da sua história.

Mas, na NATURATINS, havia parte da história da região, foi preciso recuperar a história de Mumbuca através das *falas de seus moradores e das memórias dos velhos*<sup>6</sup>.

### 3.1.1. Mito de Origem

No questionário (ANEXO A) foi colocado um item sobre as **Histórias Passadas** com as seguintes perguntas: Como se formou a comunidade? Você faz parte da família de formação? O que você acha de viver aqui em Mumbuca? Essas perguntas tiveram a seguinte finalidade: a primeira juntar elementos para a história do mito de formação da comunidade, a segunda saber o grau de coesão da comunidade, ou seja, de elementos que pertencem à mesma família de origem, e terceiro, o nível de satisfação das pessoas em viver no Povoado de Mumbuca.

A pergunta sobre a formação da comunidade foi de vital importância para a repetição de histórias de origem da comunidade para entendermos o *mito de origem* do local. Escolhemos trabalhar com o princípio estruturalista de Lévi-Strauss (2003; 2007) onde, o *mito* de um grupo é formado por todas as suas versões: “A repetição tem a função própria que é de tornar manifesta a estrutura do mito. [...] Todo mito possui, pois, uma estrutura folheada que transparece na superfície, se é lícito dizer, no e pelo processo da repetição. (LÉVI-STRAUSS, 2003, p.264)

Apesar de nem todos os entrevistados dizer conhecer a história de origem da comunidade, os que responderam permitiram que tivéssemos várias versões para constituição e análise do *mito*, que é de fundamental para a compreensão do próprio mito e da sua transformação em história (LÉVI-STRAUSS, 2007).

Para a interpretação do Mito de Origem de Mumbuca, dentro da teoria estruturalista de Lévi-Strauss (2003; 2007) temos que analisar as unidades constitutivas ou míticas, para poder decifrar sua estrutura. Fora desta teoria o mito torna-se um conjunto de histórias desconexas, ou fantasiosas, sem valor científico.

Um mito apesar de ter um enredo obviamente errado e impossível (do ponto de vista empírico), do ponto de vista lógico, o grupo que lhe deu origem, utiliza *imagens* tiradas da experiência, colocando frente a frente seres concretos ou objetos para resolverem os problemas colocados na história. Este tipo de elaboração ocorre em

---

<sup>6</sup>Não há uma história documental da comunidade, aquelas contadas nos documentos da NATURATINS, ou livros de história do Tocantins, foram tiradas das falas dos moradores do lugar, desta forma foi importante reconstituir a história oral diretamente com os mumbuquenses.

decorrência do pensamento humano do *tipo binário*<sup>7</sup> (o mesmo usado nos computadores “sim” e “não”), onde teríamos elementos binários de um lado (com possibilidade de “sim” e “não”) enfrentando situações também com características binárias, seja do problema, do opositor mitológico etc. (LÉVI-STRAUSS, 2007, p. 24).

Portanto, ao se estudar o mito, faz-se necessário vê-lo no conjunto de suas repetições - uma vez que, se contado por uma só pessoa tem-se apenas uma versão - e serão nas recorrências que aparecerão os elementos fixos significativos para aquele grupo, onde poderemos entender os pares de oposições, que mostraram os temores, as sagas, as histórias de superação de desafios que permitiu que o grupo se formasse, ou superasse um problema, até chegar ao tempo presente (LÉVI-STRAUSS, 2007).

Ao analisar os mitos,

Visto que um mito se compõe do conjunto de suas variantes, a análise estrutural deverá considerá-las, todas, ao mesmo título. Após haver estudado as variantes conhecidas da versão [...], para cada uma dessas variantes, estabelecer-se-á um quadro, onde cada elemento será disposto de modo a permitir a comparação com o elemento correspondente dos outros quadros [...]. Obter-se-ão assim inúmeros quadros [...] Esses quadros não serão jamais idênticos. Mas, a experiência prova que os afastamentos diferenciais, que não se deixarão de observar, oferecem entre si correlações significativas, que permitem submeter seu conjunto a operações lógicas, por meio de simplificações sucessivas, e de chegar finalmente à lei estrutural do mito considerado. (LÉVI-STRAUSS, 2003, pp. 250-252)

Nossa proposta foi a de “captar” as histórias de origem de Mumbuca - os mitos de origem - a partir das falas dos entrevistados. Com o maior número possível de variações do mito, construir um quadro dividido por temas: a *origem* – de onde vieram os ancestrais; a *saga* – as dificuldades ou aventuras que passaram para formarem o povoado; *união local* – com quem se associaram no Jalapão; e *adendo* – alguns outros elementos que as pessoas colocam ao contar o mito.

Quanto maior o número das versões do mito, mais elementos se tem em cada quadro temático. Esses elementos são os mitemas, as pequenas partes que compõe os mitos. Uma vez construída a tabela com os mitemas,

[...] inúmeros quadros de duas dimensões, cada qual consagrada a uma variante, e que se justaporão como outros tantos planos paralelos, para chegar

---

<sup>7</sup> O autor Claude Lévi-Strauss, no seu livro **Mito e Significado** de 1978 (reeditado em 2007) faz uma larga exposição sobre o pensamento binário como algo comum ao cientista e ao homem “selvagem”. É bastante interessante sua defesa que é “a mente humana, apesar das diferenças culturais entre as diversas facções da Humanidade, é em toda a parte uma e a mesma coisa, com as mesmas capacidades”, algo que precisava ser reafirmado em 1978.

a um conjunto tri-dimensional, o qual poderá ser **lido** de três modos diferentes: da esquerda para a direita, de cima para baixo, da frente para o fundo (ou inversamente). (LÉVI-STRAUSS, 2003, p. 252, grifo do autor)

Para o autor, se tem a estrutura do mito, por isso, pode ser lido de cima para baixo, da direita para a esquerda e vice-versa, porque a observação desses quadros nos mostra que apesar dos afastamentos diferenciais entre eles, pois têm conteúdos diversos, eles oferecem correlações significativas que nos levam ao que ele chama de “lei estrutural do mito estudado” (LÉVI-STRAUSS, 2003, p.252).

Uma vez, desmontado o mito e encontrada a sua *estrutura* pode-se fazer a analogia com a história do grupo porque,

O caráter aberto da História está assegurado pelas inúmeras maneiras de compor e recompor as células mitológicas ou as células explicativas, que eram originariamente mitológicas. [...] cada tipo de História pertence a um dado grupo, a uma dada família, a uma dada linhagem, ou a um dado clã, e tenta explicar o seu destino, que pode ser desgraçado ou triunfal, ou justificar os direitos e privilégios tal como existem no momento presente, ou, ainda, tenta as reivindicações de direitos que já há muito desapareceram (LÉVI-STRAUSS, 2007. p. 39).

A importância no trabalho de registrar o *mito de origem* da Comunidade Mumbuca e ter uma história contada a partir da fala deles, que se reconhecem como uma família, que fundou aquele local é exatamente este: *de atestar o vínculo dos mumbuquenses com o lugar, a presença centenária deles naquelas terras, e seu direito de estarem e continuarem ali.*

### 3.1.2. Os de *Dentro* os de *Fora*

Depois, de ultrapassada esta parte importante da pesquisa, era necessário averiguar quem fazia parte da família de formação e quem não fazia, ou seja, quem era os de “dentro” e os de “fora”, e se isso mudava o sentimento de pertencimento junto à comunidade e ao lugar, e com isso, como se comportavam em relação aos cuidados com o meio ambiente. Esta questão se mostrou relevante porque poderia ter sido uma Comunidade Tradicional originalmente com um manejo tradicional, mas, depois ter sido “invadida” por pessoas de fora com manejos devastadores frente aos recursos naturais e ficarem sob a “fachada” de População Tradicional, e não serem. Desta forma, essa questão foi tratada em seguida a questão da história local, ou o mito de origem.

E por último para responder quanto ao sentimento de viver em Mumbuca, que tem por fundamento o *apego* ao lugar, também para averiguar a grau de sentimento de

pertencimento. Pois, não adianta pertencer à família de origem, ter um manejo tradicional com o ambiente em relação aos recursos naturais, se as pessoas não tiverem apego ao lugar, se não quiserem continuar vivendo ali. Para responder a essa questão, metodologicamente foram feitas uma bateria de perguntas no decorrer do questionário (ANEXO A), para que as respostas fossem dadas da maneira mais espontânea possível. As perguntas foram: Hoje o senhor se sente integrado a essa comunidade? O que o senhor acha de viver aqui? O senhor pensa em vender sua propriedade e receber a indenização e sair do PEJ? Quanto o senhor estaria disposto a receber para vender sua propriedade e sair do PEJ? Qual o seu maior receio? Se o senhor mudasse daqui, gostaria de morar aonde?

As respostas foram sendo analisadas conforme pareceram relevantes no contexto da pesquisa.

### **3.1.3. Memória das Anciãs**

Porém, o questionário pode ser complementado com outra ferramenta utilizada às entrevistas com as anciãs. A senhora mais velha da comunidade é Dona Laurentina da Silva, está com 84 anos, e é irmã da Matriarca do local Dona Miúda que está com 80 anos. Como as duas anciãs se mostraram dispostas a falar, *uma* porque é líder da Comunidade e “traduz” todos os anseios e sentimentos daquele povo; ligada no presente e atenta as coisas que estão por vir; *e a outra* é a que guarda a memória passada de Mumbuca, daqueles que já foram, das dificuldades da vida antes de qualquer pessoa vir de fora até a comunidade.

As entrevistas com as anciãs mostraram-se um instrumento de vital importância para entendermos a dinâmica do passado construído através da fala de Dona Laurentina e perceber como era a vida em Mumbuca, antes do Parque Estadual, antes dos turistas, até mesmo antes do pastor da igreja protestante chegar ali na década de 40, pois o questionário (ANEXO A) não possibilitou este conhecimento, e para a pesquisa só conhecendo a dinâmica do passado do Povoado Mumbuca sem o contato continuado com a sociedade moderna, é que podemos fazer uma comparação de como o vilarejo foi afetado com a implantação do PEJ.

E com a fala de Dona Miúda, matriarca do local, que é mais voltada para as possibilidades de construção do futuro, foi possível analisar quais são as representações e expectativas daquela comunidade diante das “novidades” colocadas pelo novo mundo, lembrando que o primeiro automóvel chegou ao local em 2001.

Vale ressaltar que decidimos usar o tratamento de Dona no texto, da mesma forma que na comunidade os mumbuquenses referem-se a essas pessoas, pois se trocássemos pelo pronome de tratamento senhora, descaracterizaria o entrevistado, trazendo um estranhamento, fazendo com que as pessoas não se reconheçam; o que não é a intenção da pesquisa.

Para recorrer às memórias dos velhos de Mumbuca, impossível não pensar no livro de Bosi (1998), **Memórias da Sociedade, Lembranças de Velhos**, e a metodologia defendida pela autora, quando ela fala que para compartilhar dessas lembranças – entre pesquisador e pesquisado - não basta à simpatia (sentimento fácil), é preciso participar de sua vida; continua dizendo, que segundo Jacques Loew (1959 apud BOSI, 1998), para se ter a compreensão plena é preciso alcançar a *comunidade de destino* (BOSI, 1998, p.38, grifos do autor).

O caminho escolhido foi conhecer os preceitos da memória na perspectiva de Bérqson (1959 apud BOSI, 1998) como *sous-venir*, vir à tona que estava submerso: “o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas como empurra, **desloca** estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência” (BOSI, 1998, p.47, grifo do autor). E mais, a percepção concreta do presente precisa valer-se do passado que de algum modo se conservou, tendo a função prática de levar o sujeito a reproduzir formas de comportamento que já deram certo, é a nossa reserva crescente de **experiência adquirida** (BOSI, 1998, p.47, grifo nosso).

Dentro dessas percepções o autor diferencia (BOSI, 1998, pp.48 – 49, grifo nosso):

- a. *A memória hábito* esquemas de comportamento que o corpo repete automaticamente na sua ação sobre as coisas: o escrever, o falar uma língua estrangeira, o dirigir automóvel, o que Bérqson (1959 apud BOSI, 1998) chama de adestramento cultural.
- b. *A imagem-lembrança* que trás à tona um momento único da vida, tem data certa, refere-se a uma situação definida, individualizada, que segundo Bérqson (1959 apud BOSI, 1998), é feita da mesma matéria dos sonhos e poesia do “inconsciente”.

A partir dessas argumentações, a memória do velho é “privilegiada” para remontar fatos, pois “sua vida psicológica já estaria presa a hábitos adquiridos, inveterados; e em compensação, nos longos momentos de inação, poderia perder-se nas imagens-lembranças” (BOSI, 1998, p. 49).

Mas, segundo Halbwachs (1956 apud BOSI, 1998) lembrar não é “apenas” reviver, é refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado, não é a sobrevivência do passado, “tal como foi”, é a imagem construída a partir dos materiais que estão à disposição no conjunto de representações que povoam nossa consciência. Se para Bérghson (1959 apud BOSI, 1998) a memória são lembranças individualizadas da pessoa entre seu corpo e seu espírito, para Halbwachs ela é uma construção que irá se formar a partir das “relações” com as instituições sociais: família, classe social, escola, igreja, ou seja, os grupos de convívio ou de referência do indivíduo (BERGSON, 1959; HALBWACHS, 1956 apud BOSI, 1998, pp. 54-55).

Desta forma, a memória do idoso é a lembrança “pura” do passado – as *imagens-lembranças* de Bérghson (1959 apud BOSI, 1998), e a memória da família, do grupo, instituição, da sociedade, para Halbwachs (1956 apud BOSI, 1998), onde “desencarregado” das tarefas do presente, o trabalho social do velho é salvaguardar o passado:

Nas tribos primitivas, os velhos são os guardiões das tradições, não só porque eles as receberam mais cedo que os outros, mas também porque só eles dispõem do lazer necessário para fixar seus pormenores ao longo de conversações com outros velhos, e para ensiná-los aos jovens a partir da iniciação. Em nossas sociedades também estimamos um velho porque, tendo vivido muito tempo, ele tem muita experiência e está carregado de lembranças. Como, então, os homens idosos não se interessariam apaixonadamente por esse passado, tesouro comum de que se constituíram depositários, e não se esforçariam por preencher, em plena consciência, a função que lhes confere o único prestígio que possam pretender daí em diante? (HALBWACHS, 1925, p.142 apud BOSI, 1998, p.63).

Por essas razões, os relatos das anciãs de Mumbuca foram de grande importância para o trabalho, pois nos seus relatos de vida, através de suas falas, ao escrever suas memórias, teríamos ali estavam *bem* guardadas parte das memórias do grupo, e se não fossem escritas poderiam se perder na vida dos jovens mumbuquenses. E para a pesquisa a história de Mumbuca conta parte da história do Jalapão, e legítima, ou não, o direito deste grupo estar na região que está. E se o povoado está ali a mais de uma centena de anos preservando o lugar, por que nos próximos duzentos ou trezentos anos ele não haveriam de conservá-lo?

Através das falas das anciãs observaremos como foi construída a história dos mumbuquenses ali, analisando o passado e observando o presente, procuraremos especular como poderá ser construído o futuro da comunidade.

Além dos cuidados que tivemos em delimitar metodologicamente as falas dessas mulheres, foi necessária uma ferramenta teórica para colher seus depoimentos.

A ferramenta utilizada foi fornecida por DaMatta (1987), por ser mais do que uma ferramenta de trabalho, mas um princípio metodológico no exercício etnográfico:

Quando falo de familiaridade, estou me referindo a essa noção de modo dinâmico, como algo que deve ser *transformado* e assim transcendido para que a perspectiva do trabalho de campo, a postura antropológica possa aparecer. [...] Digo apenas que, o familiar possa ser percebido antropológicamente, ele tem que ser de algum modo transformado no exótico. Do mesmo modo que insisto na transformação do exótico em familiar para que possamos ter uma análise verdadeiramente sociológica (DAMATTA, 1987, p.162).

Esta postura de *afastar-se do familiar, e aproximar-se do exótico*, que o autor defende nas idas e vindas do pesquisador ao campo, transformando depois o *familiar em exótico* e o *exótico em familiar*, irá produzir no etnólogo um sentimento de *Anthropological Blues*<sup>8</sup>, que é um sentimento parecido com o som “choroso do blues” de não estar adequado em nenhum lugar, pois depois de alguns anos de trabalho de campo, junto a outras culturas, as práticas, instituições, religião, política etc. da cultura do etnógrafo parecem estranhas; porém as práticas, instituições, religião e política das demais culturas, tão pouco são conhecidas, desta forma, o *Anthropological Blues* é inerente ao ofício do etnógrafo (DAMATTA, 1987, p.156).

Um exemplo prático dessa vivência aparece na descrição de Parente (2006) frente sua informante *Eva*, numa pesquisa de campo sobre a história da cidade de Porto Nacional, na perspectiva de uma *mulher de vida livre*<sup>9</sup>:

Durante a pesquisa e a análise das entrevistas transcritas, atentamos para o lugar que *Eva* ocupa na realidade social e para as representações que ela faz desse lugar. Não perdemos de vista sua reação ao ser solicitada para o diálogo, tanto em relação às companheiras quanto em relação à pesquisadora. Todas essas circunstâncias influíram em suas narrativas. Tivemos, também, o cuidado de não desvincular as narrativas de *Eva* dos sujeitos que ela queria construir, dispensando a devida atenção ao lugar, ao significado de cada fala e aos mecanismos criados por meio dessas falas, com o intuito de mostrar a experiência vivida. Tentamos entender as diferenças, as contradições e as ambigüidades presentes nas falas de *Eva*, as quais além de revelar a multiplicidade de sujeitos e temporalidades, expuseram também à fluidez, as hesitações, a intrepidez, enfim, a flexibilidade das pessoas ao lidar com as situações vividas (PARENTE, 2006, p. 309)

<sup>8</sup> No livro do Roberto DaMatta, *Relativizando uma Introdução à Antropologia Social*, o autor atribui o termo *Anthropological Blues* a Dra Jean Carter, que ela usou este termo numa carta de campo para denominar o sentimento etnográfico (1987, p.156), porém foi DaMatta que popularizou este termo pelo menos aqui no Brasil.

<sup>9</sup> Termo usado pela autora para designar prostituta, que segundo o texto foi sugerido pela própria informante (PARENTE, 2006, p.296).

Em outras palavras: a pesquisadora para entender, respeitar, traduzir a fala da pesquisada, compartilhou das categorias de pensamento dela, a partir de sua construção social. Se a pesquisadora não se colocasse no lugar de Eva, no sentido de conseguir decifrar seus códigos culturais, de ler suas falas, procurando compreender as suas atitudes e as atitudes dos demais personagens tendo como referência a realidade social vivida por Eva, a escritora teria colhido uma história diferente da que colheu, ao invés de expressar a “verdade”<sup>10</sup> de Eva, ela teria escrito “o que achou” de Eva, sem nenhum valor científico.

Desta forma, ao ir a campo, “colher” os depoimentos e análise das entrevistas, tivemos o cuidado de tornar familiar aquilo que a princípio parecia exótico, e de nos colocar sempre no lugar do pesquisado, para poder entender suas angústias e anseios, pelos padrões de sua cultura.

### **3.2. Características da Comunidade Mumbuca**

Como parte do “jeito de fazer as coisas” (DAMATTA, 1986) fez-se necessário decifrar as características do vilarejo, como uma maneira de conhecer como os mumbuquenses pensam, quais são suas concepções de mundo, da natureza, de espaço social, e para analisar seus ambientes sociais vimos metodologicamente em três dimensões de seus espaços: forma, estrutura e função,

O espaço social, como toda realidade social, é definido metodologicamente e teoricamente por três conceitos gerais: a forma, a estrutura e a função. Isto significa que todo espaço social pode ser objeto de uma análise formal, estrutural e funcional. Entretanto, seria um erro conduzir cada uma dessas análises em separado. A interpretação de um espaço ou de sua evolução só é possível através de uma análise global que possa combinar simultaneamente – forma, estrutura, função – porque a relação é não só funcional como estrutural (LEFÈBVRE 1961 apud SANTOS, 2004, p.55).

Como material de trabalho utilizamos o questionário (ANEXO A) com perguntas abertas e fechadas perguntando: De que são feitas suas casas? Como são? Quantos cômodos? Vocês gostariam de reformá-las? Há água encanada? Há banheiro? Condições sanitárias? Há luz elétrica? Aparelhos dentro de casa (filtro, fogão, geladeira, televisão, etc.)? Se a casa é própria? Há escola? Atividade de lazer?

Estes itens que compõe a comunidade foram sendo analisados conforme os moradores davam importância a eles, e sempre dentro da totalidade de sua forma,

---

<sup>10</sup> Aqui a “verdade” está no sentido daquilo que a pessoa declara ser considerado como verdadeiro, não no sentido de ter uma “verdade” e uma “mentira”.

estrutura e função. Foi assim, que conseguimos entender como as casas de adobe, a falta de banheiro, a água encanada do rio, tornam-se altamente sustentáveis. Os elementos imóveis que constituem a vila não agredem o ambiente natural e servem as necessidades e satisfazem os anseios dos moradores locais: “a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final” (DIEGUES, 2004, p.88).

As perguntas no questionário não responderam apenas se eles tinham ou não tinham casa, luz, banheiro, água etc.; mas se estavam satisfeitos com as condições de vida da comunidade, e por que esta questão foi importante para o trabalho? Porque a própria Comunidade Mumbuca poderia estar insatisfeita com as condições de vida ali do Parque do Jalapão, querendo ir para outro lugar. Então saber se a Sociedade Mumbuca está bem adaptada aquele local é de crucial importância para a nossa pergunta: *se é possível a Sociedade Tradicional permanecer no seu lugar?* Ao descrever como é a Comunidade Mumbuca podemos perceber no seu espaço como vive sua gente e se esta gente está ligada a aquele lugar.

Para completar esta questão que foi vista pelos fatores objetivos: moradia, escola, água, luz etc. Perguntamos sobre questões subjetivas: se os moradores gostavam dali? Se eles estavam dispostos a venderem suas terras e moradias, receberem uma indenização e irem para outro lugar? O que eles achavam de viver ali? Quais eram seus maiores receios? Estas questões responderam as expectativas quanto a sair ou ficar no PEJ. E quando os mumbuquenses falam de sua Comunidade, de seu lugar, percebemos o quanto um pertence ao outro e são “auto-sustentáveis”.

### 3.3. Análise das Práticas de Produção e Subsistência

A pesquisa não seria completa se não estudássemos a dimensão econômica do *saber-fazer* da comunidade Mumbuca.

A primeira coisa que é preciso ressaltar é que todas as Unidades de Conservação sejam elas de Proteção Integral ou de Uso Sustentável têm seu Plano de Manejo, e este comporta um detalhado estudo científico da área: seus aspectos físicos, sociais, históricos, culturais, e baseado nestes estudos, projetam uma série de encaminhamentos para que o manejo da Unidade de Conservação obedeça aos princípios a que se destine a unidade, e que estão em lei (dependendo da categoria: se é parque, reserva extrativista, de fauna, de interesse ecológico, se é um monumento etc.). Ou seja, ao implantar uma Unidade de Conservação e fazer seu Plano de Manejo, seus idealizadores e administradores já sabem o que “esperam” da Unidade e como “manejá-la”.

Os princípios construtivos do Plano de Manejo são os da ciência moderna<sup>11</sup>, ou seja, unem-se os cientistas-consultores das diversas áreas geografia, geologia, socioeconômica, biologia, cartógrafos, etc. (NATURATINS, 2003) e cada um estuda o parque a partir dos princípios teórico-metodológicos de sua área de conhecimento e faz um relatório final, que será agregado no Plano de Manejo, este é um “manual” que traz o estudo de cada aspecto da UC, e como diante disso, como deve ser manipulada a natureza naquele local, qual o grau de resistência, de suporte etc.

Por outro lado, a Comunidade Mumbuca tem sua forma de manejo que não é baseada em conhecimentos científicos, como uma sociedade tradicional, que segundo Candido: “elaborou técnicas que permite estabilizar as relações com o meio [...] mediante o conhecimento satisfatório dos recursos naturais” (1964 apud DIEGUES, 2005, p. 91), mas também o é, porque ela apresenta características como às apontadas abaixo por Diegues: (2005, pp.88-90, grifos do autor):

1. Estão relacionadas a um tipo de organização econômica e social com pouca ou nenhuma acumulação de capital;
2. Produtores independentes, envolvidos com atividades econômicas de pequena escala como agricultura, pecuária, pesca, coleta e artesanato;
3. Baseiam-se no uso de recursos renováveis;
4. Modo de produção mercantil (*petty mode of production*) vinculado ao conhecimento dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares etc.;
5. O “know-know” tradicional passado de geração em geração, um instrumento importante para conservação;

---

<sup>11</sup> Segundo Chauí (2001) a ciência moderna vem para ser não apenas a contemplação da verdade, “mas é sobretudo o exercício do poderio humano sobre a natureza” (p.255). Que a *nova* ciência surge com a sociedade capitalista que precisa ampliar a capacidade humana para modificar e explorar a natureza, sendo assim, a ciência moderna está inseparável da tecnologia.

6. Seus padrões de consumo, baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem com que sua interferência no meio ambiente seja pequena;
7. Combinação de várias atividades econômicas (dentro do calendário), a reutilização dos dejetos e o relativamente baixo nível de poluição;
8. Uso cauteloso dos recursos naturais, “respeito” a natureza e aos demais membros da comunidade;
9. Dependência da natureza, dos ciclos naturais e dos recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói seu “modo de vida”;
10. Conhecimento da natureza e de seus ciclos se reflete no manejo dos recursos naturais;
11. Noção de “território” ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
12. Moradia e ocupação deste “território” por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para os centros urbanos e voltado para terra de seus antepassados;
13. Importância da atividade de subsistência ainda que haja produção de “mercadorias”, o que implica numa relação com o mercado;
14. As festas, as lendas, a simbologia mítica, além da religião afirmam a coesão social, mas de forma alguma fazem desaparecer os conflitos, como parecem fazer crer os que consideram essas sociedades como totalmente igualitárias;
15. Importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e as relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
16. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o trabalho artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
17. Fraco poder político que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
18. Auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras;

Analizamos o modo de produção dos mumbuquenses a partir da perspectiva teórica da Antropologia Econômica, (GODILIER; MEILLASSOUX; TERRAY apud DIEGUES 2004, p.74) que propõe a observação das sociedades chamadas “primitivas” em relação ao seu ambiente, incorporando o domínio que estes grupos têm dos seus mitos e das representações de mundo. (DIEGUES 2004, p.74).

Procurando entender que para adaptarem-se os membros do grupo elaboram representações e interpretações da natureza, e são essas, que permitem explicar por que diferentes sociedades explorando o mesmo ambiente, umas degradam os recursos naturais e outras não (GODILIER, 1973, apud DIEGUES, 2004, p.75). Ou ainda, que são os valores culturais e a organização social que fará com que uma comunidade seja responsável pela degradação, e não somente a tecnologia (JANSEN, 1973 apud DIEGUES, 2004, p.75).

É nesta discussão das práticas econômicas, e no modo de reprodução da vida da população tradicional e suas representações – no seu *know-know*, passada de geração para geração – que iremos analisar onde estão os embates com o manejo imposto e idealizado pela NATURATINS (Plano de Manejo, 2003) - têm sua lógica baseada na ciência – e que é responsável pela administração do PEJ. Para isto junto das análises

iremos observar quais práticas ferem, ou não as determinações de manejo da NATURATINS.

O importante de estudar este conflito entre as instituições governamentais e a população tradicional para a pesquisa é porque é ele que determinará a convivência da comunidade dentro do PEJ, mesmo no futuro, no entorno do PEJ, caso haja uma remarcação dos limites do Parque (como consta no Plano de Manejo do PEJ, e está sendo estudado junto com o Conselho do Parque). Pois, até para estar no entorno da UC, as atividades da Sociedade Mumbuca têm que estar de acordo com as determinações de manejo das instituições governamentais (SNUC, 2000).

O material usado para coletar os dados da dimensão econômica e de sustentabilidade, mais uma vez, foi o questionário (ANEXO A) com as seguintes perguntas: Qual a principal atividade econômica que a família exerce? Vocês têm lavoura? Quais plantas são cultivadas na roça? Qual o tamanho da propriedade? Sua família gostaria de estender a terra para a plantação ou para a formação de pastagem? Vocês criam gado? O pasto é nativo ou formado? É usado o trator nas terras? Há o rodízio de terras na lavoura? Sua família beneficia farinha? Sua família participa da extração do Capim Dourado? Vocês fazem artesanato com Capim Dourado? Vocês utilizam da queimada para renovar a roça? E para a colheita do Capim Dourado?

A análise dos resultados obtidos é importante fazer dentro de um contexto de modo de produção pré-capitalista, e no conjunto das atividades econômicas e de subsistência, para que se possa entender as relações mercantis, o trabalho familiar, o não acúmulo de capital, etc.

A existência de diversas formas históricas de uso dos recursos naturais e da própria natureza (pré-capitalista, capitalista etc.), sobretudo nos países do Terceiro Mundo, exige uma análise mais detalhada das relações dessas diversas sociedades com a natureza. Nesse sentido, o que marca os países subdesenvolvidos é a existência de sociedades indígenas, de camponeses, de extrativistas articuladas com a sociedade urbano-industrial. [...] Ora, a visão de parques nacionais oriunda dos Estados Unidos não se deu conta dessas particularidades extremamente importantes e considera que toda sociedade é urbano-industrial, cuja relação é marcada pela destruição e não respeito. Isso se deu pelo fato de os Estados Unidos, ao final do século XIX, o capitalismo ter-se tornado um sistema dominante e as culturas indígenas terem sido desorganizadas (DIEGUES, 2004, p.79).

Sabendo que no Brasil, como em outros países do hemisfério sul, formas de produção capitalista e pré-capitalista coexistem, e essas últimas, geralmente, ocupam espaços territoriais distantes dos centros urbanos e pólos econômicos importantes, grupos humanos de baixa densidade populacional, inseridos em ecossistemas de

florestas tropicais, mangues, cerrados etc. até a pouco tempo<sup>12</sup>, considerados biomas marginais, economicamente não rentáveis.

A fronteira agrícola no Brasil progrediu sobretudo nos cerrados, cuja ocupação se faz de forma da agricultura cerealista de grande porte e fortemente mecanizada, tendo a soja como principal espécie cultivada. No plano agrônomo, trata-se de uma experiência bem-sucedida, pois há apenas algumas décadas os cerrados eram considerados como terras inadequadas a agricultura. Mas em termos sociais e ambientais, os resultados são muito mais modestos, para não dizer catastróficos. Além de praticamente não gerar empregos, essa modalidade de prática agrícola tende a destruí-los sistematicamente, [...]. Além disso, seus impactos sobre o meio ambiente causam problemas (SACHS, 207, p. 401).

A realidade dessas áreas mudou e com a mudança foi-se “descobrir” os recantos nacionais preservados com as populações locais, cada qual apresentando um processo de interação homem-natureza peculiar a cada bioma e a cada cultura. Por isso, é necessário o estudo de cada comunidade, em separado, pois o que elas têm em comum é a maneira pré-capitalista de manejar os ecossistemas, de forma não intensiva, mantendo-os bastante preservados, a ponto de serem transformados em Unidades de Conservação.

Por fim, avaliar o modo de produção dos mumbuquenses é perceber sua interação com o ambiente, e suas representações, comparar seu manejo com a expectativa de manejo que a administradora do Parque Estadual do Jalapão tem em relação a eles, para que eles possam continuar onde estão, ou entorno do PEJ, enfim, convencer de sua sustentabilidade.

---

<sup>12</sup> Até final da década de 90, porque a partir do século XXI e o avanço das tecnologias agrícolas áreas como o cerrado, e a floresta consideradas de solo fraco para plantio foram alvo das novas fronteiras agrícolas, onde se abre essas áreas, repõe quimicamente todos os componentes desses solos e faz as plantações.

### 3.4. Método Delphi Ecológico

O método de Delphi foi elaborado por Norman Dalkey e Olaf Helmer (2002), como forma de obter consenso confiável a partir de opiniões de um grupo de especialistas de determinada área do conhecimento, submetidos a uma série de questionários de profundidade intercalado com opiniões de retorno controlado, em busca de *feedback*.

A técnica empregada através de entrevistas, ou aplicação de questionários, pelo pesquisador a especialistas, tem como objetivo central obter o mais confiável “consenso” de opiniões do grupo de peritos.

O método foi desenvolvido inicialmente, na década de 50, patrocinado pela Força Aérea dos EUA, e tinha como intuito “questionar” especialistas, do ponto de vista de um planejador estratégico soviético, sobre um ótimo alvo do sistema industrial americano e da estimativa do número de bombas – A, necessárias para reduzir o lançamento de munições para uma quantidade prescrita. (DALKEY; HELMER, 2002, p.458).

A técnica empregada envolve o questionamento individual de especialistas (por entrevistas ou questionário) e evita a confrontação um dos outros.

As perguntas feitas são todas *centradas dentro de um problema principal* (no exemplo estudado, foram para saber quais eram os requisitos necessários para um bombardeio), são desenhadas para trazer o raciocínio do respondedor à resposta da questão principal, que *fatores ele considera relevantes* para o problema, *suas próprias estimativas* sobre esses fatores, e *informação sobre os tipos de dados* ele considera que lhe permitiriam chegar a uma melhor conclusão, e dessa maneira, a uma resposta mais confiável à questão principal.

A informação enviada aos especialistas entre as rodadas de perguntas são geralmente de dois tipos: Consistem em dados disponíveis previamente requisitados por algum dos peritos, ou de fatores e considerações sugeridas como potencialmente relevantes, por um ou outro respondedor.

Com respeito ao tipo de informação anterior, foi feita uma tentativa (nem sempre com sucesso) de ocultar a opinião exata de outros respondedores e meramente apresentar o fator para consideração sem introduzir parcialidade desnecessária.

Esse modo de interação controlada entre os pesquisados representa uma tentativa deliberada *de evitar as desvantagens associadas* com o uso mais convencional de especialistas, tais como *discussões em mesas redondas ou alguma outra forma mais*

*amena de confrontação de pontos de vista opostos.* O método empregado no experimento parece conduzir os especialistas ao *pensamento independente e os ajuda na formação gradual de uma considerada opinião.* A confrontação direta por outro lado, muito freqüentemente, induz a formulações apressadas de noções preconcebidas, há uma inclinação para fechar a mente para idéias originais, uma tendência para defender uma posição uma vez que assumida ou, em alternativa e, algumas vezes alternadamente, há a predisposição de ser balanceado por opiniões persuasivas de outros.

*A exploração sistemática de fatores que influenciam o julgamento individual do perito torna-se possível corrigir alguma concepção equivocada que ele possa ter nutrido devido a fatores empíricos ou suposições teóricas por baixo dos fatores, e voltar sua atenção para outros fatores os quais ele possa ter deixado de observar em sua primeira análise da situação.* Nem precisa mencionar, que uma considerável discricção precisa ser exercitada pelos pesquisadores sobre qualquer esforço que possa fazer o especialista mudar sua resposta, com o objetivo de *obter resultados que sejam livres de quaisquer parcialidades* por parte do pesquisador. Um dispositivo para ajudar a garantir isso, é *alimentar as informações apenas com dados que foram perguntados por pelo menos um especialista e que possam ser obtidos em fontes confiáveis, e apenas sugerir essas suposições teóricas quando percebido que representam o consenso da maioria dos inquiridos.*

Se a finalidade do experimento é a *estimativa de uma quantidade numérica* (nesse caso, o número de bombas necessárias para um determinado trabalho), pode ser esperado que, mesmo que os cenários expressados inicialmente sejam amplamente divergentes, a estimativa individual mostrará uma tendência para a convergência, à medida que o experimento prossegue. Isso é quase inevitável tendo em vista uma análise mais progressiva e penetrante do problema, conseguida em parte pelo procedimento de *feedback* descrito acima.

Por outro lado, não se pode nem idealisticamente esperar que as repostas finais coincidam, pelo fato de que incertezas sobre o futuro ensejam estimativas de probabilidades intuitivas por parte de cada inquirido. Até certo ponto, essa discordância terminal pode algumas vezes ser diminuída pela *aplicação de correções justificativas nas repostas finais.* Essas correções são de fato parte integral do procedimento; elas devem, no entanto, ser baseadas em uma análise cuidadosa das repostas, levando em conta tudo o que possa ser observado em termos de (i) *consenso* para suposições básicas, (ii) *sensibilidade das repostas* individuais para mudanças nessas suposições

básicas, e (iii) suas estimativas sobre *dependências funcionais* em vez de mero ponto de estimativa. Essencialmente, as correções resultantes equivalem à substituição da estimativa individual de um especialista a respeito de algum dos componentes do problema principal por uma estimativa de consenso de todos os especialistas.

Por exemplo, no experimento das estimativas de bombas, o problema de estimar o número total de bombas era favorável à determinação, para cada uma das várias indústrias, qual o %ual de cada deverá ser destruído e o número médio de bombas por planta necessárias para realização. Cada especialista fez estimativas para ambas as quantidades. Para a primeira, que envolveu a seleção de indústrias a serem bombardeadas, as escolhas foram muito divergentes para permitir que se chegasse a um consenso. A segunda estimativa, entretanto, foi um exemplo perfeito de caso onde o consenso parecia render resultados mais confiáveis; por conseguinte foram corrigidas as respostas finais do inquiridos substituindo seus números de bombas por planta, pela mediana de todas as sete estimativas.

Uma vez, descrito o método Delphi desenvolvido por Dalkey e Healkey (2002), vejamos como ele foi adaptado para tornar-se o método Delphi Ecológico.

Primeiro - o que seduziu a utilização deste método foi à possibilidade de consultar especialistas para que eles opinassem sobre uma questão específica, de forma “controlada”, sem a influência de outros especialistas.

O método de estabelecer perguntas de forma objetiva, tirando dúvidas dos especialistas com dados, sem passar a opiniões dos demais,

With respect to the latter type of information, an attempt was made (not always successfully) to conceal the actual opinion of other respondents and merely to present the factor for consideration without introducing unnecessary bias.<sup>13</sup> (DALKEY; HELMER, 2002, p.458)

É uma maneira de buscar o que os peritos pensam na sua essência, opiniões que provavelmente seriam contaminadas se aparecessem em mesas redondas de debates, ou outras formas de confrontar idéias. Isso porque, o confronto direto, segundo DARKEY e HELMER (2002), muitas vezes, levam os debatentes a formular apressadamente suas opiniões, expressando pensamentos pré-concebidos. Muitos, diante do confronto tendem a defender uma posição até o fim, são inflexíveis na discussão, já outros se

---

<sup>13</sup> No que diz respeito a este último tipo de informação, foi feita uma tentativa (nem sempre com sucesso) para esconder a verdadeira opinião dos outros, e apenas para apresentar o fator de reflexão sem introduzir vieses desnecessário (tradução nossa).

deixam influenciar pelas considerações dos colegas, de uma forma, ou outra, o pensamento espontâneo fica comprometido.

Seja por uma, ou outra razão, o Método Delphi busca fugir desses vícios de expressão, e procura colher de cada entrevistado individualmente a sua mais integra opinião, sem o confronto que poderia mudá-la por razões outras, e não pela análise do problema.

No caso da nossa pesquisa para abordar o problema de como convivem as Unidades de Conservação de Proteção Integral com as Comunidades Tradicionais, uma vez que, a Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, “§ 1º *O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei*” (SNUC, 2000, Art.11). O método DELPHI foi aplicado com algumas adequações:

As entrevistas foram feitas no nível nacional e local. Em nível nacional, foram entrevistados pessoas em Brasília, capital federal do Brasil, onde ficam representantes: da sociedade civil, “políticos” e intelectuais que atuam a partir dali para todo o país, e em nível local, no Estado de Tocantins, foram entrevistadas pessoas de Palmas, capital do Tocantins, e Mateiros – Comarca de Mumbuca, os dois centros político-administrativos locais, o estadual e o municipal.

Foram feitas ao todo, 34 pesquisas com especialistas, entre políticos, intelectuais e representantes da sociedade civil vinculados a ONGS ou a outras instituições ligadas ao meio ambiente. Sendo que 13 pesquisas foram feitas em Brasília, e 21 com pessoas de Tocantins (Palmas, capital – TO e Mateiros, comarca de Mumbuca, TO).

Em Brasília foram entrevistadas *sete* pessoas ligadas à sociedade civil a ONGS (ANEXO C), *três* intelectuais de representação nacional, e *três* da categoria “políticos”. Por essa categoria entendem-se pessoas vinculadas a cargos legislativos ou executivos, que suas falas correspondam as ações que desempenham nas suas funções, exemplo: a fala de um vereador corresponde a seu voto, de uma administradora da NATURATINS a suas deliberações, etc.

Da mesma forma, a pesquisa em Tocantins, (nas cidades de Palmas e Mateiros), foram feitas *cinco* entrevistas com representantes da Sociedade Civil, *quatro* intelectuais, e *doze* políticos. Qual o significado de aplicamos do Método Delphi? E a iniciativa de falar com pessoas notáveis?

Os Estados, conectados a outras instituições como institutos de pesquisa, universidades, organizações não governamentais e multilaterais, conformariam um sistema de alcance mundial. Para Giddens (1991), a natureza das instituições modernas está profundamente ligada à confiança em *sistemas abstratos*, especialmente em *sistemas peritos*. (MARZOCHI, 2003, p. 128, grifo do autor)

Entende-se por *Sistemas Peritos*, sistemas técnico-profissionais que organizam os ambientes materiais e sociais. (MARZOCHI, 2003, p.128), A autora também irá explicar que o poder político não perderá o poder de decisão para os especialistas, mas o incorporará. E ainda, que a inserção das ONGS nas decisões políticas do país, demonstra a dimensão internacional que ganha o Estado Moderno.

Portanto, a opinião dos notáveis interfere de maneira decisiva nas resoluções políticas, ou melhor, os notáveis e políticos se confundem nas esferas de poder.

Se na década de 50 o Método Delphi foi desenvolvido por Darkey e Helmer (2002) buscando agregar *conhecimentos de especialistas para chegar a um consenso em relação a uma estratégia*, no séc. XXI nada mais coerente que estes especialistas sejam “substituídos” no método por *pessoas notáveis* da sociedade civil, intelectuais e políticos que influenciem nas decisões políticas.

Depois que Kuhn (2000) questionou os paradigmas das ciências naturais, dizendo que eram mais resultado de negociação entre seguimentos, do que verdades laboratoriais, buscar *um consenso* entre peritos, ou grupos da sociedade civil, seria andar na contramão da ciência:

A própria natureza, seja lá o que ela for, parece não ter parte alguma no desenvolvimento de crenças a seu respeito. Conversa sobre evidências, da racionalidade de asserções delas tiradas, da verdade ou probabilidade dessas asserções têm sido vistas meramente como retórica, atrás da qual o partido vitorioso disfarça seu poder. O conhecimento científico, então, não passa da **simples crença dos vencedores**.

Eu estou entre aqueles que acharam absurdas as proposições do programa forte<sup>14</sup>; um exemplo da desconstrução enlouquecida. E as formulações mais qualificadas sociológica e historicamente que, atualmente, se esforçam por substituí-las satisfazem, a meu ver, muito pouco. Essas formulações mais novas reconhecem, sem constrangimentos, que observações da natureza desempenham sim um papel no desenvolvimento científico. Mas elas permanecem quase totalmente vagas sobre qual o seu papel, de qual maneira a natureza entra na negociação que produz crenças a seu respeito (KUHN, 2000, p. 110).

---

<sup>14</sup> Programa Forte aqui é o Programa Forte de Sociologia da Ciência de D. Bloor e B. Barnes que procura mostrar a radicalidade da dimensão sociológica envolvida na produção do conhecimento científico. Em outras palavras, para esses autores, os aspectos sociais não são apenas complementares na produção da ciência, mas determinantes (Cf. BLOOR, 1976).

Sem buscar a verdade através do consenso, mas sim opiniões para saber qual é “a verdade” do grupo social “vitorioso” que predomina em termos científicos (KUHN, 2000), adotamos outras chaves do Método Delphi:

1. Ainda, dentro das diretrizes do Método as pesquisas foram individuais;
2. Sem que um soubesse do outro entrevistado;
3. Foram fornecidos aos entrevistados, todos os dados do problema, para que ele pudesse contextualizar-se antes de dar a sua opinião (Anexo B);
4. E por fim, as entrevistas foram feitas numa só etapa, sem o retorno das opiniões aos notáveis, pois queríamos saber quais são as possibilidades reais de convivência de uma Comunidade Tradicional com um Parque de Proteção Integral aqui no Brasil, uma vez que, as pessoas entrevistadas são influentes nas decisões ou do Estado, ou do país.

Sendo assim, a análise das falas dos notáveis foi feita como fator exterior a comunidade, coerente a *voz* que legitima as instituições, uma vez que, interfere nas políticas públicas, a *voz* do poder, aquela que interfere na proposição das leis, e administração das UCs, a *voz* da ciência, pois são opiniões pautadas em conhecimentos científicos, que elaboram manuais de manejo, são consultores oficiais, enfim, são as falas que podem legitimar ou condenar o modo de manejo das Sociedades Tradicionais dentro dos Parques Nacionais, Estaduais ou Municipais.

Em fim, essas “vozes” representam a visão institucional brasileira do que se espera das diversas categorias de Unidades de Conservação. Que para pesquisa era fundamental conhecer, pois, estas visões e expectativas de políticas públicas fazem parte da resposta: se as Comunidades Tradicionais podem ou não permanecer nas UCs?

A análise das respostas, primeiramente foram separadas por blocos *de influência e: sociedades civis, intelectuais e políticos* - onde têm representantes da administração pública, que teoricamente responderam as questões dentro da visão das instituições que representam - e políticos (cargos de confiança da administração ou cargo eletivo), que responderam as perguntas, segundo suas convicções políticas, aquelas apóiam ou propõem.

E depois, em blocos *de regiões*: nacional, referindo-se aos entrevistados de Brasília que representam todo o Brasil, e de Tocantins, e também, foram observados os entrevistados de Palmas, capital, TO e Mateiros, comarca de Mumbuca, no Jalapão, TO.

Como foram feitas quatro questões, cada questão, foi analisada separadamente obedecendo ao critério de blocos, ou seja, separamos cada questão e analisamos em blocos de entrevistados.

Por fim, o Método Delphi Ecológico não foi aplicado para desenvolver um planejamento estratégico, e sim, para poder avaliar dentre as tendências dissonantes dos entrevistados, qual é a maior possibilidade, a médio e longo prazo, de ocorrência em termos de políticas de Unidade de Conservação de Proteção Integral: se efetivar na sua totalidade; continuar existindo, porém, convivendo de maneira dialética com as sociedades tradicionais; transformarem-se em Unidades de Uso Sustentável; ou, outra estratégia de conservação de áreas naturais.

Por isso, a aplicação do Método Delphi Ecológico deu a pesquisa uma nova dimensão, a da exterioridade, os entrevistados mostraram a fala viva das instituições e possibilitaram uma visão prognóstica sobre políticas públicas quanto a Unidade de Conservação e Sociedades Tradicionais.

## **4.Resultados e Discussões:**

### **4.1. A História Socioambiental do Lugar**

A região do Jalapão ocupa uma área de 53,3 mil km<sup>2</sup>, englobando 15 municípios. Desta área total, 34,1 mil km<sup>2</sup> encontram-se dentro do Estado do Tocantins, e os demais nas divisas do Estado do Maranhão, Bahia e Piauí. A área geográfica abrange “depressões resultantes de processos de recuo das escarpas da Serra Geral e da Chapada das Mangabeiras, onde podem ser observados alguns testemunhos da história natural regional como as Serras da Muriçoca, da Estiva, do Espírito Santo, da Jalapinha, entre outros” (NATURATINS, 2003, p.2).

Sua importância está em representar um dos “últimos blocos remanescentes de Cerrado em bom estado de conservação” (ADORNO et al., 2008, p.105) tornando-se um local propício para a conservação da biodiversidade inerente a esse habitat sob ameaça no restante do país. Por esse motivo, a região estudada do Jalapão comporta um mosaico de áreas de proteção:

Graças à dificuldade de acesso e à predominância dos solos arenosos, não propícios à produção agrícola, a região abriga hoje uma das maiores áreas remanescentes de Cerrado, apontada como área de importância biológica extremamente alta pelo Ministério do Meio Ambiente. É no Jalapão que está à maior área contínua de Cerrado no interior de Unidades de Conservação de proteção integral; o Parque Estadual do Jalapão (PEJ – 158.885 ha), a Estação Ecológica Serra Geral de Tocantins (716.306 ha, Silva & Bates 2002) e o Parque Nacional das Nascentes do Parnaíba (733.000 ha). Há ainda duas Áreas de Proteção Ambiental; a APA do Jalapão e a APA da Chapada das Mangabeiras (FIGUEIREDO, 2006, pp.3-4).

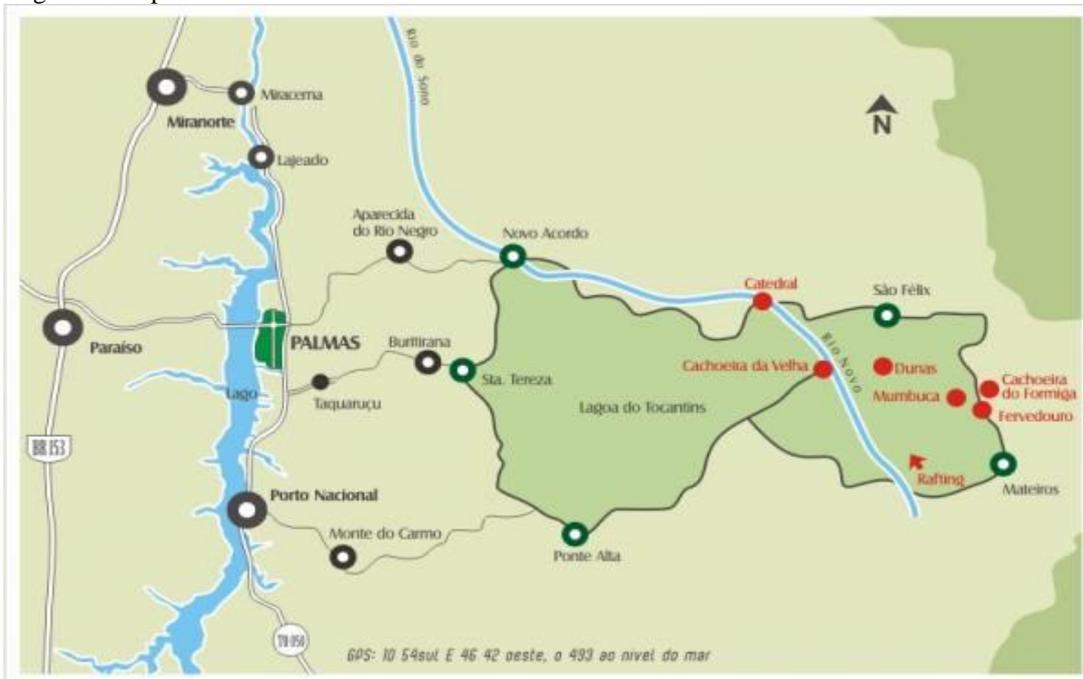
Pela relevância ecológica, além da beleza cênica, ao Parque foram destinados 158.885,5 hectares da área e transformados em Unidade de Proteção Integral do Jalapão (PEJ). Toda a microrregião do PEJ concentra-se no município Tocantinense de Mateiros, fazendo divisa com os municípios de Ponte Alta do Tocantins, São Félix do Tocantins e Novo Acordo do Tocantins.

O Parque Estadual do Jalapão (PEJ), criado pela Lei Estadual 1.203 de 12 de janeiro de 2001, tem como objetivo a preservação de seus ecossistemas naturais possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico, assim como, restringe suas formas de exploração, admitindo-se apenas o aproveitamento indireto de seus benefícios. Tudo isso já previsto pela sua lei de criação e seu Plano de Manejo (NATURATINS, 2003).

O acesso até o Parque a partir da capital Palmas – TO se dá pela rodovia TO 070, até Porto Nacional (60 km), depois pela rodovia TO 255 até Ponte Alta do Tocantins (104 Km). Esses dois trechos são asfaltados, e por fim, segue na TO-255 mais 160 km de terra até o Município de Mateiros.

A cidade de Mateiros é o local de entrada convencional ao Parque do Jalapão e está a 13 km do povoado de Mumbuca.

Figura 1: Mapa do PEJ



Jalapão Tocantins. <http://jalapao.to.gov.br/localizacao/73>

A história de povoamento do Município de Mateiros, onde se encontra o PEJ, se confunde com a própria formação de Ponte Alta do Tocantins, quando ainda pertenciam ao norte de Goiás. Seus primeiros moradores eram caçadores provenientes do Piauí, que vinham atrás dos veados mateiros que eram encontrados em quantidades naquela região, daí o nome da localidade, como também de negros quilombolas que saíram da Bahia para cultivar a lavoura de toco<sup>15</sup>.

Alguns ciclos de ocupação humana também foram responsáveis pelo acanhado povoamento da região do Jalapão. O primeiro deles, que se têm notícias, deu-se no século XVIII pela corrida do ouro; mais tarde nos séculos XIX e XX, temos um novo momento de migração decorrente do avanço da agropecuária tradicional e de tropeiros; já no final do século XX o garimpo de pedras preciosas e cristais de rocha trazem mais

<sup>15</sup> “Cortam-se as árvores bem próximo do solo, deixando somente os tocos do tronco. Vem daí um dos nomes pelo qual os lavradores denominam a lavoura: *roça de toco*” (GALIZONI, 2004, p. 5)

gente, assim como a emancipação do Estado do Tocantins (NATURATINS, 2003, pp.26 e 27).

A historiografia brasileira referente a essa área do antigo Goiás é restrita, pois não foi uma região que chamasse atenção pelo ciclo de produção de grandes riquezas e/ou grande fluxo migratório na busca de algum *eldorado*<sup>16</sup>. Desta forma, as pessoas que foram para lá impulsionadas por alguns desses ciclos e ficaram, são numericamente insignificantes.

Conforme o Plano de Manejo do Jalapão, (NATURATINS, 2003, pp. 26-27) Ponte Alta do Tocantins, surgiu como vilarejo em junho de 1909, fundada pelo fazendeiro Antonio Mascarenhas. Em 1912 o povoado foi elevado à sede do Distrito de Jalapão, com a denominação de Bom Jesus de Ponte Alta. Em 1958, foi emancipado, tornando-se Ponte Alta do Norte. Com a criação do Estado do Tocantins, o município passou a se chamar Ponte Alta do Tocantins (Decreto Legislativo nº. 1, de 1º de janeiro de 1989).

Em 1932, em Mateiros, por iniciativa da própria população local, foi construída uma pequena escola que teve como primeiro professor João Terra. Em 1963, através da Resolução Nº 53/63, foi criado o Distrito de Mateiros, no Alto Jalapão, com o nome oficial de Vila de Mateiros, pertencente ao então município de Ponte Alta do Norte, atual Ponte Alta do Tocantins. Em 1991, a Lei Nº 151 do governo do Estado do Tocantins criou o Município de Mateiros, desmembrando-o do Município de Ponte Alta do Tocantins. Sua instalação oficial deu-se no dia 1º de janeiro de 1993, com a posse de seu primeiro prefeito.

Desta forma, a história socioambiental da região do Jalapão mostra a formação de um lugar de poucas pessoas, convivendo até final da década de 90 “despercebidamente” com a fauna e flora, por ser inóspito e pobre como na fala de Dona Miúda “O Jalapão era o local mais pobre do Tocantins, daqui a uns 40 km os gaúchos só plantavam soja, milho e cana-de-açúcar”<sup>17</sup>, com a passagem do século XX

---

<sup>16</sup> “Eldorado” é de origem espanhola e significa “Terra do Ouro”, país imaginário que se dizia existir na América Meridional, lugar pródigo em delícias e riquezas. Em “Visão do Paraíso”, Sérgio Buarque de Holanda estuda as fantasias do Renascimento: “A idéia de que do outro lado do Mar Oceano se acharia, se não o verdadeiro Paraíso Terreal, sem dúvida um símile em tudo digno dele perseguiu, com pequenas diferenças, a todos os espíritos. A imagem daquele jardim fixada através dos tempos em formas rígidas, quase invariáveis, compêndio de concepções bíblicas e de idealizações pagãs, não se podia separar da suspeita de que essa miragem devesse ganhar corpo num hemisfério ainda inexplorado” (SCLIAR, 2001).

<sup>17</sup> Idem nota 8. A menção que a Dona Miúda faz as fazendas dos gaúchos a 40 km dali, é referente à formação de grandes propriedades agrícolas que começaram a surgir em diversas regiões do Cerrado Brasileiro, em função da expansão agropecuária de larga escala sobre esse bioma específico, a partir da década de 70 (NATURATINS, 2003; RODRIGUES, 2005; REZENDE, 2006).

para o século XXI, aquele espaço passa a ser um local “encantado”<sup>18</sup> aos olhos de turistas, cientistas e governos.

#### **4.1.1. Mito de Origem**

Os ascendentes dos mumbuquenses chegaram naquele local a mais de cento e cinquenta anos. Ninguém sabe precisar o tempo só sabem que os que estão ali, ou são descendentes da família fundadora, ou são parentes por afinidade<sup>19</sup>. As exceções que encontramos foram: o professor que veio de São Felix para dar aula na Nova Escola; e um rapaz de Monte do Carmo que respondeu a pesquisa, cujo pai comprou terras na região. Ele está morando a quatro anos na comunidade.

As versões dadas sobre a formação da Sociedade de Mumbuca foram às seguintes, Quadro 1:

---

<sup>18</sup> O encantamento está ligado aos novos significados simbólicos que o cenário, a fauna, a flora, a bacia biográfica, etc., passam a ter para os de fora (aqueles que não moram no Jalapão) a partir do momento que muda o contexto histórico e social (BERGER, 1978), os mesmos atributos que o Jalapão sempre possuiu passam de inóspitos e pobres para “encantadores”.

<sup>19</sup> Neste caso, estamos chamando de parente por afinidade àqueles que se casaram com descendentes da família fundadora.

Quadro 1: Mitos

	Meu bisavô veio da Bahia, ele pegou de casco de burro a índia Tumã. Tem gente de olhos azuis na nossa família;
	Bisavô da Bahia formou a comunidade;
	Muitos anos foram se reunindo em quatro léguas, tem muita gente espalhada ainda;
	Formou pelos meus avôs que vieram da Bahia na terra desabitada;
	Minha avó, coisa do outro século, só o povo mais velho sabe contar direito;
	Negros e escravos fugidos se apropriaram e constituíram família;
	Uma parte era da minha bisavó índia, era de uma aldeia daqui – por parte do meu tataravô veio da Bahia, meu pai é daqui;
	Um homem fugiu da seca e da escravidão e casou com uma índia brava achada na mata da caatinga;
	Originados do Piauí e da Bahia
	Os avôs do marido dela (Dona Miúda) vieram com outras pessoas e iniciou o povoado, eles faziam prato, panela de barro;
	Originada da Bahia;
	O pessoal veio da Bahia fugido da seca;
	Vieram da Bahia e misturaram-se com os índios;
	Índio com Bahia;
	O povo da Bahia fugindo da seca;
	Foram negros da Bahia que vieram;
	Aprendi agora;

Fonte:2008

Porém, as “histórias” que os moradores contam da origem do vilarejo são fragmentos de diversas outras possibilidades históricas, ou melhor, um pouco real, um pouco fantasia daquilo que se ouviu falar, com aquilo que se acredita ser. Que é a forma de ser dos mitos, das origens mitológicas. E como Mumbuca não apresentava uma história escrita convencional, nem mesmo uma história oral coerente, foi preciso entender sua origem mitológica para compreender o sentido daquele lugar para eles, a conquista que significou estar ali, sua origem indígena e quilombola, sua reprodução social baseada na tradição.

Saber do mito de origem é importante para o trabalho de pesquisa, porque vincula a população de Mumbuca, não só fisicamente ao Parque do Jalapão, mas simbolicamente, foi ali que os ancestrais chegaram, não em outro lugar.

Segundo Lévi-Strauss (2003), “um mito se compõe do conjunto de suas variantes, a análise estrutural deverá considerá-las todas, ao mesmo título” (p. 250). Para podermos chegar ao que o autor chama da lei estrutural do mito temos que separar as unidades constitutivas ou mitemas que intervêm para a estrutura do mito assim como os fonemas, ou os morfemas intervêm para a estrutura da língua. Só é possível fazer isso por aproximações, ensaios e erros. Cada mito é analisado independente buscando traduzi-lo por meio de frases mais curtas possíveis (para descobrir as unidades constitutivas) por isso, “não existe a versão verdadeira do mito, da qual todas as outras seriam cópias ou ecos deformados. Todas as versões pertencem ao mito” (p. 252).<sup>20</sup>

Na Tabela 3 faremos a separação dos mitemas – partes menores do mito – por quadros temáticos, segundo Lévi-Strauss (2003).

---

<sup>20</sup> No Capítulo Estrutura dos Mitos, publicado no livro **Antropologia Estrutural**, 6ª. edição, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. Claude Lévi-Strauss descreve como interpretar um mito dentro da perspectiva estruturalista, como num manual. Este capítulo foi originalmente um artigo com o título: The Structural Study of Myth, in: Myth, A Symposium, Journal of American Folklore, vol. 78, nº270, out-dez. 1955, pp. 428-444. É interessante apontar que em 1955 na publicação desse artigo o autor termina o texto defendendo a forma de pensar dos povos “primitivos” dizendo: “talvez descobriremos um dia que a mesma lógica se produz no pensamento mítico e no pensamento científico, e que o homem pensou sempre do mesmo modo” (p. 265), coisa que ele vem defender em 1978 com o livro **Mito e Significado**, vide nota 34.

Quadro 2: Mitemas

<b>Variações</b>	<b>Origem</b>	<b>Saga</b>	<b>União Local</b>	<b>Adendo</b>
<b>1.</b>	Bisavô Bahia	Pegou no casco do burro	Índia Tumã	Ascendentes de olhos azuis
<b>2.</b>	Bisavô Bahia	Formou a comunidade		
<b>3.</b>	Muitos vieram	Foram reunindo em quatro léguas		Tem muita gente espalhada ainda
<b>4.</b>	Avós da Bahia	Terra desabitada		
<b>5.</b>	Minha avó			Coisa de mais de um século
<b>6.</b>	Negros e escravos	Fugidos se apropriaram e constituíram família		
<b>7.</b>	Tataravô da Bahia		Bisavó índia era da aldeia da daqui; Pai daqui	
<b>8.</b>	Um homem	Fugiu da seca e da escravidão e casou	Índia brava, achada na mata da caatinga	
<b>9.</b>	Piauí e Bahia			
<b>10.</b>	Avós da matriarca com mais gente	Iniciou o povoado		Faziam pratos e panelas de barro
<b>11.</b>	Bahia			
<b>12.</b>	Bahia	Fugido da seca		
<b>13.</b>	Bahia		Índios	
<b>14.</b>	Bahia		Índios	
<b>15.</b>	Bahia	Fugindo da seca		
<b>16.</b>	Negros da Bahia		Índios	
<b>17.</b>	-----	-----	-----	-----

Fonte:2008

Uma vez, construído o quadro analítico dos temas: origem, saga, união local e adendo, têm composto os mitemas abaixo de cada quadro que nos leva a estrutura do mito.

- **Análise do 1º. Tema: Origem**

De onde vieram os ancestrais?

Mitemas: *Bisavô Bahia; Bisavô Bahia; Muitos vieram; Avós da Bahia; Minha avó; Negros e escravos; Tataravô da Bahia; Um homem; Piauí e Bahia; Avôs da matriarca com mais gente; Bahia; Bahia; Bahia; Bahia; Bahia; Bisavô Bahia.*

Os ancestrais eram avós, bisavós e tataravós, e vieram da Bahia e do Piauí. Eram negros e escravos. Era um homem, e eram muitos.

Uma variação do tema não elimina as outras possibilidades do mito. Essa ancestralidade “confirma” o tempo de ocupação da região, pois sendo avô, bisavô ou tataravô não é alguém que conviveu com os que ali vivem, ou seja, eles são de um passado mítico, de uma geração anterior a dos vivos, logo, mais de 150 anos.

- **Análise do 2º. Tema: A Saga**

Por quais dificuldades ou aventuras passaram até a formação de Mumbuca?

Mitemas: *Pegou a índia no casco de burro (caçou-a); Formou a comunidade; Foram reunindo em quatro léguas<sup>21</sup>; A terra era desabitada; Vieram fugidos da escravidão e da seca; Se apropriaram de terras desabitadas; Formaram família; Casaram-se; Formaram um novo povoado.*

Lendo os segundos mitemas de cada quadro de variações temas: que os ancestrais vieram para uma terra desabitada, um deles caçou uma índia para se casar e formar o povoado, vieram fugidos da escravidão e da seca. Mostra a valentia dos ancestrais que vieram de “fora” dos estados vizinhos fugidos de situações ruins: escravidão e seca, e chegando ao Jalapão tiveram que formar e habitar uma terra desabitada (sem nada), só com índios selvagens, que precisaram ser caçados para poder se casar com os que chegaram. Retrata uma história de luta.

---

<sup>21</sup> “Quatro léguas correspondem à cerca de 26.400 quilômetros (6.600X4: 26.400)” (BORGES, 2003, p. 221)

- **Análise do 3º. Tema: União Local**

Com quem se aliaram no Jalapão?

Mitemas: *Índia Tumã; Bisavó índia; Era da aldeia daqui; Pai daqui; Índia brava; Índia achada na mata da caatinga; Índios; Índios; Índios.*

A associação local com os índios tem duas funções a de confirmar a origem indígena do grupo, mas, acima de tudo, de legitimar o direito ao território, porque caracteriza a aliança dos ancestrais que são de “fora”, migrantes, com os da “terra” os índios. E a categoria de índios que os moradores se referem é de “selvagens”, que independente de ter havido índios selvagens na região do Jalapão, ao aparecer no mito “combina” com as terras desertas, mostrando a bravura dos que ali chegaram conquistando terras e índios. A referência a *Índia Tumã*<sup>22</sup>, que também não é nenhum nome de índio ou de aldeia conhecida, remete a essa construção mítica.

**Análise do 4º. Tema: Adendos**

Os elementos que foram agregados ao mito.

Mitemas: *Ascendentes de olhos azuis; Tem muita gente espalhada ainda; Coisa de mais de um século; Faziam pratos e panelas de barro.*

Analisando o último quadro temático, dos adendos colocados para enriquecer o mito, temos: *os ascendentes de olhos azuis* que pode ter aparecido no mito porque no Brasil, se valoriza pessoas de olhos claros, logo falar de uma ascendência de olhos azuis é uma maneira de valorizar a ascendência, já que em Mumbuca não tem pessoas de olhos claros. Outro mitema: *tem muita gente espalhada ainda* – amplia a ocupação da comunidade, primeiro que o povoado é na verdade maior do que o conjunto de casas, pois a casas no meio da área rural, e segundo, quando aparece esta fala a dimensão se estende um pouco mais, que é uma forma insciente de apropriação do território. E por último temos: *faziam pratos e panelas de barros*, que significa que é um povo auto-suficiente, eles faziam seus próprios utensílios.

Depois de desmontado o mito, e desvendada sua estrutura, o **Mito de Origem** de Mumbuca se afirmaria mais ou menos na seguinte “história”: *Nossos ancestrais eram migrantes dos estados vizinhos, Piauí e Bahia, valentes negros escravos, alguns de olhos azuis. Vieram para cá a mais de cem e a menos de duzentos anos. Eram muito valentes, os que vieram, eram homens, vieram fugidos da seca e da escravidão, da vida difícil, vieram para ficar, formar família, casar, construir uma nova comunidade e*

---

<sup>22</sup>Não encontramos nenhuma referencia a palavra: Tumã.

*nunca mais voltar. As terras que ocuparam estavam desocupadas e foi mais de quatro léguas de terra, muito mais, porque não é só essa que está à comunidade, tem mais com gente por aí espalhada (em terra espalhada). Quando chegaram, casaram-se com as índias selvagens que viviam nas aldeias das matas daqui. Tiveram que conquistar terras e índias. Mas, eles venceram, porque eram capazes e auto-suficientes, nunca precisaram de ninguém de fora, faziam seus próprios utensílios, até seus pratos e panelas eles faziam de barro.*

A história é criada, segundo Lévi-Strauss (2003) a partir do mito para exaltar as virtudes da família de origem. Para passar do mito à história é só colocá-lo em ordem cronológica e inteligível, e teremos a história de origem da Comunidade de Mumbuca e de seus heróicos fundadores.

Por ser a História de Origem de *uma única família*, temos apenas virtudes quanto aos ancestrais, e a formação da comunidade (LÉVI-STRAUSS, 2007), pois até então, essa se mostrou vitoriosa, venceu a seca, a escravidão, a bravura dos índios e a desolação da terra, e com sua autonomia concebeu família, formou a comunidade chegando até o presente sem precisar dos de fora, essa história de vitória e auto-suficiência só começa a mudar com a implantação do Parque Estadual do Jalapão em 12/jan./ 2001 (NATURATINS, 2003).

Os elementos estruturais que compõe o mito, segundo o teórico estruturalista Lévi-Strauss (2003, p. 265), são os elementos que permanecem de forma descontínua, teríamos: *negros, índios, terras, fugitivos, valentes*. Esses elementos combinados como for, formam os cafuzos mumbuquenses que ali estão, como gente resistente a mais de cem anos.

Parte do mito é incorporada na *história oficial*<sup>23</sup> de Mumbuca,

Das localidades que integram a região do Parque Estadual do Jalapão, Mumbuca, situada nas proximidades do córrego de mesmo nome, é a mais expressiva. Ali é que foi instalada a escola mais antiga do município, criada em 1917. A população local, em sua maioria, é constituída de descendentes de negros provenientes de antigos quilombos da Bahia. (NATURATINS, 2003, p.154).

Depois de conhecer a História de Mumbuca, foi preciso saber quem pertence à família Mumbuca.

---

<sup>23</sup> Idem nota 33, se tornou oficial porque é a que foi anexada aos documentos oficiais do lugar, como o Plano de Manejo do PEJ.

#### 4.1.2. Os de *Dentro* os de *Fora*

*Passsei uns dias fora daqui, eu lembrava de cada árvore e meu coração doía de saudades*<sup>24</sup>.

Entre os mumbuquenses, 85% declararam fazer parte da família de formação de Mumbuca, os de fora são: *um é o professor* da Nova Escola, o outro é o *filho do fazendeiro*, e há provavelmente mais agregados - casados com pessoas que fazem parte da família de fundação.

Na seqüência queríamos saber se: tendo uma história de vínculo com o território, pertencendo à mesma família, se as pessoas gostam dali? Sentem-se bem naquele lugar? Sentem-se parte daquela comunidade? Porque se a pesquisa está preocupada com a permanência, ou não, do grupo no PEJ, o primeiro, a saber, é se os moradores do lugar gostam de morar ali.

A coesão social constitui como base das atividades locais, as relações familiares são fundamentais não somente nas atividades econômicas, mas permeiam, de forma nítida, as várias esferas da vida social. Por serem todos parentes um tem a “obrigação” de ajudar o outro: seja na construção das casas, na “troca” de mantimentos, principalmente da farinha de mandioca onde famílias numerosas produzem mais do que famílias menores, e quando falta algo as famílias menores as outras fornecem, na divisão da carne quando mata uma cabeça de gado, no uso da máquina de farinha<sup>25</sup> etc. Se alguma família na comunidade deixa de trabalhar na roça, em função de alguma doença, ou por serem mais velhos, os demais cobrem essa falta<sup>26</sup>.

Além da coesão social, os entrevistados devem sentir-se bem onde vivem, devem gostar do lugar onde estão. Fizemos essa pergunta no questionário para verificar se o sentimento de união se estendia ao lugar, ou se era só as pessoas da família. Sempre em mente que a conexão do povoado com o lugar é de vital importância para sua manutenção no Jalapão.

A questão colocada no questionário foi a seguinte o senhor gosta de viver aqui?

Fonte:2008

<sup>24</sup>Fala de Laurineide Ribeiro Gomes – moradora de Mumbuca

<sup>25</sup> Na nossa segunda visita na Pousada da Toinha era época de fazer farinha, seus filhos estavam fazendo muita farinha e armazenando em sacos. Alguns vizinhos também iam usar a máquina de farinha. Perguntamos para Toinha se aquela farinha era para o ano todo, pois tinha um cômodo só de farinha, ela disse que sim, mas que na época da chuva quando acabava a farinha de muitos da comunidade iam buscar com ela. Daí nós perguntamos: mas, você vende? Ela respondeu meio contragosto: “farinha não dá pra vender, você dá mesmo”.

<sup>26</sup> Dona Laurentina de 84 anos mora sozinha ao lado da Toinha ela vai comer ali, buscar as coisas que precisa, porém vive na sua casa, se cuida sozinha.

Reforçando a idéia de pertencimento, 20% responderam *ter orgulho*, e 75% declarou *gostar muito*, isso significa que 95% dos entrevistados, sentem-se muito bem em Mumbuca. Apenas 5% disseram *já ter se acostumado* e nenhum alegou: *Não vejo a hora de morar em outro lugar*, ou *Não gosto de viver aqui*. Ou seja, a maioria absoluta sente-se pertencendo a aquele lugar, faz parte da família de formação e está feliz por morar lá.

Para fechar este item os de *dentro* e os de *fora* teríamos entre os entrevistados quase unanimidade nos de *dentro*, que são os familiares, descendentes dos formadores de Mumbuca, etc. Os de *fora* se resumem, entre os entrevistados, a dois: o professor que veio de São Félix para dar aula na nova escola, e no filho de um fazendeiro que veio morar em Mumbuca para cuidar da fazenda. E esses mostraram, por vezes, terem falas destoantes do grupo.

#### 4.1.3. Memória das Anciãs

Refizemos a História de Origem através do estudo do mito de origem da comunidade, junto a isso pesquisamos se a maioria da comunidade era formada pela família tradicional, depois se tinham apego à comunidade e ao lugar que eles vivem.

Para uma pesquisa de maior profundidade achamos conveniente entrevistar as anciãs locais: Dona Laurentina da Silva, com 84 anos e Dona Miúda, com 80 anos. Dona Laurentina é irmã de Dona Miúda as duas vivem na Comunidade Mumbuca, cada uma na sua casa e levam vidas completamente diferentes, enquanto Dona Laurentina é uma senhora que nasceu, cresceu ali, criou seus filhos, e agora desfruta de sua velhice com tranqüilidade e com as lembranças do passado. Dona Miúda é a matriarca do local, muito ativa só se refere ao passado se for fazer uma reivindicação do presente, foi ela que implantou, ensinou e divulgou a técnica do artesanato do Capim Dourado ali, que se espalhou pelo mundo. Esta feita lhe traz um sentimento de orgulho e indignação, orgulho de ter fornecido a tanta gente meios de sobrevivência, de ter levado o nome de Mumbuca e de sua arte para tão longe, e de indignação por não colher os frutos disso.

As entrevistas com as anciãs de Mumbuca foram por si só *sui generis*, porque a Dona Miúda, nós tínhamos a obrigação de entrevistá-la, como matriarca do local, seria um desrespeito fazer a pesquisa no vilarejo, sem dar atenção especial a ela, e uma das formas de fazê-lo era dando-lhe voz, fazendo uma entrevista com ela.

Já Dona Laurentina é uma senhora bastante discreta e calada, porém quando começamos a aplicar os questionários saímos da Pousada da Toinha e fomos numa casa

em direção ao centro, que por sinal, ao lado, os donos estão construindo um restaurante para turistas. Esta casa é de uma das filhas de Dona Laurentina, depois de conversarmos um pouco, o marido começou a responder o questionário, e lá pela metade da entrevista, aparece Dona Laurentina e começa a falar. Dada a situação, percebemos que seria propício interromper a pesquisa para colher aquele depoimento que veio de forma tão espontânea, é como se ela tivesse ido até ali para falar conosco, como se tivesse algo guardado que precisava dizer.

As falas dos velhos por si só são valiosas, mas, no caso de nossa pesquisa foram fundamentais para entendermos o funcionamento da Sociedade Mumbuca antes do PEJ, pela fala de Dona Laurentina, para compararmos com depois do PEJ, e as influências que tiveram, e depois as expectativas de futuro pela voz de Dona Miúda.

### **Depoimento de Dona Laurentina - 84 anos<sup>27</sup>:**

Figura 2: Dona Laurentina



**Autor: José Fredrych**

Na fala de Dona Laurentina, o passado se faz presente, como diria Bergson (1959 apud Bosi, 1998, p.60) é como se seu viver presente estivesse tão *automatizado* que não necessitasse mais de suas memórias, para dizer-lhe a melhor maneira de agir; sendo assim, ela entrega-se ao passado como uma vocação pura. Ao mesmo tempo

---

<sup>27</sup> O depoimento de Dona Laurentina foi ouvido em setembro de 2008, em forma de entrevista espontânea. Ela foi falando e por vezes, o entrevistador fazia uma pergunta, ou comentário, para estimular a continuidade de um determinado assunto. Esta entrevista foi gravada e filmada, e feito anotações no Diário de Campo (ANEXO B). Parte do depoimento foi feito em novembro de 2008 quando Dona Laurentina respondeu o questionário (ANEXO A), e nas perguntas abertas completava ou reafirmava seu depoimento.

como diz Halbwachs (1956 apud BOSI, 1998, pp. 60-63), ele velho faz mais do que lembrar o passado, ele instiga sua memória, procura junto a outros velhos, procura-o em documentos, porque ele é depositário deste tesouro da comunidade, lembrar fatos vividos é seu precioso papel social.

E sem conhecer esses autores, Dona Laurentina desempenha estes papéis: Primeiro, sua busca em procurar os pesquisadores para falar, é para desempenhar o seu mais importante papel social, que é de trazer viva a Memória da Comunidade, (HALBWACHS, 1956 apud BOSI, 1998, pp. 60-63); segundo, nada no seu dia-dia presente, distraí sua memória que tem por vocação armazenar as coisas vistas e vividas no passado (BERGSON, 1959 apud Bosi, 1998, p.60).

Quando em setembro de 2008, Dona Laurentina chegou à casa de sua filha para falar com os pesquisadores, estava toda arrumada (figura 15), tinha acabado de tomar banho e vestia uma camisa de seda estampada com uma saia. Comentamos sobre a sua elegância, e ela disse que gostava muito daquela camisa que havia ganhado de uma turista. Foi muito interessante observar a sua altivez e elegância, flagrados no seu modo de sentar, nos gestos contidos, na voz firme e suave. A sua simplicidade não se confunde com nenhum desleixo, muito pelo contrário denuncia os bons modos, que parecem quase naturais<sup>28</sup>, fácil de encontrar em algumas comunidades rurais brasileiras<sup>29</sup>.

O parêntese que fazemos sobre sua elegância de Dona Laurentina, tem duas finalidades: uma de reconhecer e retribuir a sua preocupação em agradar os visitantes, e outra, em mostrar que os componentes das comunidades tradicionais não estão dissociados da sociedade moderna, tendo acesso a televisão, a revistas, a visita constante de turistas, a anciã da Sociedade Mumbuca, assim como os demais moradores são zelosos com a aparência, têm noção da moda, são delicados e cordiais no trato. Essa educação apurada no tratamento do outro, está ligada, sobretudo, ao sentido mais amplo de respeito: “A conservação dos recursos naturais é parte integrante de sua cultura, uma idéia expressa no Brasil pela palavra ‘respeito’ que se aplica não somente a natureza como também aos outros membros da comunidade” (DIEGUES, 2004, p.87).

---

<sup>28</sup> Aqui colocamos quase naturais, porque é um resultado das relações culturais.

<sup>29</sup> Para DaMatta (1986) tomando uma lista de tudo o que é importante para o homem na sociedade (leis, família, casamento e sexualidade, dinheiro, poder político, religião e moralidade, artes, comida e prazer em geral) e observando o modo que as pessoas se posicionam e se atualizam perante estas coisas, teremos o *inventário* de identidades sociais e de sociedades. Isto permitirá descobrir o estilo e o *jeito* de cada sistema. Em Antropologia isso é cultura, para o autor a cultura exprime precisamente um estilo, um modo e um jeito de fazer as coisas (DAMATTA, 1986, p.17, grifos do autor). Como a nossa análise da Comunidade de Mumbuca não passa pela observação dos porquês da *cordialidade* daquela gente, que provavelmente são por combinações culturais diferentes da nossa; não tentaremos explicar a origem dos modos da Dona Laurentina, mas vale a pena registrá-los.

Na sociedade moderna é difícil entender qual a relação do arrumar-se para uma visita e o cuidar da natureza, porque acostumados à dinâmica da ciência, da vida, do tempo, de tudo fracionado, perdemos a capacidade do pensamento global comum as populações tradicionais. Quando se respeita, se respeita tudo, o outro, a natureza, a si próprio, pois, tudo faz parte da “totalidade” que é o mundo. O mundo em partes, fracionado, que respeito uma parte, e desrespeito outra, é invenção do mundo moderno, consequência da ciência iluminista que dividiu para poder estudar.

Na entrevista de Dona Laurentina ela foi falar de sua **origem:**

*A mãe nasceu aqui, filha de índia Maria Nascinda, depois teve a minha mãe Laurinda. Meu vô era Rufino que aprendeu com os caboclos o Capim Dourado<sup>30</sup>.*

*O bisavô do meu marido era filho ou neto do Jacinto que veio da Bahia.*

Ao falar da origem de Mumbuca, a entrevistada diz que sua avó era índia Maria Nascinda, e o bisavô do avô dela era *filho* ou *neto* de Jacinto, que veio da Bahia. Esses são dois dados são interessantes, o primeiro, da avó que é uma personagem conhecida dela, que tem nome e sobrenome, viveu duas gerações anteriores, logo uma figura histórica, O fato, de sua avó ser uma índia mostra que não foi só no passado, na origem da comunidade que os negros vieram, e casaram-se com os índios, mas os seus descendentes continuaram casando-se também com os “nativos”, pois os mumbuquenses não contam outras histórias de casamento que não sejam com índios.

O segundo aspecto que chama atenção, e está relacionado com o primeiro, é o fato, dela mencionar que o bisavô do marido era *filho* ou *neto* de Jacinto o fundador da comunidade, daí mais uma referência à origem, traz o personagem mítico (do tempo desconhecido). Mas, ao “trazer essa lembrança” faz de sua união, dela e do marido, uma repetição da estrutura da união “mítica” original: seu marido José era descendente direto do fundador da comunidade – seu Jacinto, e ela descendente direta de uma índia.

Reafirmar essa aliança original aparece como um traço de orgulho referente à ancestralidade. E ainda, se lembrarmos de Halbwachs (1956 apud BOSI, 1998), Dona Laurentina enquanto anciã que salvaguarda as memórias de Mumbuca, fala não só por ela, fala por todos os Mumbuquenses, como se dissesse *temos orgulho da nossa ancestralidade de negros e índios, pois é esse vínculo que faz de nós o que somos.*

---

<sup>30</sup> O artesanato de Capim Dourado é uma identidade forte da Comunidade Mumbuca na atualidade, toda fala se faz uma referência a ele. (NATURATINS, 2003; FIGUEIREDO, 2006; RODRIGUES, 2007; A-DORNO, 2008). Vide nota 8.

Ao seguir sua entrevista ela fala do seu trabalho na comunidade e o amor por Mumbuca:

*Minha mãe Laurinda era parteira e fazia peças com Capim Dourado<sup>31</sup>. Eu fui parteira por 34 anos, não tinha carro para levar as mulheres daqui. Nascia ou na rede ou no buraco, e nascia mais era homem. Tanto de menino que peguei.*

*Nunca ninguém morreu na minha mão. Deus me abençoou neste lugar, e muitas crianças vieram pelas minhas mãos para viver neste lugar maravilhoso.*

Dona Laurentina foi parteira 34 anos na Comunidade de Mumbuca, assim como sua mãe, seu papel social quando jovem foi passado de mãe para filha, e cobre de elogios seu trabalho e a comunidade. Essa passagem mostra um traço da comunidade tradicional que passou não só a profissão de parteira de mãe para filha, mas a responsabilidade de trazer ao mundo todos os filhos da comunidade.

Quanto ao sentimento de que Mumbuca é um lugar maravilhoso para viver e que não há outro lugar melhor é compartilhado pelos demais mumbuquenses, tanto que a maioria absoluta dos moradores não pensa em sair, por valor nenhum.

Dos 40 entrevistados, 92,5% responderam que *sob hipótese ou valor algum estaria disposto a sair do PEJ<sup>32</sup>*, e deram as seguintes razões:

*Acho bom mesmo*

*Aqui é bom; a terra é boa e nós gostamos*

*Aqui é bom e sossegado*

*Aqui é muito bom para cuidar dos filhos, não tem violência e é tranquilo*

*Aqui é nosso lugar que ganhamos com luta*

*Aqui é sossegado demais, eu gosto muito daqui*

*Construí minha vida aqui*

*Esse é o nosso lugar junto com o nosso povo*

*Eu gosto daqui e prefiro viver aqui*

*Eu gosto dessa terra, aqui é meu lugar*

*Eu gosto mesmo é daqui, não quero ir para lugar nenhum*

*Eu já me acostumei aqui, gosto do meu lugar e não quero sair daqui*

*Eu não aceito ir para outro lugar*

*Eu prefiro morrer aqui e vou brigar com todos que precisar*

*Eu quero ficar aqui mesmo*

---

<sup>31</sup> Idem nota 51.

<sup>32</sup> Quando falamos sair do PEJ é vender sua propriedade para o Parque Estadual do Jalapão e sair do local que Mumbuca se encontra.

*Eu quero viver aqui até morrer*

*Gosto daqui*

*Gosto daqui e criei 10 filhos e vou deixar para eles*

*Gosto de viver aqui e quero continuar*

*Gosto do Mumbuca é herança que Deus me deu*

Temos acima algumas<sup>33</sup> falas justificando os porquês que os pesquisados não venderiam suas terras para o PEJ e deixariam o Mumbuca. Todas parecem uma só voz, e vão de encontro à fala da anciã Dona Laurentina. Demonstram um sentimento de amor e pertencimento ao lugar como se aquele fosse o único lugar possível de construir a vida,

[...] o sentimento de pertencimento e/ou identidade que as pessoas possuem em relação aos territórios em que vivem. Nas palavras desse autor, o território consiste no "[...] chão da população, isto é sua identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi" (SANTOS, 2000, p. 96 apud COUTO FILHO, 2007, pp. 108-109).

Este apego ao lugar está diretamente ligado a significância do espaço do trabalho para a *reprodução social*, desta forma, “a familiaridade dos povos **primitivos** com o seu espaço, sua percepção do espaço confundindo-se com o espaço social necessário à reprodução de sua vida” (SORRE, 1957, pp. 14-17 apud SANTOS, 2004, p.28, grifo do autor), enquanto na sociedade complexa o trabalho torna-se fragmentado pela divisão e especialização do trabalho, transformando o espaço em mercadoria universal, “o espaço se converte numa gama de especulações de ordem econômica, ideológica, política, isoladamente ou em conjunto” (SANTOS, 2004, p.30). Onde, o marketing, suscetível a trabalhar em diferentes níveis espaciais, mais especialmente na cidade, evoca a idéia de um complemento ou substituto às práticas da planificação urbana. E consiste em esforços para influenciar as atitudes e estabelecer trocas de domicílios, de locais industriais e comerciais, de terrenos, de viagens e imagens nacionais (KOTLER, 1973, WIEVIORKA, 1975 apud SANTOS, 2004, p.30).

Ou seja, se para eles, mumbuquenses, o espaço *é o que é* o local de trabalho, dos seus ancestrais, da família, do lazer etc., por isso, o único local possível de reproduzir a vida social. O *nosso* espaço da cidade, na sociedade capitalista é um espaço fetichizado,

---

<sup>33</sup> Algumas, porque as demais justificativas se repetem.

A semantização geral dos objetos de que falou Baudrillard (1972 apud SANTOS, 2004, p. 38), dá ao envoltório artificial da Terra uma significação cada dia mais equívoca, fazendo da paisagem, uma espécie de mentira funcional. Os locais de trabalho, de estudo, de lazer, o quadro de nossa vida cotidiana são concebidos como mercadorias para seduzir e atrair o consumidor. Na verdade todos esses rostos se resumem num só, o da mais completa fetichização (SANTOS, 2004, p. 38).

Ao adquirir um imóvel para morar na cidade, o que se compra não são paredes e teto, compra-se: *“uma linda paisagem da janela principal”, “ótima localização”, “um lugar perfeito para você criar seus filhos”, “um edifício de classe”* são idéias que não estão no espaço adquirido, são colocadas artificialmente ali, dando-lhe significados que não lhe pertencem, para valorizá-lo como mercadoria. Neste processo de alienação do espaço social, o que menos importa é sua forma, sua estrutura, ou sua função; esses são os componentes centrais no conceito de espaço (LEFÈBVRE, 1974; 1961 apud SANTOS, 2004), mas cegos pela idéia de um conteúdo e de um valor que na realidade não tem, os consumidores pouco vêem a metragem dos apartamentos (cada vez menores); se servem a que se destina – a moradia da família – porque muitas vezes, restringem tanto os ambientes que, ou as famílias diminuem, ou mudam de hábitos para adaptarem-se as novas moradias; não vêem se estruturalmente condizem com os proprietários: se podem pagar pelo imóvel<sup>34</sup>, se o domicílio facilita a vida de seus moradores, se estão perto da escola, do trabalho, etc.

Por tudo isso que muitas vezes olhamos as casas de adobe de Mumbuca e não entendemos como seu povo ama tanto aquele lugar, enquanto nós pouco gostamos das nossas ilusões rebocadas, envidraçadas e arejadas artificialmente, sempre buscando mais.

Continuando a entrevista Dona Laurentina fala da vida difícil que levou:

*Meu marido José morreu de trovão. Aqui morreu três de trovão. Morreu tava com 40 anos. Caiu e morreu. Morreu três nesse dia. Não casei mais não.*

*Não quis arrumar outro marido porque tinha muito filho, não dá certo. Criei sofrendo. Do dia em que meu marido morreu, nunca mais faltou nada em casa. 16 filhos, oito só machos. Criei mais dois de uma cunhada minha que morreu. Perdi um filho de picada de cobra, um de acidente de carro, e dois que sumiram no mundo, um faz 30 anos, outro faz 20 que saiu para um garimpo no Amapá.*

---

<sup>34</sup> Dentro desta perspectiva de alienação do espaço transformando-o em mercadoria, de Milton Santos (2004), podemos relacionar o fetichismo da moradia nos EUA com sua crise imobiliária, que se tornou uma crise econômica global.

*Antes aqui não tinha nada, não tinha prato colher panela. Era tudo feito de barro era nós que fazia. Comia no feixe de barro, comia sem sal. A gente ia a pé até Ponte Alta (levava 4 a 5 dias) buscar sal, carregava na cabeça, e aí, corria o sal pela cabeça e pelava, ficava tudo em carne viva. Neste caminho que a cobra picou meu filho de 22anos e matou.*

*O primeiro carro entrou aqui foi em 1958 numa festa de pastor, e depois voltou outro só em 2001.*

O importante dessa fala é a dimensão da vida da comunidade frente à natureza sem intermediários: *se enfrenta a picada da cobra ou a queda dos raios*, para comer se constrói os utensílios, da mesma maneira que foi relatado no mito, fazem as *panelas e pratos de barro*. E se quisessem comer com sal, eles teriam que enfrentar o caminho *de três a quatro dias a pé* até Ponte Alta para comprar sal, e mesmo assim, o pacote de sal, acomodado no alto da cabeça, vinha escorrendo pelo cabelo e queimando o rosto.

Ao descrever essa vida, pode-se visualizar a completa autonomia da comunidade. Sua íntima ligação com a natureza e independência da sociedade moderna. Mesmo com todas as modificações que houveram da implantação do PEJ, em 2001, para cá, o grau de auto-suficiência da Comunidade Mumbuca em relação as sociedades modernas é muito grande, em compensação o grau de dependência de Mumbuca com seu ambiente natural é proporcional a sua liberdade as coisas da cidade, ou seja, é muito grande.

Nesta maneira de viver, o homem sabe que pode extrair do hábitat tudo que necessita, mas também conhece os transtornos e limites que esse lhe impõe, sendo assim, homem e meio se fundem, submetem-se simultaneamente a vontade do outro, criando intimidade, tornando-se sustentáveis,

Magia, medicina simpática, invocação divina, exploração da fauna e flora, conhecimentos agrícolas fundem-se num sistema que abrange, na mesma continuidade, o campo e a mata, a semente, o ar, o bicho, a água e o próprio céu. Dobrado sobre si mesmo pela economia de subsistência, encerrado no quadro dos agrupamentos vicinais, o homem parece ele próprio como segmento de um vasto meio, ao mesmo tempo natural, social e sobrenatural (CÂNDIDO, 1964, p. 138 apud DIEGUES, 2005, p. 92)

Outra situação que a anciã relatou na sua fala e foi muito interessante diz respeito às disputas de terras que já tiveram naquele lugar:

*Uma vez vieram uns fazendeiros pra cá, pra tomar as terras nossas. Nós éramos pobres e eles ricos, mas nós ganhamos a questão. Nós somos donos, eram dos nossos bisavôs e dos nossos avôs nós temos direito.*

Quando Dona Laurentina falou das terras que foram disputadas por fazendeiros e que os mumbuquenses apesar de *pobres* ganharam a questão, no momento não demos importância para pegar os dados documentais da disputa para agregá-los na pesquisa<sup>35</sup>. O importante é saber que eles têm as terras documentadas, eles têm bastante segurança quanto à propriedade daquelas terras, e que cada família sabe exatamente a quantidade de terra que possui. No questionário perguntamos aos entrevistados qual era o tamanho da propriedade rural que pertencia a família?

As respostas mostraram que há os mais variados tamanhos de propriedades<sup>36</sup>, que vão de 10 alqueires a 62 alqueires. Já a área utilizada para roça, é muito pouca terra, eles contam em Tarefas<sup>37</sup>, e declaram que usam *uma tarefa, duas tarefas*, no máximo *um alqueire*<sup>38</sup>.

É interessante observar que quando perguntamos ao grupo se estavam contentes com a área utilizada para plantação, 80% dos pesquisados, ou estão contentes com o espaço destinado a roça, ou gostariam de ampliá-lo para chegar ao máximo de *um alqueire* de terra cultivada. Sendo que, apenas 20% dos pesquisados gostariam de ter uma roça de *dois* alqueires a no máximo *seis* alqueires.

Nas sociedades tradicionais só é possível o plantio (a roça) em pequena extensão de terra, uma vez que, a mão de obra é familiar, comumente marcada pela divisão entre os gêneros (BRANDÃO, 1998; DIEGUES, 2005; ZUQUIM, 2007):

A divisão do trabalho aparece claramente marcada pelo gênero, [...] cabem aos homens os trabalhos da roça: derrubada, queimada, plantio e colheita; a caça e a pesca; a comercialização dos excedentes agrícolas e a construção da moradia. A mulher é a responsável pela reprodução e manutenção da família e cabe a ela, além de cuidar do lar e de criar os filhos, auxiliar o marido, com os filhos, nas atividades de plantio e colheita na roça (ZUQUIM, 2007, p.79).

<sup>35</sup> Numa outra visita a Comunidade Mumbuca seria importante buscar essa informação documental, tendo em vista que parte das terras do Jalapão já está desapropriada Lei 2.356, 24/fev./2005, e muitas vezes as comunidades locais tardam em receber seus direitos por falta das escrituras das terras.

<sup>36</sup> Não pesquisamos os por quês da variedade do tamanho das propriedades, ou qual o critério desta variação, ou ainda se eles comercializam as propriedades entre si; foi uma falha da nossa pesquisa, mas essas questões ficarão para outra análise.

<sup>37</sup> Tarefa - medida agrária constituída por terras destinadas à cana de açúcar e que no CE equivale a 3.630 m, em AL e em SE a 3.025 m e na Bahia a 4.356 m. Fonte: Tabela de Medida Agrária Não Decimal. Disponível em: [http://www.mda.gov.br/arquivos/TABELA\\_MEDIDA\\_AGRARIA\\_NAO\\_DECIMAL.pdf](http://www.mda.gov.br/arquivos/TABELA_MEDIDA_AGRARIA_NAO_DECIMAL.pdf) Acesso em: 28/fev./2009.

<sup>38</sup> Eles não precisam exatamente o tamanho da roça, eles dizem “Ah! É de uma Tarefa, é duas, é menos de um alqueire”. Eles sabem do tamanho da propriedade em função dos documentos, porém o tamanho da roça é sempre estimado.

Porém, o território<sup>39</sup> necessário para a reprodução do modo de vida rural é bem maior que o tamanho das roças, além do espaço das casas, os lugares sociais que compõem a comunidade, os pastos naturais e artificiais para o gado, os matos e a mata, as beiras dos rios e córregos, as trilhas e estradas, entre outros (BRANDÃO, 1998, p. 135), por isso, que as propriedades rurais dos pesquisados são bem maiores do que a terra que eles usam para plantio. Por exemplo: uma família tem 64 alqueires de propriedade e usa um alqueire para fazer a roça, além do que, entre as técnicas de plantio tradicionais está o descanso da área, ou rodízio do solo por anos.

Outro assunto abordado por Dona Laurentina foi sobre a perspectiva de futuro:

*Nunca morei fora daqui. Nunca pensei em sair, alguns filhos saíram, outros ficaram. Prefiro morrer do que sair daqui. Eu não saberia viver em outro lugar.*

*Hoje não pode queimar nem roça e os que vêm de fora estragam tudo...*

A grande maioria dos pesquisados, vive no PEJ com o temor de ser expulso dali, ou com a remarcação das divisas do Parque, ter suas terras desapropriadas (de fato), o temor de ter que sair do lugar que sempre viveram é real, não é uma fantasia. Eles convivem com esse fantasma da possibilidade de terem que sair dali.

## 4.2. Características da Comunidade Mumbuca

O nosso olhar sobre Mumbuca é como a comunidade se encontra hoje, 2007/2008, “o que se acha diante de nós é o agora e o aqui, a atualidade em dupla dimensão temporal e espacial” (SANTOS, 2004, p.14). Porém, na atualidade do espaço está impregnado o tempo que já passou, este passado é cristalizado como objetos geográficos atuais, são formas-objetos, que ao mesmo tempo é passado e é tempo presente, que enquanto formas abrigam uma essência dada pelo fracionamento da sociedade total (SANTOS, 2004). Sendo assim, ao observarmos o Vilarejo de Mumbuca seu espaço está impregnado de sua história centenária nas formas e objetos que fazem parte do passado daquela comunidade, porém continuam atuando no presente, pois não são ruínas de uma cultura, são fragmentos vivos do dia-dia dos mumbuquenses.

Ao vermos as fachadas das casas de adobe sem reboco, cobertas por palha, espalhadas por ruas mal demarcadas, em meio de uma semi-praça. *Semi* porque metade é parque, metade está um orelhão comunitário, no outro canto tem mais uma casa, ali também tem a sede da associação do Capim Dourado (a lojinha que vende os produtos),

---

<sup>39</sup> O conceito usado aqui de território, é de espaço humano, espaço habitado. E espaço verdadeiramente trabalhado, não o espaço capitalista fetichizado (SANTOS, 2005, p.138)

na frente vemos a Escola de Mumbuca construída em 2007, pelo Governo Estadual do Tocantins, temos a impressão de estar a meio caminho do passado e do presente, passado impregnado na cultura tradicional daquele povo, presente dado pelas marcas do Estado ali representado – nos prédios das escolas, no parquinho, no telefone, na antena.

#### 4.2.1. Casas de Adobe

As casas são todas de adobe<sup>40</sup> com exceção dos dois prédios da escola, o antigo, ao lado do telefone (figura 8 e 10) e a nova escola (figura 11) construída pelo Governo Estadual em 2007. São casas antigas e novas que perpetuam o saber tradicional de construção da comunidade, que faz parte do seu patrimônio intangível.

Ao ser aplicado o questionário entre os moradores da localidade uma das primeiras perguntas feitas foi se eles gostariam de fazer alguma reforma na sua casa.

A maioria (95%) respondeu que sim, quando questionados quais itens gostariam de reformar nas suas casas, falaram em colocar pisos, pintar, reformar o telhado, aumentar um cômodo, porém, apenas *um* entrevistado falou que gostaria de construir uma casa de tijolos, os demais se mostraram bastante satisfeitos com as casas de adobe.

As entrevistas foram feitas aproximadamente<sup>41</sup> com um morador de cada casa, sendo entrevistados 40 moradores que teoricamente representariam 40 casas, segundo NATURATINS, há em Mumbuca 52 casas (2003, p.154). Algumas estão abandonadas porque seus moradores construíram outra casa ali mesmo, e se mudaram para casa nova; outras já foram casas de *gente de fora*<sup>42</sup> que foi morar ali, e não se adaptou; e há outras, em que os moradores não foram encontrados na época das entrevistas. Portanto o número de famílias entrevistadas foi bastante significativo.

Quando percebemos a falta de interesse dos mumbuquenses por outro tipo de construção que não seja o adobe, podemos ver como o passado está presente no espaço geográfico daquela comunidade (SANTOS, 2004), seus moradores viajam para

---

<sup>40</sup> É quando a terra crua é usada como material construtivo. Ela pode ser escavada, empilhada, modelada, prensada, apiloada, recortada, extrudida, pode servir de enchimento, de cobertura, de recobrimento, entre outros. Geralmente são feitos tijolos de adobe que servem de base para construção. Mas, existem outras técnicas. O indispensável é o domínio do conhecimento da terra e da técnica a aplicar, para o melhor resultado pretendido (CORREIA, 2006, p.12).

<sup>41</sup> Aproximadamente, porque como a maioria das pessoas é integrante da mesma família: mães, filhos e filhas, tios, sobrinhos, netos e netas, avós. As moradias não são absolutamente fixas, ora um está morando aqui ora ali.

<sup>42</sup> Gente de fora, está sendo usado aqui, como gente que não pertence a família de fundação de Mumbuca. Durante as entrevistas em setembro/2008, o Sr. Adelcino, 45anos, nos contou que alguns anos atrás duas famílias de fora foram morar em Mumbuca. Instalaram-se ali e todos aceitaram. Com o tempo os mumbuquenses perceberam que os forasteiros tinham os costumes muito diferentes. Uma vez, só por diversão, os homens das famílias mataram 120 veados, competindo quem entre eles caçava mais veado. Segundo Sr. Adelcino, foi uma matança nunca vista. As famílias acabaram indo embora dali.

Mateiros, Palmas, Ponte Alta, Porto Nacional, mas não *desejam* casas de bloco ou tijolos queimados, os tijolos de adobe correspondem as suas expectativas e necessidades. Dentro da própria comunidade há duas edificações diferenciadas onde todos têm acesso: a antiga escola de tijolo queimado; e a escola nova feita de blocos, sendo assim, eles conhecem as casas de tijolos, mas, desprezam essa possibilidade, é simplesmente porque eles não sentem a necessidade de trocar de um material que vem atendendo as suas necessidades e eles dominam a técnica de construção, por outro que para eles a tecnologia é desconhecida, e desempenharia a mesma função.

Além do que, o “saber-fazer” tradicional de construir casas com terra crua, segundo Correia (2006) é a arquitetura naturalmente sustentável, que vem sendo retomada por profissionais modernos, não só para conservar os patrimônios que existem, como também trazendo a possibilidade de edificar novos e modernos patrimônios no mundo inteiro, dentro de normativas técnicas.

Na atualidade, o material terra permite a exploração de uma nova linguagem formal, em termos conceptuais. Ricky Joy, no Arizona, tem realizado um trabalho desenvolvendo o potencial das qualidades plásticas da terra; assim como Wayne Lloyd, que desenvolveu o projeto e obra do Poeh Cultural Center, em Pojoaque Pueblo, no Estado do Novo México (KRINSKY, 1996: 109). Na Europa, nos Estados Unidos, mas também na Austrália e Nova Zelândia, este “renascimento” encontra-se associado à revisão ou mesmo criação de Normativas Nacionais, ou Regulamentação, que permite edificar em terra, legalmente. A aposta crescente a nível mundial, em materiais mais ecológicos, recicláveis e naturais abriu caminho para a arquitetura em terra (CORREIA, 2006, p.18, grifo do autor).

Porque para a pesquisa foi importante a “descoberta” da continuidade do uso da construção das casas de adobe por parte da população mumbuquense? Porque mostrou que apesar do crescente contato eles continuam utilizando suas técnicas tradicionais de manejo com a natureza, e essas técnicas têm sido reconhecidas entre os estudiosos de construção sustentável, como sendo a ecológica, não agressiva ao meio.

## CENAS DE MUMBUCA

Figura 5: Algumas Casas



Autor: **Eduardo Setsuko**

Figura 7: Entrada Loja Capim Dourado



Autor: **Keile A. Beraldo Magalhães**

Figura 9: Mumbuquenses do lado do Telefone



Autor: **José Fredrych**

Figura 6: Orelhão ao lado da única casa de tijolos



Autor: **José Fredrych**

Figura 8: Tijolos de Aboze para construção



Autor: **José Fredrych**

Figura 10: Escola Construída em 2007



Autor: **Thelma Valentina**

#### 4.2.2. O Banheiro

O banheiro é um item que mereceu ser estudado porque no Povoado de Mumbuca há baixa porcentagem de banheiros construídos e diante deste fato, a população da comunidade, em geral, não tem o desejo de construir mais banheiros, de colocar banheiros dentro de casa. Mas, por que esse fato é importante para a pesquisa científica? Porque o banheiro é o cômodo residencial<sup>43</sup> que mais consome recursos naturais como água e energia elétrica, sem falar da rede de esgoto que se não bem canalizada pode contaminar rios, lençóis freáticos etc.

Na sociedade moderna o banheiro já é uma preocupação, no Jornal Nacional, o jornal televisivo de maior audiência no Brasil, transmitido pela Rede Globo de televisão, foi veiculado a notícia abaixo em horário nobre chamando atenção para o uso mais “ecológico” do banheiro.

Jornal Nacional Edição 12/05/09 - 21h30 - Atualizado em 12/05/09 - 22h23

##### **Fazer xixi no banho ajuda a proteger a natureza**

Para descargas com caixa acoplada são pelo menos 12 litros por uso. E nos vasos com válvulas, muito mais: 60 litros por vez. A idéia é economizar água e dinheiro. Um hábito muito comum entre as crianças passou a ser recomendado como forma de proteger o meio ambiente e também o seu dinheiro: fazer xixi no banho! Com todos esses números, a ONG SOS Mata Atlântica quer incentivar um hábito. S empre quando há uma campanha para preservar o meio ambiente o "não" aparece muito: não faça isso, não jogue aquilo. Mas desta vez a idéia é trabalhar o "sim": sim, faça xixi durante o banho.

“Fazer xixi no banho com água correndo não há problema nenhum de pegar doença, não se pega doença dessa forma”, esclarece o infectologista André Lomar. “Se você não faz nada pelo meio ambiente, faz xixi no banho. É um jeito divertido, uma forma boa de você também participar. Atrás de fazer o xixi no banho, tem a proteção da água, tem a proteção da floresta e do planeta”, explicou Mário Mantovani, diretor da Fundação SOS Mata Atlântica.

Na casa de Ana Lúcia Silveira, o hábito veio antes da consciência. “Depois que a gente começou a ter essa idéia da economia, a gente realmente está fazendo um bem e está economizando com a água. Aqui todo mundo faz xixizinho no banho. A mãe às vezes sim, está com vontade e não dá para sair, ir à privada e voltar”.

Para economizar o tempo todo há no mercado equipamentos específicos para ca sa. Torneira com sensor e até descarga inteligente: de um lado três litros e do outro, seis. O uso depende da necessidade.

“Antigamente, você soltava água à vontade. Hoje, você consegue administrar o consumo de água da forma que você achar interessante. Tudo isso aí é uma forma de economia de água”, disse o comerciante Hiroshi Shimuta.

**Fonte:** <http://jornalnacional.globo.com/>

<sup>43</sup> Considerada uma família de recursos medianos, se for de padrões elevados não há como calcular os incrementos tecnológicos que poderá uma família colocar em cada cômodo de sua casa para gastar água ou energia elétrica.

A tabela 10 reflete o baixo número de banheiros que existem na comunidade. Do total de 40 entrevistados, 90% declararam que os dejetos humanos são jogados a céu aberto, portanto, apenas 10% não são a céu aberto. Suponhamos que cada um desses quatro more numa casa distinta (que pode não ser), teríamos no máximo quatro banheiros, entre os 40 domicílios. Um desses banheiros é na Pousada da Dona Toinha, a única casa que recebe os turistas.

Por outro lado, não se percebe nenhum vestígio de dejetos humanos pelo povoado, como também não é assunto de conversas ou reclamações. Porém, quando entrevistados, apenas 35% manifestaram espontaneamente<sup>44</sup> o desejo de fazer um banheiro caso viessem a reformar sua casa, contra 65% dos entrevistados que não manifestaram esse desejo, para os padrões da sociedade urbana é bastante baixo o número daqueles que desejam ter um banheiro dentro de casa.

Na Cidade de Palmas, TO, 82, 65%, dos domicílios particulares participam dos serviços de rede geral de abastecimento de água com canalização<sup>45</sup>, pois bem, podemos supor que grande parte, senão todos, os domicílios que têm canalização interna, possuem algum tipo de banheiro, não tê-lo seria exceção. Fazendo uma *especulação comparativa*<sup>46</sup> entre Mumbuca e Palmas teríamos **tabela 1**:

**Tabela 1:** Comparação Palmas X Mumbuca

Dados	Banheiros %
<b>Palmas</b> (IBGE/2007)	82,65
<b>Mumbuca</b> (Pesquisa/2008)	7,69

Fonte:2008

Contando, ainda que as reformas fossem feitas e os moradores que quisessem ter banheiros em casa conseguissem construí-los, a comunidade passaria de quatro a ter 18 banheiros. Continuando altamente sustentável, gastando poucos recursos como água e energia, e evitando com as fossas ou esgotos de contaminar os rios. Veja **Tabela 13**, como ficaria na situação hipotética<sup>47</sup>, Mumbuca em comparação a Palmas – Tocantins:

<sup>44</sup> Espontaneamente porque não foi perguntado especificamente se gostariam de construir um banheiro.

<sup>45</sup> Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2007)

<sup>46</sup> *Especulação comparativa* porque não temos os dados exatos dos banheiros (considerando um cômodo separado da casa, interno ou externo para fazer as necessidades fisiológicas, sem contar com o banho que pode ser tomado no rio) nem do Município de Palmas, nem o de Mumbuca, porém pelos dados que temos podemos supor qual seria possível o máximo de número de banheiros nos dois municípios, em Palmas só pode haver banheiro onde tenha encanamento interno, e em Mumbuca, entre os moradores que declararam ter fossa ou “rede de esgoto”, supondo ser um de cada casa.

<sup>47</sup> Na Situação Hipotética os 14 banheiros desejados seriam construídos, supondo que cada entrevistado que manifesta a vontade de fazer um banheiro represente uma casa distinta.

**Tabela 11:** Comparação se todos os banheiros de Mumbuca fossem construídos

Dados	Com banheiro %
<b>Palmas</b> (IBGE/2007)	82,65%
<b>Mumbuca</b> (Pesquisa/2008)	34,61%

Fonte:2008

O estranhamento cultural que podemos ter frente aos mumbuquenses pelo hábito de não possuir banheiro, foi o mesmo apresentado no estudo de Rebouças (2000) sobre as famílias ribeirinhas reassentadas no Pontal do Paranapanema. A questão do banheiro aparece de forma latente, criando “constrangimento” para a concessionária Companhia Energética de São Paulo (CESP) – órgão responsável pela política do setor de energia do referido Estado:

As cidadelas criadas pelos técnicos da CESP incorrem em uma série de rupturas com a forma pretérita de disposição e utilização do espaço. [...] a morada dos ribeirinhos incluía um cubículo contíguo aos fundos utilizado para o banho, enquanto as necessidades excretoras tinham lugar nos canteiros de palmas que separavam a roça e o quintal, constituindo um espaço absolutamente privado e isolado do domínio limpo da casa. As moradias da CESP incluíam um banheiro “urbano”, em que o banho e a excreção compartilhavam o mesmo espaço. A solução encontrada é banhar-se em casa e construir um pequeno banheiro um tanto distante da moradia (TURATTI, 2001, p.315)<sup>48</sup>.

O espaço limpo de dentro da casa, não poderia ser contaminado pelo banheiro. Esta é outra maneira de pensar as separações entre as partes interiores da casa e exteriores, limpas e sujas, tanto que obrigou a CESP, a reestruturar as construções das casas da vila. Da mesma forma, os Mumbuquenses têm um significado simbólico<sup>49</sup> para não desejarem este cômodo para a comunidade dentro do lar. “O banheiro dentro de casa não dá ornamento. Não dá para ficar no banheiro quando tem gente na sala. Lá na beira do rio o banheiro era no mato e o banho era no rio” (REBOUÇAS, 2000, p.109).

Colocando-se no “eu” Geertz (2008) dos moradores da Comunidade de Mumbuca é perfeitamente plausível que para eles o banheiro “urbano”, possa unir o lugar de fora, como sendo os lugares da roça/pasto; com o lugar de dentro, os da casa/quintal, num único ambiente, dando origem à sensação de poluição (REBOUÇAS, 2000), sendo assim, “em oposição ao espaço público da casa, onde as visitas são

<sup>48</sup> Maria Cecília M. Turatti no seu artigo fala do trabalho de dissertação de Lídia Marcelino Rebouças sobre **O planejado e o vivido: o reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema**, que virou um livro de mesmo nome (2000).

<sup>49</sup> Clifford Geertz C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro (RJ): Livros Técnicos e Científicos; 1989.

recebidas, o banheiro fora de casa proporcionava mais privacidade do que dentro (REBOUÇAS, 2000, p.112). Como foi falado no método é nas representações e significados simbólicos da comunidade local que se faz entender a forma de interação tradicional com a natureza, e muito deste saber-fazer hoje, alguns ecologistas modernos<sup>50</sup> estão reconhecendo como a melhor maneira de preservar o ambiente, e usar os recursos naturais.

Quando analisamos a Comunidade de Mumbuca já transformada pelo seu contato com os idealizadores, administradores, e demais frequentadores do PEJ; o que estamos fazendo é “mais que um estudo de mudança social, [...] (é) uma análise de *choque cultural*, consubstanciado no enfrentamento de mundos distintos, portadores de redes de significação idiossincráticas” (TURATTI, 2001, p.313, grifo do autor)<sup>51</sup>. Que traz de um lado, consolidados em si, os valores do “meio ambiente”, “do desenvolvimento sustentável”, largamente representados: pelo estado, pelas ONGS, legitimado pelos cientistas de qual é a melhor maneira de interagir, ou de “não agir”, sobre a natureza, defensores, pois das benesses que uma nova organização mais “civilizada” trará a vida dos mumbuquenses. De outro lado, estão os valores da “tradição”, alicerces do modo de vida tipicamente rural dos habitantes do Cerrado, cujas referências temporais e espaciais pautam-se nos próprios ciclos da natureza.

Desta forma, perceber as diferenças culturais, que num primeiro olhar podem nos parecer sutis, fazem possível entender os diferentes valores entre as Comunidades Tradicionais e as Sociedades Modernas, enquanto as tradicionais “que vivem imersas no mundo natural, e dependem dele para sobreviver física e culturalmente, têm vínculos profundos com a natureza, conhecem suas especificidades [...]” (MENDONÇA, 2005, pp.150-151), e ainda, concentram todas as suas necessidades, nos ambientes que vivem, não criam necessidades que carecem de outros meios; as sociedades industriais por verem-se separadas da natureza, tornam-se vorazes em subjugar-la e dominá-la reduzindo-a a um conjunto de recursos a serem explorados.

Portanto, como a sociedade urbano-industrial pode deter o conhecimento de manejo sustentável a ser aplicável no meio natural? E ainda, sentir-se confortável em

---

<sup>50</sup> Estamos nos referindo a Notícia do Jornal Nacional, as técnicas de construção de casa de adobe, o aproveitamento dos detritos orgânicos para fazer a compostagem, etc.

<sup>51</sup> Idem 24. Entre suas observações o que fica evidente no caso do reassentamento no Pontal de Paranapanema que por detrás do *choque cultural* está consolidado diferentes valores: De um lado, estão os valores do “progresso”, duplamente representados: na necessidade dos grandes empreendimentos energéticos e na visão dos técnicos elaboradores dos reassentamentos, defensores pois das benesses que uma nova organização mais “civilizada” trará aos caipiras ribeirinhos. De outro, estão os valores da “tradição”, alicerces do modo de vida tipicamente rural dos habitantes das margens do rio, cujas referências temporais e espaciais pautam-se nos próprios ciclos da natureza (TURATTI, 2001, p.313).

impor os seus “conhecimentos” e normas de sustentabilidade as comunidades tradicionais? “Quando se fala em desenvolvimento sustentável a rigor, em nossa sociedade, há o risco de se tornar uma expressão que não encontra possibilidade de reflexo na prática, pois nossa maneira de pensar e de viver não é, por natureza, sustentável” (MENDONÇA, 2005, p.151).

Um dos grandes impactos das sociedades em transição, que com o crescente contato se torna mais freqüente, é a criação de novas necessidades trazidas com o contato, desta forma, são precisos novos arranjos sociais, por vezes conflitantes, para satisfação destas novas demandas.

Se um indivíduo ou uma família tradicional migra para uma vilazinha próxima, uma cidadezinha, já começa a ter outras necessidades, que serão supridas por outros ecossistemas, diferentes do de sua origem. Se a relação com a natureza depende do tipo de necessidade formatado por uma cultura, quanto mais urbanos, industrializados e, finalmente, globalizados ficarmos, mais distantes e desconectados estaremos em relação aos ambientes dos quais foram retirados os elementos essenciais para satisfazer nossas necessidades (MENDONÇA, 2005, p.152).

Essa realidade do contato é inexorável e traz consigo além de seqüelas sociais, as ambientais<sup>52</sup>.

#### 4.2.3. As Residências

Na perspectiva deste trabalho, como já citamos algumas vezes, os moradores de Mumbuca se incluem no conceito de comunidades tradicionais que segundo Diegues (2005), no sentido mais amplo todas as culturas seriam tradicionais, uma vez que, “são padrões de comportamentos transmitidos socialmente, modelos mentais usados para perceber, relatar e interpretar o mundo, símbolos e significados socialmente compartilhados, além de seus produtos materiais, próprios do modo de produção mercantil” (DIEGUES, 2005, p. 88), numa definição mais restrita,

Comunidades tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com pouca ou nenhuma acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e

---

<sup>52</sup> Uma das seqüelas é o “novo” lixo das comunidades tradicionais: embalagens plásticas (café, fralda, bolachas etc.), latas e litros de refrigerantes; elementos que são descartados na natureza, que antes do crescente contato a população dessas comunidades não consumiam estes bens rotineiramente.

pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis. Uma característica importante desse modo de produção mercantil (*petty mode of production*) é o conhecimento que os produtores têm dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares, etc. Esse “know-know” tradicional, passado de geração em geração, é um instrumento importante para conservação. Como essas populações em geral não têm outra fonte de renda, o uso sustentável de recursos naturais é de fundamental importância. Seus padrões de consumo, baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem com que sua interferência no meio ambiente seja pequena. Outras características importantes de muitas sociedades tradicionais são: a combinação de várias atividades econômicas (dentro de um complexo calendário), a reutilização dos dejetos e o relativamente baixo nível de poluição. O uso cauteloso dos recursos naturais é parte integrante de sua cultura, uma idéia expressa no Brasil pela palavra “respeito” que se aplica não somente a natureza como também aos outros membros da comunidade (DIEGUES, 1992c, p. 142 apud DIEGUES, 2005, pp. 88-89, grifos do autor)

Podemos ver expresso na distribuição das moradias o modo de vida tradicional. Todos possuem a sua própria casa, com exceção do professor e do fazendeiro que moram em casas cedidas pela população.

As casas são construídas pelos seus donos e suas famílias, e os tamanhos variam de acordo com a necessidade de cada família. A maioria da população mora em casas de quatro ou mais cômodos, que estabelece uma boa taxa de conforto para os moradores. Na visita ao campo pudemos observar algumas casas sendo ampliadas, pois, segundo eles conforme nascem os filhos os moradores ampliam as casas.

A alta porcentagem de proprietários não deixa de ser uma característica da comunidade tradicional, onde a moradia é um reflexo da forma de ocupação do espaço, como já dissemos que está impresso sua cultura. Se eles são pertencentes àquele lugar, têm “impregnado” nele os sinais de sua ocupação por várias gerações, e a casa é parte da cultura material que reflete a história da comunidade, pois se ela é nova ou antiga, foi feita do mesmo modo, com o “*know-know* tradicional, passado de geração em geração” (DIEGUES, 2005).

Por isso, a casa é *tão amada* pelos seus donos quanto o lugar, pois não há uma separação na vida da comunidade de Mumbuca entre seus moradores / as casas/ os quintais/ as roças/ o pasto/ a natureza. Ela integra seu território, exprime suas identidades,

O território não é apenas os sistemas de coisas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como território usado. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da resistência, das trocas materiais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise de disciplinas históricas, como a geografia. É o território usado que é uma categoria de análise (SANTOS, 2002, p.10).

Os moradores declaram gostar muito de sua casa, onde este *gostar muito* está relacionado à concepção de identidade inerente as pessoas da comunidade, a casa faz parte da história de suas vidas ali naquele lugar, do qual elas não querem sair, faz parte daquilo que são. Mesmo que eles queiram melhorá-la, torná-la mais confortável, reformá-la, não deixam de amá-la, pois ali, naquele lugar, a relação da moradia X homem é indissociável, mesmo que dinâmica.

#### **4.2.4. Tipo de Iluminação:**

Grande parte do vilarejo foi beneficiada pelo Projeto Luz Para Todos do governo federal, levando luz para as casas, possibilitando o uso de eletrodomésticos como geladeira e televisor.

Quanto aos bens duráveis pudemos ver que metade dos entrevistados tem televisão ou geladeira (55%) e 47,5% possuem a geladeira.

O que observamos *in loco* é que várias casas têm geladeiras e as que não têm usam as geladeiras dos vizinhos que as possuem. Porém, o que eles armazenam basicamente são garrafas de água, que devido ao calor eles gostam de tomar gelada, fora isso não há nenhum tipo de excedente alimentar que deva ser guardado ali.

A base alimentar dos moradores de Mumbuca é a farinha de mandioca, feita por eles, feijão, arroz, e alguma carne. Eles negam comer carne de caça, atividade bastante reprimida pelos administradores do PEJ. A carne de gado, que eles criam, é partida e vendida entre os moradores, e o restante levada para vender em Mateiros, ou em outro lugarejo ao redor. Esta pequena produção mercantil é inerente a prática de criação de gado dos mumbuquenses, pois a maioria declara receber alguma renda com a venda do gado (ANEXO A).

A televisão é outro fator intrigante, pois apesar de não serem tão poucos os televisores na comunidade, 37,5% possui um televisor, parece pequeno o interesse por ele, durante o dia, por exemplo, em nenhum momento observa-se algum aparelho liga-

do, e a noite algumas pessoas se reúnem para assistir a novela na casa de Dona Diomar, mas os dias da pesquisa não passavam de seis pessoas. O desinteresse pela televisão pode estar associado ao desinteresse pelo modo de vida da sociedade moderna, e mesmo, aos bens de consumo que a todo o momento estão sendo anunciados na TV.

O importante de analisarmos a quantidade e uso das televisões para a pesquisa é de mostrar o quanto a Comunidade Mumbuca apesar de ter acesso aos bens de uso durável, não está condicionada ao uso desses bens da mesma maneira que fazemos na sociedade urbana, o consumo de bens é baixo, porque a prática de vida no dia-dia não incorporou lógicas da sociedade consumista, e esse é mais uma maneira de viver sustentável, porque o baixo consumo não degrada o ambiente.

#### **4.2.5. A Água:**

Toda água utilizada pela Comunidade Mumbuca vem do córrego que atravessa o vilarejo, Brejo Antônio. Como foi canalizada a maioria das casas têm água na torneira, só algumas que estão na parte mais alta da cidade, um pouco mais distante do córrego não têm água encanada. Essa água é para o uso doméstico: cozinhar, lavar, e tomar. Já o banho se toma no brejo, porém, só na parte de baixo porque a de cima é destinada a captação d'água e não pode tomar banho ali.

A água é utilizada sem nenhum tipo de tratamento, sem filtrar, ferver ou adicionar cloro, pela maioria absoluta da população. E não há saneamento básico. Há fossas sépticas, onde tem banheiros.

Segundo: o banho é tomado no rio, riacho ou brejo. As pias da casa são abertas para o terreiro onde no quintal tem geralmente uma pequena roça de milho, mandioca, árvores de caju, pequi etc. Ali eles criam as galinhas, a maioria das famílias tem animais de estimação como cães. A água usada na pia escorre para aquele terreiro que molha as plantas, a galinha bebe, o mesmo acontece quando lava uma roupa na bacia.

Não há ali uma água “suja” a ponto que não possa voltar para natureza. Eles não estabelecem uma separação entre suas atividades cotidianas, e seus resíduos: seja da água, dos restos de comida, que também são dados ali para os animais, ou servem de adubo as plantas.

Os dejetos humanos ficam num lugar afastado da casa, no mato; e os resíduos que sobram são de coisas industrializadas que chegam até ali da sociedade complexa: plásticos, papéis, roupas, e toda espécie de embalagem, que segundo eles, são

queimados ou enterrados periodicamente, mas se vê muita coisa descartada nos quintais, da mesma forma que descartam a água, a comida, as cascas das mandiocas e das frutas, as folhas e espigas dos milhos.

Enquanto as sociedades modernas ou industriais, além do que falamos no começo do capítulo: que necessita de novos ambientes para suprir suas necessidades materiais, seu modo de produção “associado ao capitalismo, ao progresso técnico e científico e ao aumento significativo da produção e do consumo de bens industrializados [...] e serviços. [...] também está associado à destruição (MARTINS, 2001, in: VIANA, p.104). Poderíamos dizer: a destruição da natureza na coleta de matérias primas para a construção da sua “realidade material”, e no descarte dos detritos considerados excedentes, o lixo. A Sociedade Mumbuca pouco consome, sua demanda de recursos materiais é baixa e sempre de acordo com suas necessidades mais simples, e mal produzem excedentes, e se os produzem, 100% da população declara que o destino desse lixo é ser enterrado ou queimado.

### 4.3. Características Sócio-Econômicas

*“O Capim Dourado só diminuiu com tanta tecnologia”  
Fala de Dona Miúda, 80 anos, Líder de Mumbuca, 2008.*

Neste capítulo será visto os itens da pesquisa que fala da interação do homem-natureza, do homem-social do ponto de vista da sobrevivência e da economia, que ainda não foram vistos, e traçar um paralelo com as determinações de manejo impostas pelos administradores do PEJ, e pelos fiscais do IBAMA para o uso dos recursos naturais. Tentando mostrar que há um descompasso entre as expectativas dos gerentes da UC e o “*know-know*”<sup>53</sup> tradicional do grupo, gerando desconforto nas relações entre a comunidade e os administradores do PEJ.

Quanto a ocupação “econômica” dos Mumbuquenses podemos dizer que quando questionados eles se reconhecem como “lavradores”, “roceiros”, “fazendeiros”, ou seja, pessoas que desenvolvem atividades junto a terra.

Com o desenvolvimento do Capim Dourado na região, metade da população também se diz artesão, numa categoria trazida do exterior para a comunidade, com o curso que foi dado para a formação das “artesãs”, com a formação da associação do Capim Dourado para proteger a atividade e a planta etc. Há também, nos últimos anos muitos que são servidores públicos da prefeitura de Mateiros, empregados na escola de Mumbuca, ou mesmo que trabalhem em Mateiros. Porém, não significa que desenvolvam apenas uma atividade, só exerça essa ocupação, significa mais que é a sua ocupação principal, ou que lhe pareceu à ocupação mais significativa no momento da pesquisa. De qualquer forma, são essas as atividades desenvolvidas na comunidade.

O modo de vida tradicional pautado na unidade familiar, se mantém fortemente presente, da Comunidade Mumbuca, sua população combina atividades como a pequena agricultura de subsistência, extrativismo vegetal, pesca, caça (cada vez em mais rara dada à repressão da Naturatins e IBAMA), criação de animais (gado e galinhas), coleta, beneficiamento de farinha e óleo, e artesanato.

Essa combinação de práticas e usos dos recursos naturais é, de um lado, uma forma de utilização de vários ecossistemas, segundo suas características e de acordo com os “ciclos naturais”, visando reduzir os riscos da dependência de um só recurso natural que poderia se esgotar, ameaçando a sobrevivência do grupo (DIEGUES, 2005, p. 64).

---

<sup>53</sup> Este “*know-know*” tradicional é uma forma específica de fazer, que é passada de geração em geração (DIEGUES, 2005, p.89).

O uso dos recursos naturais convive, hoje, com atividades que foram propiciadas a partir da instauração do Parque Nacional do Jalapão, como: a de servidor público e exploração do turismo e a venda do artesanato. As rendas complementares como bolsa família, e as aposentadorias também representam, um ganho significativo para comunidade.

Observando a composição de renda de cada família entrevistada observamos que: 95% das famílias entrevistadas possuem gado, 90% criam ovos, 87,5% cultivam a roça, 82,5% extraem a planta do Capim Dourado, e 65% fazem artesanato de Capim Dourado. Tal diversidade de atividade é outra característica das comunidades tradicionais, que nunca dependem exclusivamente de um recurso natural ou da atividade econômica para a subsistência.

#### **4.3.1. A Lavoura**

Quanto à lavoura, ou roça 90 % das famílias possuem roça, quem não possui são os forasteiros (ex: professor). A roça é feita de forma rudimentar e um dos entraves com a NATURATINS administradora do Parque do Jalapão, é a queimada feita para renovar a terra e fazer o plantio.

Na cultura tradicional a queimada é a técnica mais utilizada, por falta de tratores e mão de obra, porém o receio que os moradores do PEJ têm dos administradores não permite que eles declarem práticas condenadas por eles, mesmo assim, na entrevista 65% declarou fazer queimada e 35% não.

A base alimentar da população local é totalmente dependente da lavoura, eles comem basicamente: arroz, feijão, carne e farinha de mandioca, mandioca cozida, milho, e ovos. Eventualmente peixe ou carne de caça. Verduras não compõem o hábito alimentar da população, e as frutas usadas na alimentação são geralmente as do cerrado, que em cada época estão à disposição, além da banana e melancia que são plantadas em poucas quantidades.

Há uma grande diversidade de produtos cultivados, mas os mais cultivados são mandioca ou macaxeira<sup>54</sup> (87, 5%), feijão (85%) e arroz (80%) que junto com a carne

---

<sup>54</sup> “A mandioca e macaxeira pertencem à família Euphorbiaceae, gênero Manihot, um táxon americano com o centro de origem e domesticação ainda em discussão. Mandioca e macaxeira são diferenciadas pelos teores de cianeto na raiz fresca, sendo que a macaxeira é apropriada para o consumo fresco e a mandioca, apenas seus derivados (farinha, tucupi dentre outros)” (VIEIRA et al. 2007). Optamos por não diferenciar as plantações de mandioca e de macaxeira por não saber se o pesquisado estava usando o nome correto da raiz, ou usando o nome mais conhecido pelo pesquisador.

compõe a base alimentar da comunidade. Portanto, pela lavoura e pecuária, a sociedade é ainda hoje, totalmente auto-suficiente.

#### 4.3.2. Beneficiamento da Farinha

Outra coisa que chamou atenção, depois da análise dos dados, que apesar da maioria das famílias plantarem mandioca ou macaxeira, não são todas que beneficiam estas raízes para fazer farinha.

Podemos ver 60% das pessoas consultadas disseram que a família não faz nenhum tipo de beneficiamento, contra 32,5% que faz o beneficiamento para uso, e 7,5% para uso e venda. Como todos usam a farinha na alimentação e a venda é muito baixa, presume-se que há algum tipo de escambo entre quem planta e quem beneficia este alimento. Dona Toinha comentou “Farinha não chega, o que *fizé*, sai. A gente não vende, não. Dá pra quem precisa” (Fala da dona da pousada de mesmo nome, quando questionada porque havia tanta farinha guardada na sua casa e eles estavam fazendo mais).

Figura 15: Preparando mandioca



Autor: José Fredrych

Figura 16: Fazendo farinha



Autor: José Fredrych

#### 4.3.3. A Pecuária

A pecuária é a principal atividade econômica, a mais importante na Comunidade Mumbuca, e ponto de maior atrito com os administradores do PEJ: “A NATURATINS prende o gado da gente” (Dona Toinha, 41anos, 2008); “O IBAMA não quer gado aqui”

(Maria Ribeiro, 46 anos, 2008); “Gado? Não deixa mais o povo criar. O povo vai comer o que?” (Dona Miúda, *líder da comunidade*, 80 anos, 2008). Estas falas vão saindo ali e aqui, com muito cuidado, pois os mumbuquenses têm *medo*<sup>55</sup> de contrariar os administradores do PEJ, e também são desconfiados se os pesquisadores de fora estão a serviço dos órgãos das instituições governamentais.

Em nenhuma categoria de Unidades de Conservação (SNUC, 2000) é permitida a criação de gado, nas reservas extrativistas são previstas a criação de animais de pequeno porte, e nas demais de uso sustentáveis, os animais domésticos.

O gado além de servir como fonte de alimento para toda a comunidade é à base da atividade mercantil que existia na sociedade antes da instalação do Parque, eles são criadores de gado e sempre venderam o excedente para os vilarejos da região, além de negociar com os animais (fazer trocar), e esse tipo de economia condiz com a própria cultura rural dos mumbuquenses.

O que os diferencia é o hábitat, pois, são populações tão bem engendradas com a natureza que havendo mar desenvolveram a habilidade da pesca, no bioma cerrado as pessoas viram na pecuária uma forma de compor as atividades de subsistência, tornando-se essa parte do que eles são: *vaqueiros*, compondo sua cultura.

#### **4.3.4. Capim Dourado**

O Capim Dourado é um artesanato típico da região feito com uma sempre-viva (*Syngonanthus nitens*) com a qual os artesãos tecem os mais diversos objetos: bolsas, bandejas, colares, brincos, caixas, que são costurados com a seda do Buriti (*Mauritia flexuosa*) (FIGUEIREDO et al., 2006, pp. 4-5). Este artesanato tornou-se a identidade da Comunidade Mumbuca diante do mundo exterior.

Dona Miúda tem a exata proporção de que o Capim Dourado foi um grande negócio para muita gente, além dos artesãos das comunidades locais: Mumbuca, São Félix do Tocantins, Mateiros e Ponte Alta do Tocantins, hoje em Palmas, capital do estado, muitas pessoas já se dedicam a essa atividade, até empresas que vendem o material para outros estados do Brasil, e para o exterior. Fora isso, o símbolo do Capim Dourado vinculado ao Jalapão e ao Estado do Tocantins se mostrou tão eficiente como material de propaganda que o Shopping Center que estão construindo em Palmas, se chama Capim Dourado, há um condomínio de apartamentos com o mesmo nome, e um restaurante chamado Mumbuca.

---

<sup>55</sup> No próximo capítulo será tratada a questão da repressão da comunidade por parte das instituições que administram e monitoram o PEJ, através da constante vigília e punição (FOUCAULT, 2007)

Os construtores do Shopping Center e os donos do restaurante “propagam” que parte da renda é destinada a Sociedade Mumbuca, porém Dona Miúda ainda vive em condições precárias<sup>56</sup>, sua casa é uma das únicas que não tem água encanada, pois fica perto da nascente do Brejo Antônio (figura 12), ela reclama: “minha casa não tem água encanada, não tem banheiro, não tem área, queria ter condições de receber uma pessoa de fora, até de Israel já recebi” (entrevista, 2008).

Dentro desta empreitada do Capim Dourado que se deu a partir da década de 90, e continuou pelo ano 2000, a Dona Miúda ficou sendo a responsável por ter divulgado e ensinado a técnica do artesanato no povoado: “minha mãe fez o artesanato com Buriti na beira do rio, cresci ensinei as meninas, eu dei aula, todo mundo aprendeu. A técnica da minha mãe era diferente, ela só fez uma bolsa e um chapéu. Daí eu vi, abri o trabalho e comecei a fazer” (Dona Miúda, 2008), porém há outras versões míticas do início do artesanato já citadas no trabalho.

**Figura 10: Dona Miúda**



**Autor: José Fredrych**

Sendo assim, o Capim Dourado é muito valorizado na comunidade não só porque traz recursos em dinheiro, mas também porque gerou uma identidade de Mumbuca com o mundo exterior. Foi um fator que trouxe alto estima ao povoado, como muito bem Dona Miúda traduziu “gosto de ser paparicada”. As pessoas irem até Mumbuca conhecer a Comunidade Tradicional do artesanato do Capim Dourado é um “paparico” para eles.

---

<sup>56</sup> Condições precárias para os padrões de Mumbuca, pois ela vive sozinha, não tem água encanada e que fazer reformas na casa.

Quando foi feita a pesquisa, perguntamos sobre os turistas aos moradores, para entender como era a relação deles com as pessoas de fora que vão ali para conhecê-los. E eles responderam que gostam dos turistas porque eles trazem novidades, conversam, trazem presentes, compram peças, vêm de fora e gostam das coisas de lá. “A gente fica alegre com a presença do turista e os turistas alegres com a gente” (Marijane, 18 anos, 2008).

### Capim Dourado

**Figura 11: Peças e Capim Dourado**



Autor: Thelma Valentina

Ligada a atividade do Capim Dourado tem o trabalho de *extração da planta* para venda e feitura do artesanato; assim como, só a *preparação das peças* de artesanato **figura 20**.

#### 4.3.5. Extração do Capim Dourado

Quando questionados sobre a extração da planta do Capim Dourado as respostas foram: 82,5%, afirmaram participar da atividade de extração do Capim Dourado – 57,5% extraem para venda, 17,5% para o uso e 7,5% para o uso e para a venda.

Como atividade extrativista requer uma série de cuidados, e este é outro ponto de discordância entre a comunidade e os administradores do PEJ, as respostas sobre o manejo do capim são pouco confiáveis.

A prática de queimada que é comum às comunidades tradicionais é vista por alguns segmentos conservacionistas como predadoras do ambiente,

A exclusão de fogo tem sido apontada por diversos estudos, inclusive no Cerrado, como sendo fator que favorece a expansão de espécies lenhosas em relação às herbáceas. (HOFFMANN, 1996; MOREIRA, 2000). Sendo assim, as extensas queimadas que ocorrem na região do PEJ e entorno podem estar modificando as comunidades vegetais, tornando-as mais campestres do que

seriam sem a ação do fogo. As queimadas ateadas nos campos do Jalapão para manejo da pastagem ou do capim dourado, por vezes, atingem matas de galeria, as quais são pouco resistentes às queimadas (FELFILI, 1997 apud NATURATINS, 2003, p.98)

Porém, há autores que defendem o manejo tradicional por considerarem que ele é fruto de um processo de aprendizagem: “Se as sociedades tradicionais viveram até o presente no interior de uma natureza que nós ocidentais julgamos hostil, é essencialmente devido ao saber e ao saber-fazer acumulados durante milênios e que nós reconhecemos hoje seu valor intrínseco” (J. BONNEMAISON, 1993, apud DIEGUES 2000, p. 39). Assim como outros atestam os saberes desses povos pelos seus resultados:

A técnica de derrubada e queima da agricultura itinerante deve continuar para proteger as espécies. Sem todas as práticas culturais humanas que vão junto com o hábitat, as espécies se perderão para sempre. E no entanto, essa dimensão de conservação tem sido negligenciada na nossa própria tradição de manejo de recursos naturais (GÓMEZ-POMPA; KAUS, 1992, p.274 apud DIEGUES, 2000, p.38)

A Dona Miúda fala sobre o manejo do Capim Dourado: “Quem controla ele é o fogo. O adubo dele é a cinza, mas na época certa. O povo de fora que provocou o desequilíbrio. Este ano derruba deste lado, daí, o ano que vem do outro lado. O Capim Dourado, só diminuiu com tanta tecnologia” (Dona Miúda, 80 anos, 2008).

No Plano de Manejo do PEJ estipulou o desenvolvimento do projeto “Pesquisa ecológica e educação ambiental para conservação e manejo de Capim Dourado e Campos Úmidos”, desenvolvido por um grupo de pesquisadores associados, que fez parte de diversos programas implementados ou apoiados por ações do Ministério do Meio Ambiente. (NATURATINS, 2003, p.31). Este estudo foi feito e implantado na região a partir de 2005:

Naturatins passou a regulamentar a atividade de colheita de escapos<sup>57</sup> (Portarias nº 055/2004 e 092/2005). Estas normas estabelecem que a colheita só é permitida a partir de 20 de setembro, e deve ser feita exclusivamente por extrativistas credenciados junto às associações de artesãos e coletores da região. Além disto, após a colheita, os extrativistas devem cortar os capítulos dos escapos colhidos e espalhá-los pelo campo úmido de origem, garantindo assim a manutenção da população e sua variabilidade genética. A portaria publicada em 2005 estabeleceu ainda a proibição do transporte de escapos de capim dourado *in natura* para fora do Jalapão como forma de garantir que o artesanato continue gerando renda para as comunidades locais e que estas não passem de artesãos para fornecedores de matéria-prima sem valor agregado para mercados fora da região (FIGUEIREDO et al., 2006, p. 7).

---

<sup>57</sup> Escapos são os feixes da planta do Capim Dourado com os quais são confeccionadas as peças de artesanato (FIGUEIREDO et al., 2006, p. 4).

A queimada do Capim Dourado estava ainda sendo estudada, e quanto à proibição da saída *de escapos de capim dourado in natura para fora do Jalapão como forma de garantir que o artesanato continue gerando renda para as comunidades locais*, o que se sabe é que não há controle, pois o artesanato é feito em outras partes do Estado do Tocantins e peças de Capim Dourado são encontradas para venda até na Rua 25 de março<sup>58</sup>, na capital de São Paulo.

#### 4.3.6. Artesanato do Capim Dourado

O número de famílias envolvidas na feitura do artesanato caiu em Mumbuca segundo a Associação do Capim Dourado, mais famílias se dedicam a extração do Capim Dourado, do que a feitura de peças de artesanato. Quando perguntamos se a família se dedicava ao artesanato o resultado foi 65% pessoas fazem artesanato para venda, e 35% das pessoas, não fazem artesanato, apenas 5%, disseram fazer artesanato para uso e para venda. Resumindo, entre os mumbuquenses 82,5% das famílias moradoras fazem a extração da planta do capim, e 65% delas trabalham com o artesanato de Capim Dourado.

Com o dinheiro arrecadado com a venda das peças ou da planta *in natura* do Capim Dourado, eles compram os bens de consumo na cidade: café, açúcar, sal, fralda para as crianças, leite em pó para os nenês, roupas, alguns produtos de higiene pessoal sabonete, pasta de dente, xampu, creme para os cabelos, algumas ferramentas para agricultura, pagam o diesel das caminhonetes<sup>59</sup>, peças para os utilitários etc. Pois, o nível de consumo é bastante baixo se comparado aos moradores da cidade, os itens alimentícios são restritos, eles gostam de refrigerante, mas este não é consumido no dia-dia, só quando alguém traz de fora, assim como bolachas, doces ou outras guloseimas. Por serem evangélicos, todos afirmaram não haver consumo de bebida alcoólica no povoado, o que eles relacionam a tranqüilidade “aqui não há brigas, porque ninguém bebe” (Sra. Diomar, 64 anos, 2008). As casas são despidas de aparatos domésticos, ou enfeites, porque a lógica que ali vigora é do necessário, então não se vê nada de supérfluo nas moradias: um quadro, um vaso, bibelôs, toalhas, tapetes, *quinquilharias*.

---

<sup>58</sup> A Rua 25 de Março é uma das ruas de maior comércio no Brasil, tanto de produtos no atacado como no varejo, é conhecida também por vender nas duas categorias (atacado e varejo) produtos de ocasião. E o artesanato de Capim Dourado passou a ser encontrado a venda naquele comércio, o que significa fabricação em grande quantidade, ou na própria cidade de São Paulo, ou por alguma empresa em Palmas, capital do Tocantins.

<sup>59</sup> Na pesquisa não fizemos o levantamento de quantas tem na Vila, mas são entre dois e quatro. Há também um trator.

**Outros Produtos:**

Outras coisas que estão por ali, fazendo parte do dia-dia, são a criação de galinhas, galos e pintinhos que fazem parte da paisagem de Mumbuca, elas estão por todas as partes. Estes sentem-se à vontade em andar sobre os fogões a lenha buscando restos de comida, sobre as mesas, empoleirar sob os telhados de palha; esses pequenos animais são muito mais do que criações domésticas, são parte integrante da família e da natureza, porque também deve ser muito difícil distinguir quais animais pertencem a uma casa e quais pertencem a outra, pois olhando de fora eles têm livre acesso a todas as casas.

Quando no questionário foram feitas as perguntas se eles criavam galinhas e ovos, os entrevistados paravam um pouco para pensar, às vezes respondiam “não”, daí o pesquisador perguntava: “E estas aí no quintal?” e eles falavam: “Ah, é”. Então, pode-se concluir que esta questão não fez muito sentido na pesquisa, é inerente aos mumbuquenses terem galinhas e conseqüentemente ovos. Porém, uma coisa chamou a atenção, eles não colhem e guardam os ovos, quando precisam vão buscar algum no terreiro, e pela sabedoria tradicional devem conhecer se está choco ou fresco. Porque várias vezes no campo, nós vimos Dona Toinha, dona da Pousada, ir ao terreiro buscar ovos para fritar no almoço, ou para fazer bolo. E em nenhuma outra casa vimos ovos armazenados.

Outra questão que causou estranhamento foi: Vocês usam os frutos da mata ou cerrado? Um morador do lado do outro, que já havia respondido o questionário, ele cutucava o outro e dizia: “eles tão perguntando se você usa buriti, caju, cajuí, pequi, etc.”. São frutos que estão ali nos quintais e no dia-dia eles colhem para comer naturalmente. Não de forma ritualizada como fazemos na cidade quando temos um pé de fruta no quintal, escolhemos as maduras e colhemos, armazenamos e depois preparamos um suco, doce, e comemos, ou lavamos e comemos.

Ali em Mumbuca as frutas e frutos estão por toda parte dependendo da época, as pessoas colhem e comem no pé.

**Figura 12: Mangueira na frente da Pousada de Dona Toinha****Autor: José Fredrych****Figura 13: Pé de Cajú no meio do povoado****Autor: José Fredrych**

Outra fonte de renda bastante importante nas famílias do povoado é a bolsa família e/ou aposentadoria. Para o contexto do lugar é um ganho bastante significativo.

Este modo simples de ganhar a vida é decorrente da perfeita harmonia com a natureza, onde homem e espaço coabitam, interagem. Esta integração do povo de Mumbuca com seu território (como de outras comunidades tradicionais dali da região) é que permitiu que aquela área do Cerrado chegasse preservada até o século XXI, a ponto de tornar-se uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, o Parque Estadual do Jalapão.

#### 4.4. Método Delphi

A análise de resultados dos pesquisados através do Método Delphi Ecológico coloca a pesquisa sobre Mumbuca e as Unidades de Conservação em outro patamar, pois, o olhar e as falas dos entrevistados reportam para a fala das instituições, das organizações governamentais e não governamentais.

E ao entrevistarmos pessoas de influência nacional podemos pensar o problema das Sociedades Tradicionais frente às Unidades de Conservação em nível nacional e ao conversarmos com as pessoas influentes do estado do Tocantins, e do Parque do Jalapão, pudemos analisar a questão específica do Povoado de Mumbuca vivendo dentro do PEJ.

Nesta etapa vamos analisar os resultados das quatro questões feitas aos entrevistados, notáveis nacionais e locais:

##### 4.4.1. Qual a sua opinião sobre a existência das Unidades de Conservação de Proteção Integral no país?

###### Os Notáveis Nacionais

Aqui o termo “notável” no lugar de especialistas está sendo usado por algumas razões: porque supor que haja especialistas é partir do pressuposto técnico - científico de que há verdades a serem buscadas na realidade, e diante “destas” verdades, ou destes conhecimentos específicos não há argumentos, só resta aos *não especialistas* segui-los. Outro problema, é que nem todos os entrevistados são peritos de Unidades de Conservação, no sentido abordado do Método Delphi original, ou seja, um cientista nesse ramo, mas nem por isso, deixam de trabalhar, agir, ou influenciar ações voltadas as UCs, sendo assim, eles são notáveis, ou seja, formadores de opinião no que diz respeito às UCs no âmbito nacional.

A primeira pergunta feita *aos notáveis* foi: Qual a sua opinião sobre a existência das Unidades de Conservação de Proteção Integral no país? (ANEXO B):

Dos entrevistados nacionais 71,4% representantes da **Sociedade Civil**, todos são ligados a organizações não governamentais (ONGS) bastante influentes nas questões ambientais, responderam ser a favor das UCs de Proteção Integral, 28,6% são a favor, mas colocam algumas objeções ao formato atual das UCs, nenhum entrevistado se mostrou contra.

Entre os **intelectuais** nacionais 33,3% foram a favor das Unidades de Conservação de Proteção Integral e 66,6% declararam serem contra este formato de Unidade de Conservação.

E na classe dos **políticos** nacionais as respostas foram 100% a favor das Unidades de Proteção Integral.

Feita a classificação das entrevistas por bloco: região e categoria sociedade civil, intelectuais e “políticos” vamos a algumas considerações.

Os *sete* representantes entrevistados da Sociedade Civil de âmbito nacional em Brasília são ligados a Organizações Não Governamentais (ONGS) de repercussão nacional, e muitas delas de repercussão internacional (vide sites): *Conservation Internatinal, INESC, IPÊ, ISA, PEQUI e Fundação Boticário de Proteção a Natureza*, para analisarmos suas *falas* temos que primeiro saber a representatividade das ONGS no Brasil.

O conceito de ONGS refere-se a Organizações não-governamentais que fazem parte do “terceiro setor”, constituído por entidades que embora sejam privadas, perseguem fins públicos.

O “primeiro setor” seria as organizações governamentais na forma de órgãos da administração direta e indireta, empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias, fundações e estatais afins. O “segundo setor” é formado pelas organizações privadas e o “terceiro setor” seriam as ONGS, organizações privadas de interesse público (FERREIRA, 2008, p.92).

Hoje, elas atuam no Brasil e no mundo e têm representatividade em muitas instituições públicas, onde são ouvidas suas opiniões, pois além de eficientes e organizadas trabalham com pessoas bem intelectualmente bem preparadas (FERREIRA, 2008, p.99).

### **As falas das ONGS**

Os entrevistados Nacionais da Sociedade Civil todos participantes de ONGs são defensores das Unidades de Conservação de Proteção Integral com os argumentos compatíveis dos preservacionistas:

a) Os preservacionistas acreditam na preservação intacta da natureza e toda sua biodiversidade sem a presença humana; “O manejo dos parques nacionais no Terceiro Mundo baseia-se em dois axiomas do pensamento norte americano sobre a natureza selvagem: a crença monumentalista que o mundo selvagem tem que ser ‘grande e

contínuo’, e que toda intervenção humana é necessariamente negativa para a conservação de biodiversidade” (GUHA, 2000, p.95, grifos do autor)

- Número é baixo em contrapartida ao montante de terras habitadas;
- Conservar a biodiversidade na sua forma mais original;
- Conservação da biodiversidade na atualidade;
- Únicas áreas onde os processos ecológicos essenciais se mantêm íntegros;
- Garantir a existência de várias espécies, processos biológicos e físicos, inclusive, à redução dos impactos das mudanças climáticas no mundo;
- Um meio para garantir recursos genéticos e biológicos;
- Proteger nascentes de rios e igarapés.
- As UCs são locais aonde vão às caças/pescas pelos corredores e conexões e ficam protegidas;

Primeiramente, muitas entidades não-governamentais conservacionistas empregam grande número de cientistas naturais (engenheiros florestais, botânicos, biólogos) em cargos de direção, fazendo com que a visão “naturalizadora” seja predominante nestes órgãos (DIEGUES, 2000, p.17). Além do mais, no Brasil, a biologia da conservação está tornando-se base teórica para cursos de ecologia e conservação, apoiados diretamente por ONGs conservacionistas internacionais como: Unidet States Fish and Wildlife Service, o Fundo Mundial para Natureza, a Conservation International etc. que apóia o programa de pós-graduação em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre, da Universidade Federal de Minas Gerais (FONSECA; AGUIAR, 1995, p. 64 apud DIEGUES, 2000, pp. 12-13).

Então, as essas “falas” são coerentes as ONGs que representam e seus objetivos.

Quais os principais problemas da corrente preservacionista (DIEGUES, 2004, p.35):

- A primeira crítica colocada a eles era que as áreas a serem protegidas beneficiavam mais as populações urbanas, e valorizava elementos estéticos do que a própria natureza;
- As áreas a serem protegidas são sempre florestas, grandes rios, com apelo estético segundo valores ocidentais, discriminando pântanos, brejos, lugares menos “nobres”;
- Colocar “ilhas” de conservação, como pedaços de áreas selvagens ignorando o seu entorno com superpopulação, poluição, problemas crescentes com o ambiente que paulatinamente irão atingir a área natural, do ponto de vista ecológico é inviável.

Assim como os preservacionistas, a crítica, por vezes, parece exagerada, no tocante a áreas separadas pelo seu valor estético, e não pelo seu valor intrínseco, todavia, consultando o Sistema Nacional das Unidades de Conservação (SNUC), a Lei

9.985, que regulamenta o artigo 225 da Constituição Federal. No capítulo III, art. 10º Art. 10, encontramos:

O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de *grande relevância ecológica e beleza cênica*, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de *recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico* (SNUC, 2000, art. 10, grifo nosso).

Na lei do ano de 2000 (SNUC), continua vigorando o mesmo espírito que havia na Europa nos séculos XVIII e XIX, onde as populações de classe média alta urbana, enfadada com a cidade desorganizada, poluída, barulhenta, viam no mundo natural e selvagem um lugar para recarregar suas energias, redescoberta da alma humana, o imaginário do paraíso perdido, da inocência infantil, da beleza, do sublime; idéias, sobretudo ressaltada pelos escritores românticos, que influenciaram a criação de áreas naturais protegidas (THOMAS, 1983; CORBIN, 1989 apud DIEGUES, 2004, pp.23-24.).

Quanto à crítica sobre “ilhas” de preservação em continentes de devastação, torna-se claro que não é possível reverter o ritmo de degradação do planeta sem mudar o paradigma de reprodução social. Enquanto a matriz for capitalista e a finalidade for o acúmulo de capital, a natureza será vista como uma fonte de recursos, ela “é vista meramente como um habitat passivo, uma aglomeração de objetos externos e forças que devem servir ao uso humano, independente do que esses possam ser” (BOOKCHIN, 1980, p. 59 apud DIEGUES, 2004, p.45). E as Unidades de Conservação de Proteção Integral, querendo ou não seus idealizadores, tornam-se, neste contexto, reservas naturais, que serão devastadas assim que não houver mais áreas a serem exploradas.

b) Há no meio das falas, frases ligadas ao *desenvolvimento sustentável* como “aquele que satisfaz as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1987 apud GUIMARÃES, 2004, p. 55).

- Um bem público; *Usufruto de todos e das gerações futuras*;
- Falamos de *garantia de futuro e patrimônio*;

Dentro da conjuntura preservacionista, a visão de desenvolvimento futuro, ligada ao patrimônio, só pode ser vista como reserva de área para futura exploração, como já falamos, a proposta: *é um patrimônio que ao ser desapropriado torna-se bem público e fica guardado para o futuro*, não é uma proposta de mudança de atitude frente a

natureza, frente a vida, é uma proposta de usar os meios legais para reservar uma área para as futuras gerações.

c) **Outras respostas:**

- **Brasil é um país-chave nesse processo.**

Esta afirmação remete a duas questões: *primeira* a que o Brasil tem uma vocação a ser reserva ambiental, sendo um país tropical em desenvolvimento, apesar de ter um grande e diverso parque industrial, não compete com os países produtores, e possui uma agricultura de grande extensão, porém marcada pelos ciclos econômicos. Sendo assim, sua verdadeira vocação está, juntamente com o continente africano, nas exuberâncias naturais, começando pela Floresta Amazônia que deve ser cuidada pelo mundo, dada sua importância, e uma vez que o Estado brasileiro não consegue conservá-la. Tal categoria de pensamento, não só compromete a soberania nacional no que diz respeito a organizar e conservar o seu território, como também enfraquece a posição do Brasil frente a parceiros econômicos internacionais, como o que resta ao Brasil fosse cuidar da suas florestas e matas para o mundo.

*Segunda*, realmente o Brasil como país tropical e de grandes dimensões territoriais conta com uma importante biodiversidade, um grande potencial de água potável e riqueza das substâncias farmacológicas (BOFF, 2004, p. 18), porém todo este potencial para ser devidamente expandido e conservado, são necessários conhecimentos ecológicos desenvolvidos a partir da nossa realidade tropical, pois “as técnicas desenvolvidas pela biologia da conservação possuem hoje baixo grau de aplicabilidade no Brasil e nos trópicos em geral... (WILSON, 1998 apud DIEGUES, 2000, p.13).

Seja como for, o Brasil é chave no processo de conservação, até hoje pelas suas qualidades naturais, porém essa expressão será significativa se atrelar a sua “exuberância” um novo conceito teórico, como conservadorismo que vem surgindo em países como a Índia, o Zimbábue, e mesmo o Brasil,

Esses movimentos enfatizam, [...] a necessidade de construir uma *nova aliança entre homem e natureza*, baseada entre outros pontos, na importância das comunidades tradicionais indígenas e não indígenas na conservação das matas e outros ecossistemas presentes nos *territórios* em que habitam (DIEGUES, 2000, p. 41, grifos do autor).

- **Prestam serviços ambientais - como captação e abastecimento de água para vários municípios, papel regulador do clima da região;**

A prestação de serviços fornecido pelas Áreas de Proteção Ambiental (APA), geralmente uma região maior do que a Unidade de Conservação, como: captação e abastecimento de água para vários municípios, papel regulador do clima da região, passagem de rede elétrica, tem nesses itens uma maneira de valorização ambiental que pode trazer recursos para a administração das Unidades de Conservação. Usam uma metodologia polêmica, com cálculos vão desde a depreciação dos espaços, até o ganho com os serviços, para chegar-se a um valor (SOUZA et al. 2001a, apud CAMPHORA; MAY, 2006, p.29),

Dessa forma, o pagamento por esses serviços pode ocorrer como uma forma de compensação por parte daqueles que usam e aproveitam tais benefícios para aqueles que preservam e conservam esses recursos. Essa relação, designada 'protetor-recebedor', cria uma via alternativa para atingir, por meio de instrumento econômico, objetivos da política ambiental. O valor monetário para serviços ecossistêmicos gerados é obtido através da própria criação de mercado ou esquema de compensação, fundamentado na negociação entre provedores e beneficiários dos serviços prestados (CAMPHORA; MAY, 2006, p.30).

Portanto, esses benefícios são vistos pelos preservacionistas dentro da lógica capitalista, da lógica de mercado. A mesma lógica que vê a natureza como fonte de recursos, e as Unidades de Conservação como reserva de biodiversidade para o futuro, e também um mercado capitalista de prestação de serviços: turísticos, “a produção e disponibilidade de água potável, regulação climática, potencial atual e futuro de biodiversidade, paisagens e fertilidade do solo” (CAMPHORA; MAY, 2006, p.30).

Agora, a visão mais preocupante é o antagonismo frente às populações tradicionais indígenas ou não indígenas,

- Populações tradicionais, “poucos” estudos, pois com o tempo elas tendem a crescer demograficamente, consumir muitos recursos naturais causando impacto;
- Os índios já não têm caça pela extinção de espécies dado excessos; Reflexo da maior e mais altruísta preocupação social: manter a vida viável em todo o planeta;
- O que são comunidades tradicionais? Os portugueses e espanhóis que estão em Salvador há 300 anos?

A biologia da conservação, de onde derivam correntes de pensamentos que a natureza selvagem deve ser preservada sem a presença humana, tem proposições de conservação que entram em conflito com as populações locais, pois suas teorias têm pouca capacidade de integrar o homem à natureza (FONSECA; AGUIAR, 1995 apud DIEGUES, 2000, p.12).

Seus defensores desconhecem, ou desconsideram, que as florestas podem ser concebidas como artefatos culturais humanos. A atual biodiversidade existe na África não apesar da habitação humana, mas por causa dela (BAILEY, 1992, pp.207-208 apud DIEGUES 2000, p. 40). Da mesma maneira, na floresta Amazônia onde,

A abundância dos solos antropogênicos e sua associação com floresta de palmeiras e árvores frutíferas silvestres sugerem que a distribuição dos tipos da floresta e de vegetação na região resulta, em parte, de vários milênios de ocupação por populações cuja presença recorrente nos mesmos sítios transformou profundamente a paisagem vegetal (DESCOLA, 2000, p.150).

Hoje, sem o conhecimento das populações tradicionais não é possível pensar em conservação ampla, nem em longo prazo, pois não é uma questão de domínio de técnicas, mas de visão de integração. “Muitos povos que ainda hoje vivem em ambientes naturais tendem a não dividir a natureza em coisas vivas e não-vivas” (MÉRICO, 2004, p.251), mas na história do homem ocidental, a partir do renascimento séculos XV e XVI a ciência avançou muito, chegando à Revolução Industrial na Inglaterra, totalmente afastada da religião, o homem dominava as máquinas, o relógio, a vida em sociedade. “A tecnologia poderia manter tanto a natureza quanto a sociedade sob controle” (MÉRICO, 2004, p.253).

Essa é a diferença fundamental entre os povos tradicionais que não separam nada no ambiente deles próprios, igual à fala da moradora de Mumbuca que chorava de saudades das árvores do lugar. Logo, respeitam a fauna, flora como respeitam os demais. Já a relação do homem ocidental é de domínio da natureza, e crença na tecnologia, e na ciência, quando os preservacionistas falam em *valorar* as UCs explorando o turismo, a água potável, o cenário etc.; o paradigma é de dominação do espaço, daí para degradação é só um *erro de tecnologia*, pois depois de mais de cinco séculos do renascimento foi possível perceber que a ciência e suas técnicas são falhas.

Quanto a esta última afirmação:

- **Reflexo da maior e mais altruísta preocupação social: manter a vida viável em todo o planeta;**

Para as sociedades urbanas as Unidades de Conservação são um ganho, um espaço de deleite, uma alternativa de turismo, de contato com a *natureza selvagem*, portanto, nenhuma atitude altruísta, para as sociedades tradicionais uma tensão gerada por perder o território que elas construíram, e que não entendem, o por que de sua saída,

uma vez que o território foi preservado por elas, senão não se tornaria uma Unidade de Conservação. Há um choque de paradigmas, logo também não há atitude altruísta.

Haveria altruísmo se as preocupações com as vidas, as de todas as espécies, e também com os habitats, fossem maiores que as crenças nas filosofias, ou nos dogmas científicos, ou porque não dizer, nos números do mercado. Haveria altruísmo se cientistas acreditassem nos seus olhos e ouvidos para entender que se existem Parques no Brasil, na África, ou na Índia é porque houve povos que souberam conservar as matas e florestas nos trópicos de forma mais eficiente que os afoitos biólogos, engenheiros-capitalistas Europeus ou Americanos, que quando fizeram seu primeiro Parque Yellowstone, 1872, os índios já haviam sido expulsos daquela região (DIEGUES, 2004).

**d) As falas daqueles que colocam restrições apesar de aprovarem as UCs de Proteção Integral:**

- A implantação de UCs de Proteção Integral no Brasil ocorre em áreas que estão em desacordo com as demandas deste tipo;

Essa afirmação por si só não é esclarecedora, pois pode ser de um preservacionista exigente, ou de um conservacionista dizendo que o ideal de “áreas intocadas é utópico”, ou não foram encontradas.

- **No Brasil não há áreas intocadas pelo homem;**

Junto com essa afirmativa, a primeira faz mais sentido porque diferentemente dos EUA e Europa, o Brasil como a África têm as suas florestas antropofizadas (BROW, K.; BROW,G, 1992; BAILEY, 1992; POSEY, 1987 apud DIEGUES, 2000), e ainda, com populações tradicionais vivendo no interior delas, sejam índios ou não índios (DIEGUES, 2000; 2004; 2005), o que não ocorreu no hemisfério norte, pois as populações nativas já haviam sido expulsas de seus territórios na expansão para o oeste dos EUA.

- **As UCs sejam uma conquista e não um entrave;**
- **As UCs são mal dimensionadas;**
- **Não há necessidade em escolher entre a natureza e a pessoa;**
- **Tem que se ter cuidado com as pessoas que moram próximas.**

Esses argumentos já fogem do paradigma preservacionista, porque procuram quebrar a dicotomia entre a natureza e a cultura que é à base da teoria. Os preservacionistas o são porque vêem a natureza como um bem em si, pautados nos

conhecimentos científicos da flora, fauna e geologia conhecem os males provocados pelos homens, logo *defendem a natureza dos homens*, quando se propõe a ruptura desta oposição, é porque não está se pensando em termos de oposição, mas de integração, que seria a linha dos *conservacionistas*: o homem em relação com a natureza.

- **Quando nas áreas determinadas para conservação encontram-se bens a serem explorados (Ex: jazidas de minério) as motivações mudam;**

Este entrevistado ao falar das motivações, ele está falando das motivações capitalistas. Que uma área interessa como Unidade de Conservação de Proteção Integral, até o momento que não se descubra nela uma grande jazida de minério, é o mesmo argumento, que já vimos, sobre os países com

[...] o forte crescimento econômico e industrial, principalmente de países como China, Índia e Rússia, está demandando matéria prima a taxas incontroláveis, não só o petróleo, mas também madeira para a produção de papel, por exemplo, o que está ocasionando um impacto ambiental imenso nas florestas do leste asiático (ROMERO, 2006, p.15).

Sem falar que, a China e a Índia têm como matriz energética o carvão mineral (BORBA, 2001), altamente poluente, com um desafio enorme de buscar novas fontes de energia para suprir seu déficit que será gerado a cada ano pelo crescimento industrial, sendo assim, nas próximas décadas, esses países não deixarão de usar o carvão mineral como fonte doméstica de energia, uma vez que, a preocupação é alimentar os distritos industriais, e não melhorar a qualidade do planeta.

### **Os Intelectuais Nacionais**

Dos *três* entrevistados, *um* foi a favor das Unidades de Conservação de Proteção Integral com os seguintes acordos:

- São em números insuficientes;
- A Amazônia está mais protegida que o Cerrado;
- Ser mais “vigiada” para poder conservar e preservar.

Continuando com o princípio de quem defende as Unidades de Conservação de Proteção Integral são partidários de idéias preservacionistas, as críticas do intelectual estão voltadas para a *forma* de aplicação dessas UCs e não para o *conteúdo* das UCs. As idéias subjacentes as críticas são: se elas são em número insuficiente, tem que se implantar mais UCs de Proteção Integral; se a Amazônia está mais protegida é porque tem mais UCs do que o Cerrado; e é preciso mais vigilância em todas elas.

Os *dois* intelectuais que são contra as Unidades de Conservação de Proteção Integral argumentam:

- Modelos importados de Yellowstone – EUA;
- Concepção oriunda de um mundo urbano - apelo contemplativo;
- Apoiada no Mito moderno da Natureza Intocada;
- Forma de compensar o tanto de natureza destruída que a modernidade capitalista produziu e produz;
- Baseado no paradigma ocidental na separação homem X natureza;
- Refletem a posição técnico-biológica de cientistas e ambientalistas da classe média urbana que não dependem dos recursos naturais para sobreviver;
- Ascensão da abordagem da “biologia da conservação”;
- Hegemonia do pensamento sobre a conservação da biodiversidade;
- Premissas equivocadas;
- Proteger áreas tirando comunidades de lá é um equívoco;
- Como se as Comunidades Tradicionais fossem responsáveis pela destruição da área;
- Mesmo quando Comunidades Tradicionais causam impactos não são as únicas responsáveis pelo processo de degradação do ambiente;
- Retirar as populações gera efeitos colaterais mais perversos: gerando em outros lugares problemas ambientais e conflitos sociais.

Os argumentos usados por esses intelectuais são as críticas contra os preservacionistas: da sua base na biologia da conservação, de crença no modelo técnico-científico para resolver os problemas ambientais, a dicotomia entre o homem e a natureza, sobre a intolerância deste movimento em relação às comunidades tradicionais, de ser um modelo importado, que surgiu de uma expectativa urbana de contemplação da natureza, de um mito que a natureza se preserva se não for tocada, que se tornou hegemônico.

E entre os argumentos aparece um dizendo que as UCs de Proteção Integral são uma forma de compensar o que o capitalismo “produziu e produz”. Sem entrar nas motivações do autor, pode-se pensar que o mesmo paradigma capitalista que produz a destruição da natureza é o que produz esta forma de preservar a natureza, as Unidades de Conservação de Proteção Integral, ambos apoiados no

[...] paradigma positivista que é tão persuasivo que, por definição, quem o utiliza não pode ver outras alternativas. A posição absolutista do positivismo exclui outras possibilidades. No entanto, o positivismo é apenas uma das várias maneiras de descrever o mundo. O que é necessário são formas pluralísticas de pensar sobre o mundo e agir para mudá-lo (KUHN, 1962; FEYERABEND, 1975; HABERMAS, 1985; GIDDENS, 1987; ROTY, 1989; PRETTY, 1994; UPHOFF, 1992 apud PIMBERT; PRETTY, 2000, p.192)

Como podemos observar essa categoria de entrevistados, ao posicionarem-se, utiliza críticas fundamentadas em teorias que conhecem, tornando seus discursos uma exposição teórica.

### **Os Políticos Nacionais**

Dos quatro entrevistados um é assessor técnico de um senador, outro Diretor do departamento de Florestas do Ministério do Meio Ambiente e os outros dois, que responderam juntos ao questionário, são Técnicos de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional, portanto seus pareceres expressam as ações dos servidores públicos diante de seus cargos, e os pareceres do assessor junto ao senador. Falam como conhecedores que são do problema de conservação no Brasil e defendem seus pontos de vista.

Os três mostraram-se favoráveis as Unidades de Conservação de Proteção Integral com os seguintes argumentos:

- A conservação da beleza natural e ter bons exemplos da natureza ainda intacta, as UCs exercem funções fundamentais na manutenção dos ecossistemas e do equilíbrio ecológico;
- Manter a diversidade biológica e cultural e os recursos genéticos no país, além de proteger espécies ameaçadas de extinção, as UCs preservam e restauram a diversidade de ecossistemas naturais e promovem a sustentabilidade do uso dos recursos naturais;
- As UCs incentivam atividades de pesquisa científica e favorecem condições para a educação; possibilita a recreação em contato com a natureza- turismo ecológico;
- As UCs são fundamentais para a conservação da biodiversidade;
- Várias UCs: proteção integral e uso sustentável;
- UC de proteção integral, de maior relevância para a preservação da biodiversidade, representam 3 % da superfície do território, aparecem em pequenos números, não representam os diferentes ecossistemas e não dispõem de infra-estrutura mínima para sua gestão (pessoal, custeio, manutenção, investimento, dentre outros) - tornando-as vulneráveis, assim como a política nacional de proteção.
- Proteção Integral, cujo objetivo básico é a preservação à natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais;

Todos os argumentos acima são preservacionistas baseados na crença da natureza intacta, na biologia da conservação, na capacidade das ciências naturais para buscar saídas para recuperação da biodiversidade, a natureza lugar separado do homem para ser admirado, estudado, “manejado” técnica-cientificamente, e “preservado”.

- Não é uma questão de opinião, é uma questão legal, existe a lei para a existência destes espaços;

- O SNUC estabeleceu a exigência de “estudos técnicos de qualidade” que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a UC;
- SNUC tendo-se definido, claramente, a necessidade de participação popular no processo, mediante a realização de consultas públicas;
- Brasil dispõe de uma institucionalidade que vem se aperfeiçoando com o tempo, mas que permite a criação de um mosaico de Unidades de Conservação que vão desde a vedação total do uso dos recursos naturais e da biodiversidade ao reconhecimento do direito das comunidades tradicionais ao uso sustentável da biodiversidade, em função de cada realidade específica, num processo com embasamento **técnico-científico, transparente e democrático**;
- Legislação consagra os Conselhos Gestores das UCs como o espaço oficial de participação da sociedade na sugestão, papéis *de direcionamento e de controle social*; Atores governamentais e os representantes da sociedade civil, o Conselho constitui **espaço fundamental de participação e de negociação entre os diversos atores envolvidos**;

Este bloco de argumentos curiosamente “apela” para as leis tanto para dizer da legitimidade das UCs, e da exigência legal de que haja estudos técnico-científicos (reafirmando a crença na ciência positivista) primando pela qualidade das áreas a serem conservadas, quanto para mostrar que a participação popular está normatizada, que a lei prevê a negociação entre os vários setores envolvidos, assim como prevê a desapropriação de propriedades das comunidades tradicionais em Parques Nacionais, Estaduais ou Municipais (SNUC, 2000, art. 11, §1º).

- MMA lançou em 2006, o Plano Nacional de Áreas Protegidas, consagrando princípios como a “inclusão da sociedade” na gestão de áreas protegidas; Como o respeito a práticas de manejo tradicionais, o reconhecimento de injustiças resultantes da criação da UCs e a repartição justa e eqüitativa dos benefícios advindos de sua gestão;
- A inclusão da sociedade nos processos de tomada de decisões para a gestão das UCs se apresenta como pré-requisito à elaboração das políticas públicas que considerem suas demandas e visões;
- Conselho deve ser o mais representativo possível, incluindo os órgãos públicos atuantes na região e as representações da sociedade civil local.

Os três últimos argumentos são referentes à participação e ao reconhecimento das sociedades tradicionais, dada histórias de conflitos entre as UCs e as comunidades locais, porém, a participação nos conselhos deliberativos apesar de importantes não tem mudado o caráter autoritário dos Planos de Manejo quanto às práticas de manejo das UCs, que são a principal causa de conflito (depois da possibilidade de expulsão da área), que são pouco discutidos por serem baseados em conhecimentos técnico-científicos diversos dos conhecimentos tradicionais das comunidades que vivem na região.

O bloco político mostra-se bastante “flexível” as negociações com as Sociedades Tradicionais, resta saber se este “negociar” é abrir mão das “verdades” científicas de preservação, nas quais eles acreditam, para permitir “democraticamente” que as populações tradicionais, que há séculos mantêm conservadas as áreas que vivem, façam queimadas nas roças, utilizem a caça como fonte alimentar de proteína, que elas pesquem e plantem como vêm fazendo por muitas gerações.

### **Algumas Conclusões:**

Dos 13 entrevistados em Brasília, *nove* foram favoráveis as Unidades de Conservação de Proteção Integral, *dois* colocaram ressalvas a implantação das UCs, foram os grupos dos indecisos, e *dois* se opuseram as UCs de Proteção Integral.

Os oponentes são claramente identificáveis como na categoria dos intelectuais, que dentro da sociedade mais ampla aparece como uma pequena parcela que vai surgindo, construindo uma base teórica para os novos movimentos ecológicos brasileiros, que luta junto às comunidades tradicionais, questionando a hegemonia do preservacionismo,

Os preservacionistas dominam as entidades de conservação mais antigas e clássicas como FBCN (Fundação Brasileira para Conservação da Natureza), criada em 1958, e muitas outras mais recentes como a Fundação Biodiversitas, Funatura, Pronatura etc., estas últimas mais ligadas a entidades internacionais de preservação. Elas têm ainda influência predominante em muitas instituições que tradicionalmente são responsáveis pela criação e administração dos parques, como o IBAMA, o Instituto Florestal de São Paulo etc. Esses grupos são constituídos, em geral, por profissionais oriundos da área de ciências naturais para os quais qualquer interferência humana na natureza é negativa (DIEGUES, 2004, pp.125-126).

Porque, enquanto houver o autoritarismo da biologia conservadora,

Se existe alguém que deveria ser líder do movimento preservacionista, essa pessoa é o biólogo conservacionista... Nós não somos somente cidadãos e humanos, cada um com desejos individuais. Nós não somos apenas taxonomistas e ecólogos treinados, cada um, talvez desejando preservar um organismo específico com o qual trabalha. Mas, nós, taxonomistas e ecólogos, somos os únicos em posição de conhecer os tipos, a abundância e a geografia da vida. Esse é um conhecimento com vastas implicações para a humanidade e, portanto, com amplas responsabilidades. Quando nenhum outro conhece, nós sabemos o que precisa ser protegido e por quais razões, e somente nós sabemos o que está ameaçado de extinção (JANZEN, 1986, pp.36-37 apud DIEGUES, 2004, pp. 84-85)

Esses “deuses” continuarem responsáveis pelas áreas de proteção ambiental, que “demonstram impaciência marcante em relação aos agricultores e habitantes das

florestas, considerados obstáculos ao livre processo do conhecimento científico” (DIEGUES, 2004, p.84), a negociação e participação das populações locais serão muito restritas, mesmo que “apoiadas” por normativas.

E o discurso nacional está muito mais favorável aos preservacionistas, ainda mais dentre aqueles que praticam ações dentro da sociedade os representantes das ONGs e os “políticos”, enquanto os intelectuais, mesmo entre eles há um a favor das UCs de Proteção Integral, “só” produzem idéias para *quiza* combater as idéias dos demais.

Por fim, entre os treze entrevistados Nacionais, 69,2% são favoráveis as Unidades de Conservação de Proteção Integral, apenas 15,4%, são contrários e 15,4%, têm restrições. A amostra só tem algum significado por tratar de um assunto bastante específico, e por ter sido ouvido pessoas, que atuam em setores direta, ou indiretamente, ligados ao meio ambiente, logo influenciam outras pessoas com as suas ações e opiniões. Sendo assim, por essas pessoas as UCs de Proteção Integral são uma boa alternativa para a conservação ambiental.

#### **Os Notáveis e *Envolvidos* Locais:**

Foram entrevistadas 21 pessoas de Palmas, Capital do Tocantins e Mateiros, comarca da Comunidade Mumbuca no Jalapão – TO. De todos os entrevistados 90,5% mostraram-se favoráveis as UCs de Proteção Integral, e 9,5% falaram ser contra esse tipo de Unidade de Conservação, entre os favoráveis apenas 9,5% colocam algumas restrições a forma como a modelo é implantado no Brasil (Tabela 34).

E na Tabela 35 temos a resposta se os notáveis locais são ou não favoráveis as UCs de Proteção Integral dividido por grupo de notáveis: Sociedade Civil, Intelectuais e Políticos.

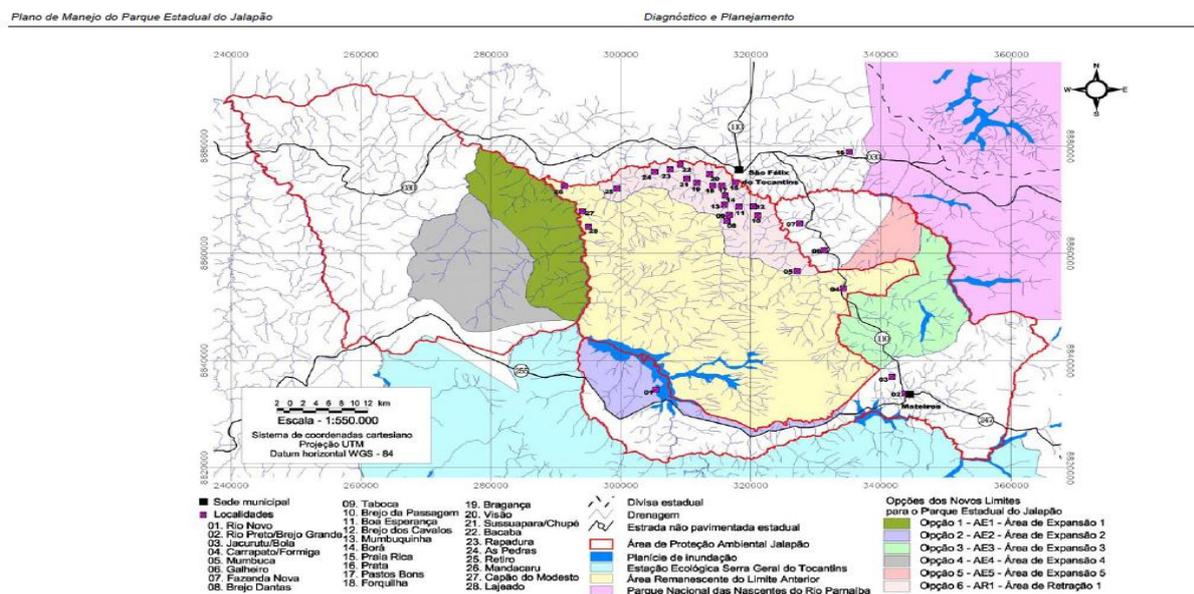
As opiniões ouvidas dos entrevistados de Tocantins são bastante distintas das dos entrevistados Nacionais. Os de Tocantins estão direta, ou indiretamente, envolvidos com o Parque Estadual do Jalapão, e conseqüentemente com a Sociedade Tradicional Mumbuca, até uma pessoa do povoado foi entrevistada, desta forma, as falas são por vezes, ambíguas, porque de um lado, reproduzem um discurso hegemônico de defesa da natureza, mas de outro, vivem as dificuldades das restrições, dos conflitos, de morar ou trabalhar dentro das adequações impostas pela administração do Parque. Aqueles que participam do processo e se sentem “comovidos” ou “atingidos” pela causa ambiental ou social das comunidades que por ali vivem, não conseguem estar indiferentes a uma

situação que parece um “beco sem saída”. Primeiro instaurou-se o Parque Estadual, para depois pensar o que irá acontecer com as pessoas que moram no local. É um sentimento que mescla tristeza e impotência, mesmo com o diálogo em aberto, o Conselho do PEJ atuando, fica difícil ter esperanças quando de fato o que se tem é que as terras já foram desapropriadas pelo Decreto Nº 2.356, de 24 de fevereiro de 2005, e o que se pode esperar são indenizações por elas, ou novas terras.

### A Fala de uma Moradora de Mumbuca:

- Acho ótimo, mas tinham que redimensionar;
- Nós não queremos sair do Parque queremos que o Parque saia da gente;
- Eu moro em Mumbuca, meus pais moram lá, queremos ser parceiros do Parque, a idéia é ótima, mas tem que ser feita uma avaliação e tirar as pessoas de dentro dele;
- A Comunidade Mumbuca e as outras Comunidades também.

A fala do morador de Mumbuca é da expectativa de redimensionamento do Parque do Jalapão, como aparece no Mapa 2 do Plano de Manejo do PEJ, NATURATINS (2003, p.94).



Se for observado no Mapa 2 acima, a Comunidade Mumbuca é um quadrado rosa escuro, número 5, próximo à área laranja clara, que seria a nova divisa do PEJ, ela e as demais comunidades estariam fora dos novos limites do PEJ, que é a área de retração 1, opção 6 rosa claro. Todavia, onde ficariam as terras para a reprodução da vida tradicional destas comunidades? Todos estarão disputando as mesmas terras ao

norte, pois ao sul e oeste está o Parque Estadual do Jalapão, e a leste o Parque Nacional da Nascente do Rio Paraíba.

A questão não é só mudar as terras. Os moradores de Mumbuca na época da pesquisa, falavam que o parque iria sair de lá, como nesta fala: “Nós não queremos sair do Parque queremos que o Parque saia da gente” (Ana Cláudia, 2009, moradora de Mumbuca e Conselheira do PEJ).

Para eles o PEJ, realinhará as fronteiras a um ou dois quilômetros de Mumbuca, e tudo voltará a ficar em paz. Eles “não sabem(?)”<sup>60</sup> como ficará a questão das terras. Estava havendo uma reunião do Conselho do PEJ em Mateiros justamente para tratar do realinhamento do PEJ, e uma das representantes da NATURATINS falou “eles precisam de pouca terra para fazer a roça, vai sobrar terra” (Coordenadora da NATURATINS, 2009). A dimensão da terra é uma para a NATURATINS, e é outra para os moradores de Mumbuca, sem falar que não terão mais o livre acesso a região de extração do Capim Dourado<sup>61</sup>, que hoje significa a principal fonte de renda para eles.

Figura 14: Reunião do Conselho PEJ



Autor: Edmarcia Lira - data: 20/fev/2009

Figura 15: Reunião do Conselho PEJ



Autor: Edmarcia Lira - data: 20/fev/2009

A “pressão” que as instituições exercem sobre as Comunidades Tradicionais é porque as populações conhecem que são severas as punições contra os crimes ambientais, como traz a **Lei de crimes ambientais: Lei nº 9.605, de 12/fev./1998** – que Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao

<sup>60</sup> *Não sabem* está entre aspas é porque eles não compreendem como ficará no dia-dia sem ter livre acesso as terras como têm hoje, hoje eles sabem que estão dentro do PEJ e por isso não podem caçar, pescar, queimar a roça, colher o Capim Dourado da maneira deles etc. Então, saindo o Parque dali, teoricamente, a vida voltaria ao normal, só que ficará muito mais complicada porque eles não terão acesso as suas terras atuais.

<sup>61</sup> O Capim Dourado (*Syngonanthus nitens*) é uma sempre viva de extração nativa, típica de campo úmido, restrita a algumas regiões do Jalapão, e muitas delas encontram-se dentro do PEJ (FIGUEIREDO et al. 2006)

meio ambiente. Apesar de não haver notícias de ninguém da Comunidade Mumbuca ter sido punida pela NATURATINS ou IBAMA, eles sempre têm notícias de pessoas que foram notificadas, multadas, ou presas em flagrante pela queimada, caça ou por pescas ilegais, ou extração de Capim Dourado na região, que não é algo estranho<sup>62</sup> de acontecer, além do que, acreditam que “estando bem” com os administradores do PEJ, podem obter “vantagens”, em não serem incomodados, em estar ali de forma mais tranqüila, em receber os turistas sem embaraços dos administradores, como diria Foucault (2007),

A punição disciplinar é isomorfa à própria obrigação; ela é menos a vingança da lei ultrajada que sua própria repetição, sua insistência redobrada. [...] não passa de um elemento de um sistema duplo: gratificação-sanção. E é esse sistema que se torna operante o processo de treinamento e de correção. [...] temos a distribuição entre o pólo positivo e o pólo negativo; todo o comportamento cai no campo das boas e más notas, dos bons e maus pontos. [...] Através dessa microeconomia de uma penalidade perpétua, opera-se uma diferenciação que não é a dos atos, mas a dos próprios indivíduos de sua natureza, de suas virtualidades, de seu nível e valor.

[...] a arte de punir, no regime do poder disciplinar, não visa nem a expiação, nem mesmo exatamente a repressão. Põe em funcionamento cinco operações bem distintas: relacionar os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto, que é ao mesmo tempo campo de comparação, espaço de diferenciação e princípio de uma regra a seguir. [...] Em uma palavra, ela *normaliza*. (FOUCAULT, 2007, pp. 150 – 153, grifos do autor)

Para o autor, o poder do Estado e das suas instituições sobre o indivíduo torna-se tão opressora na forma de vigiar e punir, que é reproduzido de maneira automatizada pelos seus administradores, chefes e policiais, chegando a interiorizar-se e aparecer como elemento indissociável das funções do trabalho. Não é mais uma questão de infringir ou não as regras ou lei, torna-se uma questão do indivíduo ser adequado ou não naquele contexto; do indivíduo numa fronteira ser valoroso e noutra ser anormal (FOUCAULT, 2007, p.153).

Quando a NATURATINS, fez o balanço anual de 2007 intitulado: [Atuação do Naturatins reforça consciência ambiental](#) (2007) mostrando os resultados da fiscalização do Estado de Tocantins de 2007,

---

<sup>62</sup> Notícias Brasília (23/03/2009) – Realizada pela fiscalização do Ibama no Tocantins com apoio da Polícia Militar Ambiental, a operação Jalapão embargou 8119 hectares de áreas de cerrado desmatadas ilegalmente nos municípios de Mateiros, Rio da Conceição e Ponte Alta do Tocantins, e na Estação Ecológica da Serra Geral As multas aplicadas durante a operação Jalapão, que encerrou na última quarta-feira (18), somaram R\$ 10, 8 milhões. O principal objetivo foi o combate ao desmatamento ilegal e à instalação e funcionamento de empreendimentos agrícolas sem Licenciamento Ambiental, além da extração e coleta de Capim Dourado por pessoas não autorizadas pelo órgão estadual de meio ambiente (NATURATINS, 2009)

O trabalho desenvolvido pelas equipes de fiscalização das 15 Unidades Regionais e quatro Unidades de Conservação de Proteção Integral, sob a coordenação da Diretoria de Fiscalização e Monitoramento, resultou na apreensão de 9.062,80 kg de pescado, 9.350 metros de redes malhadeiras, 1.085 animais silvestres em cativeiro, 5.034 m<sup>3</sup> de madeiras, além de outros materiais predatórios. Foram emitidos 967 autos de infração, totalizando um total de R\$ 1.623.092,39 em multas aos infratores (NATURATINS, 26/12/2007)

Fica claro de que a vigilância e punição fazem parte do processo de normalização do manejo das Unidades de Conservação, a única ressalva é que pelas notícias do NATURATINS e IBAMA, e pelos números apresentados de multas, áreas queimadas e árvores derrubadas, dificilmente se tem notícias do envolvimento de Sociedades Tradicionais, no caso do Tocantins, o “tradicional” são fazendeiros expandindo terras em direção ao Cerrado para o agronegócio, mas quem fica extremamente sensibilizado com as atuações punitivas do Estado são as populações tradicionais, que a menos de uma década viviam esquecidas e isoladas naquela região, em perfeita interação com a natureza. No texto abaixo, temos os resultados de 2008,

Como resultados das ações de fiscalização desenvolvidas pelas 15 Unidades Regionais do Naturatins e as quatro Unidades de Conservação distribuídas pelo Estado, o órgão coibiu a prática de crimes à fauna do cerrado, capturando mais de 2 mil animais silvestres, dentre eles 1.567 aves criadas em cativeiros destinadas ao comércio ilegal. Ainda nas operações, as equipes de fiscalização de pesca predatória apreenderam cerca de 8 mil quilos de pescado, e material predatórios como 68.159 metros de redes malhadeiras. Dos produtos florestais apreendidos, estão aproximadamente 7 mil metros cúbicos de madeiras e 310 de carvão. Foram aplicados mais mil autos de infração, totalizando R\$ 7 milhões em multas (NATURATINS, 19/12/2008).

Deste modo, a fala da moradora de Mumbuca expressa à concordância com tudo o que diz a administração do Parque Estadual do Jalapão, eles moradores, vivem acuados, como se discordar de alguém fosse piorar a situação deles dentro do PEJ, logo em nada eles vão contra a NATURATINS, ou ao Governo. Na época da pesquisa foi necessário, todo o tempo estar reafirmando, que não estávamos a serviço da NATURATINS, que eles poderiam falar à vontade que não “denunciaríamos” a administração, mas mesmo assim, como foi visto no Capítulo 5 e 6, assuntos como caça e queimada, são tabus na comunidade.

#### **Outras Falas Locais da Sociedade Civil:**

- Preservam parte das nossas riquezas naturais;
- É importante para o equilíbrio do ambiente;

- Fundamental para a preservação do meio ambiente;
- Deveriam criar mais UCs de Proteção Integral.

São falas preservacionistas, como foi tratado longamente na análise do bloco nacional, onde a idéia central é de antagonismo entre homem e natureza, desta forma qualquer manejo humano é prejudicial ao ambiente natural.

- É a garantia de que o que tem nesses ambientes, a vegetação, a vida lá dentro vai ser conservada;
- Unidades de proteção integral forçam a preservação da natureza conservando a nossa fauna e flora;
- São fundamentais para amenizar os impactos e melhorar alguma coisa, que é uma luta quase desigual;
- Tanto as UCs de Proteção Integral quanto as de Desenvolvimento Sustentável são importantes para combater o desmatamento;
- É importante para pesquisa, para o conhecimento popular, e para as futuras gerações *saberem que isso existiu*;

Essas falas têm o mesmo teor preservacionista das anteriores, com a dicotomia: homem X natureza, porém, com alguns adendos:

1. A confiança no modelo das UCs de Proteção Integral e no “Estado”: “é a garantia”, “forçam a preservação”. Como se o modelo de UCs fosse resultado de um tratado científico que *garante* que ilhas de conservação sem interferência humana preservam *integralmente* todas as espécies; e ainda, que o Estado é capaz de garantir a *inviolabilidade* dessas ilhas naturais;
2. O pessimismo diante do quadro ambiental traz para as UCs de Proteção Integral a responsabilidade de manter o último pedaço “de natureza” preservada, para as futuras gerações, para combater a guerra desigual, ou o desmatamento. Como se não houvesse a possibilidade de uma mudança de atitude global perante a natureza. Ou ainda, que o homem só se relaciona sendo predador da natureza então está “condenado” a tê-la em redomas para admirá-la, estudá-la, visitá-la, mas, não manejá-la;

Restam essas duas falas destoantes:

- As pessoas extremamente consumistas e para satisfazer suas vontades exploram a natureza;
- As riquezas estão se tornando escassas devido a esse modelo capitalista em que as pessoas só se preocupam em consumir, consumir sem responsabilidade nenhuma

Ao afirmar que é o modo capitalista que destrói a natureza, e o extremo consumo, o autor da fala, independente de conhecer as teorias conservacionistas, não pode ser chamado de um preservacionista, porque pela lógica, mudando o modo de

produção, a relação do homem com a natureza também muda, logo, pode não haver a oposição homem X natureza, pode não ter dominação, nem de destruição.

Se o capitalismo tem aproximadamente 250 anos de história, daqui a mais 100 anos poderia ter uma sociedade não consumista (só para desenvolver uma lógica), preocupada com outros valores, se assim fosse, às tecnologias atuais mais os conhecimentos tradicionais seriam bem vindos para desenvolver manejos de baixo impacto, e a partir daí os homens se preocupariam com outras coisas não materiais. Acabaria esta corrida em transformar, fazer, vender, comprar, ter coisas materiais, em seguida, conseqüentemente, acabaria a vida de alto impacto sobre o planeta Terra.

As falas da Sociedade Civil local representam vários seguimentos, Membros do Conselho do PEJ, Presidente do Movimento Atingidos por Barragem (MAB), ONG Onça D'Água, esta heterogeneidade pode ser compreendida porque ao se procurar pessoas para ser entrevistadas representantes da Sociedade Civil foi mais fácil o recorte de pessoas ligadas ao PEJ, do que por exemplo, representantes de ONGs como em Brasília, que em Palmas e Mateiros, TO, o universo é bem mais restrito, mas esta diversidade só enriqueceu a análise das falas e ampliou o olhar da pesquisa.

Dos entrevistados do grupo dos intelectuais locais, 75% foram favoráveis as UCs de Proteção Integral, e apenas 25% foram contra, entre os favoráveis 25% colocaram objeções a este tipo de Unidade de Conservação. Nos argumentos abaixo analisaremos como refletem essas afirmações,

#### **Favoráveis:**

- É fundamental para a conservação das qualidades de vida de seres vivos e também da paisagem;
- Por ter como objetivo contribuir para manutenção da biodiversidade dos recursos genéticos do território e proteger as espécies ameaçadas de extinção;
- Contribuir para preservação ecológica, como também para promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- Território que está livre da exploração do mercado é essencial para a conservação.

Novamente deparamos com argumentos preservacionistas onde a oposição homem X natureza está colocada, logo para se ter a natureza conservada é necessário a exclusão humana. A única novidade é o argumento da última fala de criar-se UCs de Proteção Integral para retirar aquele “território” da exploração do mercado<sup>63</sup>, que se poderia dizer, vai de encontro com o pensamento dos “pessimistas” anteriores; pois ao

---

<sup>63</sup> Esta discussão sobre o território virar mercadoria no modo de produção capitalista foi feita no Capítulo 6 – Os Moradores do Lugar.

invés de modificar o mercado para que não faça do território uma mercadoria, constroem-se ilhas de preservação protegidas do mercado.

### **Contra:**

- Porque tem a questão social das comunidades tradicionais;
- Se a UC é integral não pode ficar ser humano residindo ali;
- Como ficam as comunidades e as fazendas?
- A indenização não é do valor de mercado: os valores são acima, questão da identidade, do território, da formação do mundo, da visão sócio-espacial das pessoas, e da riqueza memorial da comunidade;
- São elementos muito difíceis de ser indenizada, do ponto de vista de valorar essas questões como mercadoria.

A questão primordial colocada por este intelectual que é contra as UCs de Proteção Integral é da ocupação humana. Ele vê as Comunidades Tradicionais como uma realidade e prioridade nas Unidades de Conservação, e a atitude de simplesmente “desconsiderar” esta realidade como se fosse “fácil” deslocar ou indenizar séculos de cultura, de tradição, de manejo. O mesmo acontece com as comunidades ribeirinhas que são reassentadas para vilas “construídas”, o deslocamento nos novos lares, onde na nova área imposta os sentidos e significados são outros, tornando impossível a reprodução da vida social tradicional, as vilas impostas aos ribeirinhos, com os novos significados são ora absorvidos, ora confrontados, tornam-se pesquisas, estatísticas, mas, não obstáculos para a construção de hidroelétricas, no máximo ajudam a inchar periferias das capitais, pelos mais inconformados (REBOUÇAS, 2000).

### **Dos que colocam objeções:**

- Quando fazem *só* porque é um fundamento que está na lei, acho que não vale a pena;
- Falta maior infra-estrutura;
- Melhorar o plano de manejo que se enquadre as UCs;
- É importante ter a formação, mas saber o que está por detrás da lei;
- As comunidades afetadas também ficam reféns da política;
- Às vezes é direcionada uma área mais por interesse político do que para preservação;
- São necessárias, mas o funcionamento e manutenção do estado são reféns das políticas partidárias;
- Assim, como a gestão que trata das comunidades tradicionais depende das “vontades” políticas;
- São necessárias, o que precisa é viabilizar alguns tipos de uso;
- Os conselhos consultivos são normativos, porém se a gestão executiva é aleatória, fragiliza a ação do conselho.

Esses discursos despertam para alguns se “nãos”, são desconfianças do sistema institucional, diferentemente daqueles que confiam plenamente o futuro da natureza no sistema institucional e científico, que estariam garantidos pelas UCs, este grupo desconfia das vontades políticas daqueles que instituem as UCs. Quais são as razões que movem escolher este ou aquele lugar: “científicas” ou políticas? Por que razões foram instituídas determinadas UCs naquele momento? São intelectuais que vêem interesses escusos atrás das leis e instituições.

Estes intelectuais não estão sós nas suas “desconfianças”, segundo Acsehrad (2004),

Mediante a delimitação burocrática da área de competência do “setor ambiental do governo”, a política de meio ambiente foi contribuindo para uma espécie de funcionalização do espaço territorial segundo três modalidades: a) regiões dotadas de vocações “naturais” para a inserção no mercado nacional e global. [...]; b) áreas ricas em recursos genéticos, consideradas “natureza a ser preservada” [...]. Trata-se, neste caso, de gerenciar estoques (produtos florestais, germoplasma, informação genética) para uso futuro; c) áreas residuais economicamente deprimidas e submetidas a processos erosivos e degradantes, desprovidas de interesse estratégico para o capital. [...] a partir dos anos 90 – pela integração a qualquer custo no mercado mundial tendeu a fazer que importantes áreas economicamente menos dinâmicas ficassem desprovidas de qualquer projeto governamental de infra-estrutura ou de regeneração ambiental [...] (ACSELRAD, 2004, pp. 79-80).

Portanto, segundo o autor há uma lógica política na implantação das áreas que responde não só a interesses nacionais, mas internacionais, conforme já foi tratado algumas vezes no trabalho. Áreas de produção capitalista não são áreas de conservação, o que o autor chama “disponíveis aos apetites econômicos mais imediatos” (ACSELRAD, 2004, p. 80). As áreas de preservação, hoje são uma incógnita, porque no Brasil não há áreas totalmente isoladas, e ainda, não se tem o tempo histórico necessário para poder avaliar satisfatoriamente o resultado das UCs.

Nos EUA os dados que se tem do acompanhamento que fizeram até a década de 80 mostrou que as populações da fauna e flora estavam em declínio, abreviando o histórico, no começo do século XX atribuíram ao descuido dos turistas, mais tarde década de 30 ao alto fluxo turístico e a interferência das áreas do entorno, e a partir da década de 60, passaram a acreditar que manter a área primitiva “não é possível nem desejável [...] que os ecossistemas não são imutáveis” (ARAÚJO, 2007, p.36), desde então, mudou-se o objetivo: de manterem-se os processos naturais que mantêm e geram a biodiversidade (MORSELLO, 2001 apud ARAÚJO, 2007, p.36). Ou seja, lá na América do norte onde o modelo foi “inventado” e “implantado” a mais de um século, percebeu-se que a “ilha natural” não se mantém intacta, ela vive em constante

transformação. Mesmo assim, aqui no Brasil, e em outros países, se o modelo continua sendo defendido e reproduzido, deve ser porque pode atender a outros interesses como desconfiam os intelectuais.

Da categoria políticos<sup>64</sup>, 91,6% foram favoráveis, 8,3%, mostraram-se contra as UCs de Proteção Integral, e entre os que foram favoráveis 8,3% colocaram algumas objeções ao modelo, os argumentos apresentados foram:

**A favor:**

- As UCs de proteção integral são necessárias para própria sobrevivência da espécie humana;
- É necessário porque o ser humano é ganancioso e ignorante;
- Devida a ambição de tratar os recursos naturais como fonte inesgotável;
- São necessárias as UCs pela falta de respeito com a natureza;
- Pela ambição do ser humano de tratar os recursos naturais como forma de fonte inesgotável;
- As UCs de proteção integral são necessárias para própria sobrevivência da espécie humana.
- Deveria existir muito mais as UCs de proteção integral ajudam a proteger lugares que estão bem preservados;
- A necessidade de preservação aumenta a cada dia;
- Proteger a natureza para garantir a qualidade de vida das gerações futuras;
- As UCs ajudam a resolver um pouco desse problema de degradação;
- Devemos proteger a nossa fauna e nossa flora e assim garantir que nossos filhos e netos também possam usufruir de belezas tão exuberantes, como é o caso do nosso Jalapão.
- Porque guardam grande parte de uma amostra representativa da biodiversidade do país;
- Daqui a alguns anos só vai sobrar o que esta dentro das unidades de conservação de proteção integral;
- Antes de defini-las são objetos de estudo, mas sempre há conflitos;
  - Garantir às futuras gerações as belezas naturais de hoje;
  - Nossa geração tem obrigação de cuidar da rica biodiversidade brasileira para os nossos filhos e netos;
  - UCs de Proteção Integral é um meio garantido de preservação ambiental;
  - Mas, as UCs de proteção integral são necessárias, essenciais e poucas;
  - Estamos protegendo a nossa fauna e flora bastante ameaçada pelo homem;
  - Para conservar o Cerrado que está em extinção;

---

<sup>64</sup> Vide nota 3.

- Não só UCs de proteção integral, mas de conservação e desenvolvimento porque é o único mecanismo que temos para a sustentabilidade dos recursos naturais;
- Uma área que não é UC dificilmente deixa de ser manejada adequadamente;
- Os agricultores do sul já estão vindo para cá, Bahia, Maranhão, Piauí, onde ainda há Cerrado conservado para plantar monocultura de soja e cana, por isso é importante as UCs;
- O próprio Ministério do Meio Ambiente tem estas áreas do corredor Ecológico do Jalapão para criar UCs;
- Lá pro sul não, que já destruíram o Cerrado no Mato Grosso e Goiás;
- Apesar de certos conflitos com as comunidades tradicionais, produtores e moradores do entorno elas são necessárias;
- É necessário, mesmo que tenha que desapropriar, mas se for ver por parte da conservação de espécie é necessário
- Jalapão Norte (trecho entre São Felix e Lizarda) muito rico em biodiversidade e recursos hídricos, eles estão voltando o foco para criar UCs;
- Acho importante porque além de estar protegendo o ambiente, está trazendo recursos para o município;
- O Município está mostrando as belezas para o país porque o turismo é liberado, e fazendo um trabalho de conservação junto às comunidades, que é muito interessante.

Essas falas retomam todos os argumentos tratados pelos preservacionistas em prol da natureza intacta: *da visão do homem como grande predador, inimigo da natureza; que se não “reservar” pedaços da natureza não haverá para a sobrevivência humana e nem para as gerações futuras; a crenças nas UCs de Proteção Integral para garantir a preservação da biodiversidade; o Brasil um país de natureza “rica” em biodiversidade, portanto deve ser preservada; mesmo gerando conflitos, entre as UCs e as comunidades é melhor ter as UCs para garantir a preservação; o turismo ecológico é positivo porque gera renda, etc.*

Nesta corrente ideológica não há questionamento quanto à funcionalidade das Unidades de Conservação. Se elas realmente são a melhor maneira de proteger o ambiente natural? Se as implantações estão sendo feitas de maneira adequada (local e área)? Se o Estado tem condições de mantê-las livres de invasores? Essas e outras dezenas de questões que podem ser feitas e não são. A *crença* no modelo de isolar ilhas no território que seja mantido fora do manejo humano para a reprodução “natural” da fauna e flora é tão grande, que não questionam se é exequível e se o “paraíso perdido” será restaurado, ou seja, se funcionará.

Segundo Guha (2000) “esses axiomas de *gigantismo* e de exclusão humana, ainda que freqüentemente associados com o jargão da ciência, são pura e simplesmente

preconceitos” (p. 95, grifo do autor), para ele os países do Sul deveriam reconhecer plenamente os direitos dos povos que vivem nas florestas (e que freqüentemente) cuidaram delas muito antes que se tivessem transformado em parque nacional ou sítio de patrimônio mundial (GUHA, 2000, p. 95). Ou seja, nem todo manejo deteriora o ambiente; segundo Bailey (1992), graças ao manejo das populações tradicionais é que a atual biodiversidade existe na África (pp. 207-208 apud DIEGUES, 2000, p.40).

### **Objecções:**

- É importante, mas não pode por a população atual em prejuízo pensando nas futuras gerações;
- Por exemplo, o SNUC tem vários tipos de UCs e tem o Mumbuca, se o Jalapão fosse uma reserva extrativista, talvez fosse mais sustentável para atender os interesses de conservação ambiental;
- Às vezes é necessário um reestudo da delimitação dos limites das UCs;
- Os conflitos devem ser geridos com os chefes das UCs e outras associações, e as comunidades, fazendo uma parceria entre as UCs e as Comunidades.

As contradições trazem em si, alguns questionamentos, e todo projeto que é questionado pode ser mais bem estruturado.

Numa das falas, o orador ao por em dúvida *quem deve ser prejudicado: a população atual ou geração futura?* A pergunta em si, não procede. Pois, parte da premissa: de que se não houver a UCs de Proteção Integral *desterritorializando* as populações locais, as gerações futuras não terão ambientes naturais. E muitos autores (ARRUDA, 2000; ANDERSON; POSEY, 1990; DESCOLA, 1990, 2000; DIEGUES, 2000, 2004, 2005; GUHA, 2000; MEGGERS, 1977), entre inúmeros outros, têm tratado da questão das comunidades tradicionais como solução e não como empecilho para as futuras gerações, porque seus conhecimentos tradicionais que permitem que a maioria delas vivam por centenas, outras milhares de anos numa região, sem degradar o ambiente, podem ser usados para ajudar a conservar os territórios para todos, por todas as gerações. As Sociedades Tradicionais podem ajudar o homem não tradicional a aprender a manejar a natureza sem destruí-la que é isso que elas sabem fazer.

As falas quanto à participação, as características adequadas das UCs para os ambientes, o redimensionamento da área do Parque Estadual do Jalapão só vêm somar ao cuidado com a administração do PEJ, da democracia e transparência. O modelo está aí posto, e quanto mais pessoas envolvidas na dinâmica de sua consolidação e gestão, melhor será sua gerência democrática.

### **Contra:**

- As UCs são a única maneira para conservação, porém tem que se levar em conta a categoria, pois as UCs que foram criadas muito restritivas acabam tendo abertura para o que a categoria delas não permite o que é errado, no Jalapão e outras regiões do país
- Os argumentos dessa categoria são restritamente preservacionistas, fazendo a separação do homem e a natureza, e conscientes das dificuldades;
- Têm que cuidar antes de determinar a categoria;

É bastante interessante esta posição, visto que, tem uma lógica legal: Não adianta implantar uma UC muito restritiva como a de Proteção Integral, e depois, deixá-la viver na “clandestinidade”. É melhor adequar à categoria da Unidade de Conservação a realidade do lugar, do que ser “tolerante” com a ilegalidade.

E por fim,

- Este modelo é americano e no Brasil temos todo o território ocupado;
- Mesmo tendo áreas ecologicamente conservadas há ocupação humana, não há aglomerações, existem comunidades residindo lá dentro;
- A ocupação no Brasil é esparsa e temos ambiente preservado de relevantes interesses ecológicos, então gera conflitos.

Como foi visto anteriormente o modelo americano foi questionado na América do Norte durante grande parte do século XX, continua sendo usado, porém deve continuar sendo revisto. No Brasil, com características ambientais distintas e sociais antagônicas, persistem com a aplicação desse modelo de preservação e permanece sendo considerado a melhor alternativa de conservação das reservas naturais.

Partindo da nossa hipótese que essas pessoas têm influência a nível nacional e local, e mesmo sendo um número reduzido de entrevistados é significativo pelo *lugar de fala* que ocupam na sociedade, expressando não apenas um pensamento individual, mas uma ação institucional, seja pela influência que exercem, caso das ONGS, seja pela ação propriamente dita das suas funções de trabalho, caso dos “políticos”, ou ainda, como formadores de opinião, caso dos intelectuais, ou mesmo, componentes do Conselho do Parque Estadual do Jalapão. Seja como for, na posição que estiverem, são *peças notáveis* que estão influenciando seu meio.

## Conclusões Finais

Pelo que foi visto nesse pequeno estudo a tendência é que o Brasil continue com a mesma política ambiental de implantação de Unidades de Conservação, priorizando as de Proteção Integral para as áreas consideradas de grande biodiversidade, de relevância ecológica, beleza cênica, que favoreçam o estudo científico etc., sejam separadas do manejo humano e reservadas para as futuras gerações, e para a preservação sem interferência antrópica.

Dentro deste ideário vão se implantando Unidades de Conservação desconsiderando as populações locais, de maneira autoritária, e depois de implantadas por um ato político, a sociedade civil, comunidades envolvidas e as instituições responsáveis por administrá-las são chamadas para negociar.

Porém a negociação parte da premissa que as Comunidades Tradicionais utilizam técnicas de manejo prejudiciais a conservação do ambiente, como as queimadas e pecuária, então tais comunidades devem se adaptar as técnicas-científicas dos administradores e idealizadores das Unidades.

O problema é que enquanto os administradores “resolvem” o destino das comunidades locais, no modelo atual elas não podem reproduzir-se tradicionalmente em nenhum modelo de UC, uma vez que qualquer tipo de roça de toco, pecuária, rodízio será considerado predador ao ambiente.

Se as Sociedades Tradicionais forem caiçaras não poderão pescar, se forem vaqueiros, não poderão criar gado, se forem extrativistas a extração deverão aderir os manejos científicos de extração, sejam elas indígenas que só faltam ter que reaprender a ser índio com os administradores das UCs, desprezando-se todo o saber-fazer que trouxe a comunidade e o ambiente preservado até o momento do “despertar” o interesse dos conservacionistas.

Enquanto estas questões de manejo são discutidas fervorosamente com as populações que ali estão, nas matas, florestas ou zona costeira, esquece-se que o grande número de queimadas e desmatamentos ocorre por conta da expansão da fronteira agrícola, o mesmo motivo que gerou a necessidade de implantações do maior número de Unidades de Conservação nas áreas de floresta no Brasil, não foi para protegê-las das populações locais, e sim, da expansão agrícola e comércio da madeira.

Se ainda há mata, floresta ou cerrado é por causa dessas comunidades que permaneceram alguns séculos esquecidas, e agora, por “empenho” de muitos

*conservacionistas* que imaginam isolar *todas* as áreas verdes do país, que começaram a se interessar por recantos que antes não eram vistos de pobres e inócuos que eram, e hoje tornaram-se raros e exóticos.

Sendo assim, o destino da Comunidade de Mumbuca dentro do Parque Estadual do Jalapão não tem grandes perspectivas, pois “eles saindo do parque, ou o parque saindo deles”, como costumam dizer, a prática de manejo e interação com a natureza nunca voltará ser a mesma. Porque não poderão criar o gado, sua maior atividade, por muito mais tempo, isso requer espaço, e espaço não é “sustentável”, terão que mudar a maneira de fazer a roça, desaprender o que aprenderam por séculos, e logo não estarão queimando nem derrubando árvores, só usando agrotóxicos.

Aquelas comunidades do Jalapão estão ilhadas entre as áreas de proteção ambiental e os fazendeiros que a cada semestre estendem um pouco mais suas áreas dentro do bioma Cerrado, que na virada do século foram às áreas de maior extensão agrícola continuaram pressionando as áreas.

Essas pressões continuam causando destruições que acontecem rotineiramente nas reservas brasileiras, e não têm relação alguma com queimadas ou extrações tradicionais. Destes fazendeiros que provocam prejuízos ecológicos são cobradas multas, que se fossem todas pagas não haveria mais empresários no setor de agronegócio no país. Ao contrário das pessoas pegadas na mata com uma caça, que são presas em flagrante por crime inafiançável.

Porém, são por essas lógicas ilógicas que faz com que o conflito inerente entre as Unidades de Conservação e as Populações Tradicionais, onde só há perdedores, seja muito mais, resultado do preconceito dirigido a essa gente. E a base do preconceito está naquilo que vimos no decorrer do trabalho, na forma de viver de Mumbuca, que fazem deles diferentes, eles têm um modo de vida não capitalista, e por pouco consumirem aparentam pobreza, por terem menos “ganância”, muitos interpretam como apatia, por não terem a noção da propriedade individual, ou até mesmo da existência como indivíduo, pois, são pessoas da comunidade, que estabelecem suas relações sempre dentro da família, eles sentem-se à vontade um na casa do outro, em um poder dispor das coisas dos outros, porque não há a posse individual, há da família. Por esses motivos que sociedades como a de Mumbuca são sustentáveis, preservam o ambiente. Com baixo consumo e uma produção de baixo impacto com os recursos naturais. O motivo que os faz diferentes, e geram preconceito, é o mesmo que os faz *preservacionistas*. A sociedade moderna não só não os entende, não gosta de ver, como

também, abomina ser confrontada num dos seus mais “sagrados” valores o da propriedade individual.

Por tudo isso, a sociedade moderna perde os saberes das Sociedades Tradicionais, perde a possibilidade de construção de outro tipo de sociedade, que não seja tão destruidora e materialista, expulsa para fora do possível a forma de reprodução de vida das comunidades locais, não percebendo que está reduzindo suas próprias probabilidades de ter outro modo de vida; e que, a cada sociedade expulsa do seu local rural, em nada melhorará a preservação da natureza, e só aumentará os números estatísticos de desprovidos a beira das grandes cidades.

## Referências Bibliográficas:

- ACSELRAD, Henri. Políticas Ambientais e Construção Democrática. VIANA, G; SILVA, M; DINIZ, N. (org.). **O Desafio da Sustentabilidade**. Um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. Pp. 75-95.
- ADEODATO, Sérgio. **Amazônia, a floresta assassinada**. Falta muito pouco para matá-la de vez. (Coleção Mostarda), São Paulo: Terceiro Nome Editora, 2006.
- ADORNO, Lúcio Flávio Marine. Caracterização do perfil e da qualidade da experiência dos visitantes no Parque Estadual do Jalapão, Tocantins. **Caderno Virtual de Turismo**. Vol. 8, Nº 1, 2008. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/include/getdoc.php?id=797&article=319&mode=pdf> Acesso em: 05/out/2008.
- ANDRÉ, Richard Gonçalves **Um olhar sobre si mesmo**: Representações do Conceito de "Natureza" Assis, São Paulo: UNESP, 2005. Disponível em: [www.anpuh.org/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=71](http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=71) Acessado em: 03/mai/07.
- ARAUJO, Marcos Antonio Reis. **Unidades de Conservação no Brasil**: da República à Gestão de Classe Mundial. Belo Horizonte: SEGRAC Editora, 2007.
- ARRUDA, Rinaldo S. V. “Populações Tradicionais” e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação. In: DIEGUES, Antonio Carlos. **Etnoconservação**. 2ª. Ed. (NUPAUP – USP), São Paulo: Annablume, 2000. Pp. 273-290.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. 4ª. Ed. (Antropologia 5) Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1976.
- BORBA, Roberto Ferrari. **Carvão Mineral**. Balanço Mineral Brasileiro. Departamento Nacional Produção Mineral. 2001. Disponível em: [www.dnpm.gov.br/assets/galeriadocumento/balancomineral2001/carvao.pdf](http://www.dnpm.gov.br/assets/galeriadocumento/balancomineral2001/carvao.pdf) Acessado em: 24/jan/2009.
- BORGES, Clério José. **História da Serra**. 2ª. Ed. Serra, ES: C. J. Borges, 2003.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade, Lembranças de Velhos**. 6ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos**: escritos para conhecer, pensar e praticar o município educador sustentável. 2ª. Ed. Brasília: MMA, Programa Nacional de Educação Ambiental, 2005.
- \_\_\_\_\_. Cenários e momentos da vida camponesa: três dias de caderno de campo em uma pesquisa no Preto de Baixo do Bairro dos Pretos, em Joanópolis, São Paulo. In: NIEMEYER, Ana Maria de; GODOI, Emília Pietrafesa de. Além dos Territórios. Campinas, São Paulo, 1998. Pp. 133- 166.

BRASIL. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Lei Nº. 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasil, 2000.

CAMPESTRE Indústria e Óleos Vegetais Ltda. São Paulo: 2009. Disponível em: [www.campestre.com.br/oleo-de-canola.shtml](http://www.campestre.com.br/oleo-de-canola.shtml) Acesso em 24/jan/2009.

CAMPHORA, Ana Lucia; MAY, Peter Herman. A valoração ambiental como ferramenta de gestão em unidades de conservação: há convergência de valores para o bioma Mata Atlântica? Revista Eletrônica **Megadiversidade**. Vol. 2, nº.1-2, Dez. 2006. Disponível em: [http://portal.conservation.org/portal/server.pt/gateway/PTARGS\\_0\\_2\\_139591\\_0\\_0\\_18/v\\_alorizacao.pdf](http://portal.conservation.org/portal/server.pt/gateway/PTARGS_0_2_139591_0_0_18/v_alorizacao.pdf) Acesso em: 02/jan/2009.

CAMPOS, Raymundo. **Estudos de História do Brasil**/ Raymundo Campos. São Paulo: Atual, 1999.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. **A Invenção Ecológica**. Narrativas e Trajetórias da Educação Ambiental no Brasil. 2ª. Ed. Porto Alegre, RS: UFRSG, 2002.

\_\_\_\_\_. Os Sentidos de “ambiental”: a contribuição da hermenêutica à pedagogia da complexidade. In: LEFF, Enrique (coord.) **A Complexidade Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.pp. 99-120.

CELTINS - Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins, **Relatório de Impactos Sobre o Ambientas (RIMA)**, Usina Hidroelétrica de Lajeado (UHE), Avaliação de Impactos, Palmas – Tocantins, 1996.

CHAUÍ, Marilena. **Convite a Filosofia**. 6ª. Ed. São Paulo, 2001.

COLCHESTER, Marcus. Resgatando a Natureza: Comunidades Tradicionais e Áreas Protegidas. In: DIEGUES, Antonio Carlos. **Etnoconservação**. 2ª. Ed. (NUPAUP – USP), São Paulo: Annablume, 2000. Pp. 225-255.

COMERFORD, John Cunha. As Reuniões em um assentamento rural como rituais. In: COSTA, Luiz F.C.; FLEXOR, Georges; SANTOS, Raimundo. **Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2008. Pp. 181 -190.

CORREIA, Mariana. Universalidade e Diversidade da Arquitectura de Terra. **In: 10ª Mesa Redonda de Primavera**. Terra Forma de Construir Arquitetura. Antropologia. Arqueologia. (pp. 12-19). Lisboa: Argumentum e Escola Superior Gallaecia, 2006. Disponível em: <http://www.aldeia.org/portal/user/documentos/MCorreia.pdf> Acesso em: 12/jan./2009.

\_\_\_\_\_. Teoría de la conservación y su aplicación al patrimonio en tierra. [Revista de estudios sobre patrimonio cultural - Journal of Cultural Heritage Studies](http://www.aldeia.org/portal/user/documentos/MCorreia.pdf), ISSN 2011-9003, **Vol. 20, Nº. 2, 2007** (Ejemplar dedicado a: Arquitectura en tierra) , pp. 202-219.

DAMATTA, Roberto. Individualidade e Liminaridade: considerações sobre os ritos de passagem e a modernidade. **Mana**, vol. 6, nº1, pp. 7-29, 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132000000100001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132000000100001&lng=en&nrm=iso) Acessado em 26/Marc/2009.

\_\_\_\_\_. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

\_\_\_\_\_. **Relativizando:** Uma introdução a Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DANIEL, Omar; COUTO, Laércio. Diagnóstico de Situação e Necessidades para o Desenvolvimento de SAF's em Mato Grosso do Sul. Texto da palestra apresentada no **Seminário Sistemas Agroflorestais e Desenvolvimento Sustentável** - Campo Grande MS, 2003. Disponível em: <http://saf.cnpqg.embrapa.br/publicacoes/11.pdf> Acessado em 26/mar/2009.

DESCOLA, Philippe. Ecologia e Cosmologia. Antonio Carlos. **Etnoconservação**. 2ª. Ed. (NUPAUP – USP), São Paulo: Annablume, 2000. Pp. 149-163.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Etnoconservação**. 2ª. Ed. (NUPAUP – USP), São Paulo: Annablume, 2000.

\_\_\_\_\_. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 5ª. Ed. (NUPAUP – USP) São Paulo: Hucitec, 2004.

DIEGUES, Antonio Carlos; NOGARA, Paulo José N. **O Nosso Lar Virou Parque**. 3ª. Ed. São Paulo: NUPAUP – USP, 2005.

ENGELS, Fredrich. **Introdução à Dialética da Natureza**. 1875/ 1876. pp. 1-16 Disponível em: [http://www.vermelho.org.br/img/obras/dialetica\\_da\\_natureza.asp](http://www.vermelho.org.br/img/obras/dialetica_da_natureza.asp). Acessado em: 24/mar/2009.

FAO. **Global Forest Resources Assessment 2005. Progress towards sustainable forest management**. Roma: FAO, 2006. Disponível em: <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/008/A0400E/A0400E07.pdf> Acesso em: 09/jan/2009.

FERREIRA, Victor C. P. ONGs no Brasil: um estudo sobre características e fatores que têm induzido seu crescimento. In MOTTA, P. R.; PIMENTA, R.; TAVARES, E. (Orgs.). **Novas Idéias em Administração 2**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, pp.91-126.

FIGUEIREDO, Isabel B.; SCHMIDT, Isabel B.; SAMPAIO, Maurício B. Manejo Sustentável de Capim Dourado e Buriti no Jalapão, TO: Importância do Envolvimento de Múltiplos Atores. **Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia**. 3º Vol., Porto Alegre: NUPEEA, 2006 pp. 103-115. Disponível em: [http://www.unimontes.br/semanadabiologia2008/mat2\\_etnobotanica.pdf](http://www.unimontes.br/semanadabiologia2008/mat2_etnobotanica.pdf) Acessado em: 20/jan./2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Histórias das Violências nas Prisões. 34ª. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

GALEAZZI, Maria Antonia M (org.). **Segurança Alimentar e Cidadania**. (Contribuição das Universidades Paulistas). Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 1996.

GALIZONI, Flávia Maria; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. **Trabalho feminino na agricultura familiar do Alto Jequitinhonha**, Minas Gerais. In: Congresso da

Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) XLII, 2004, Cuiabá-MT. Trabalhos Aprovados. SOBER: UFMG, 2004. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/12/09O436.pdf> Acesso em: 23/jan/2009.

GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernidade Reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna**. São Paulo: UNESP, 1997.

GIRARDI JR, Liráucio. **Pierre Bourdieu: questões de sociologia e comunicação**. FAPESP São Paulo: ANNABLUME, 2007.

GÓMEZ-POMPA, Arturo; KAUS, Andrea. Domesticando o Mito da Natureza Selvagem. Antonio Carlos. **Etnoconservação**. 2ª. Ed. (NUPAUP – USP), São Paulo: Annablume, 2000. Pp. 125-147.

GUHA, Ramachandra. O Biólogo Autoritário e a Arrogância do Anti-Humanismo. In: DIEGUES, Antonio Carlos. **Etnoconservação**. 2ª. Ed. (NUPAUP – USP), São Paulo: Annablume, 2000. Pp. 81-99.

GUIMARÃES, Roberto P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, G; SILVA, M; DINIZ, N. (org.). **O Desafio da Sustentabilidade. Um debate socioambiental na Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. Pp. 43-72.

HUNT, E. K. ; SHERMAN, Howard J. **História do Pensamento Econômico**, Petrópolis: Vozes, 1997.

IANNI, Octavio. A Política Mudou de Lugar. **São Paulo em Perspectiva**. VOL. 11 nº3, 1997, Disponível em: [http://www.bibliotecacidade.sp.gov.br/produtos/spp/v11n03/v11n03\\_01.pdf](http://www.bibliotecacidade.sp.gov.br/produtos/spp/v11n03/v11n03_01.pdf) Acesso em: 26/jan/2009.

IBAMA. **[Ibama realiza a maior operação de fiscalização de desmatamento ilegal do Bioma Cerrado](http://conexaotocantins.com.br/noticia/ibama-realiza-a-maior-operacao-de-fiscalizacao-de-desmatamento-ilegal-do-bioma-cerrado/4046)**. Conexão Tocantins. Edição: 24/Nov./2008. Disponível em: <http://conexaotocantins.com.br/noticia/ibama-realiza-a-maior-operacao-de-fiscalizacao-de-desmatamento-ilegal-do-bioma-cerrado/4046> Acessado em: 30/abr/2009.

IBAMA. **BRASIL**. Ministério do Meio Ambiente. Rede Brasileira de Fundos Socioambientais. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.ambientebrasil.com.br/Macedo/Ibama> Acessado em: 22/Nov/2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em: 10/Nov/2008.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 3.ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2000.

LEFF, Enrique (coord.) **A Complexidade Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **Epistemologia Ambiental**. 4ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LESLIE, Jacques. China's pollution nightmare is now everyone's pollution nightmare. Soc. Culture. March 19, edition. Cambodia, 2008. Disponível em: <http://newsgroups.derkeiler.com/Archive/Soc/soc.culture.cambodia/2008-03/msg00271.html> Acessado em 20/abr/2009.

LÉVÊQUE, Christian. **A Biodiversidade**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Mito e Significado**. (Coleção Perspectiva). Lisboa, Portugal: Edições 70, 1978.

\_\_\_\_\_. **Antropologia Estrutural**. (Biblioteca Tempo Universitário 7). 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **Antropologia Estrutural Dois**. (Biblioteca Tempo Universitário 45). 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

\_\_\_\_\_. **O Pensamento Selvagem**. 3ª. Ed. Campinas, São Paulo: PAPIRUS, 2002.

LITTO, Fredric M. Um Modelo para Prioridades Educacionais numa Sociedade de Informação. Projeto Pedagógico. **Pátio Revista Pedagógica** (1998) São Paulo: Diretor UDEMO, 2008. Disponível em: <http://www.udemo.org.br/Modelo.pdf>. Acessado em: 20/abr/2009.

MARTINS, R. S.; SOLER, A. C. P.; SOARES, A. M. Instrumentos tecnológicos e jurídicos para a construção da sociedade sustentável. In: VIANA, G; SILVA, M; DINIZ, N. (org.). **O Desafio da Sustentabilidade. Um debate socioambiental na Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. Pp. 157 – 182.

MARTINS, José de Souza; FORACCHI, Marialice Mencarini. **Sociologia e Sociedade** (Leituras de Introdução à Sociologia). Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

MARTINS, Paulo Roberto. Por uma política ecoindustrial. In: VIANA, G; SILVA, M; DINIZ, N. (org.). **O Desafio da Sustentabilidade. Um debate socioambiental na Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. Pp. 97-132.

MARX, Karl "[Edições «Avante!»](#)": "O 18 de Brumário de Louis Bonaparte (2ª Edição), Abril de 1984. Tradução de José Barata-Moura e Eduardo Chitas.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã (capítulo primeiro). In **Obras Escolhidas de Marx e Engels**. Lisboa, Portugal: Editora Avante, 1982, Tomo 1, pp. 4-74.

MARZOCHI, Samira Feldman. Os sistemas mundiais e a produção do 'desenvolvimento sustentável'. **Comunicação & política**, n.s., v.X, n.3, 2003, pp.125-141. Disponível em: <http://www.cebela.org.br/imagens/Materia/2003-3%20125-141%20samira%20feldman.pdf> Acesso em: 26/jan./2009.

MENDES, Leonardo Romeiro. **Aplicação Técnicas de Geoprocessamento para Análise Geomorfológica do Parque Estadual do Jalapão (TO) e Entorno**.

Dissertação (Mestrado em Geografia) Área de Concentração Gestão Ambiental e Territorial. Universidade de Brasília, UNB: Brasília, 2008.

MERICO, Luiz Fernando Krieger. Políticas Públicas para a Sustentabilidade. In VIANA, G; SILVA, M; DINIZ, N. (org.). **O Desafio da Sustentabilidade. Um debate socioambiental na Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. pp. 251-262.

MONTEIRO, A. V. V. M.; CHABARIBERY, D.; CILIARES, M. **Agricultura Familiar** e os elementos que compõe as concepções da relação homem natureza. Instituto de Economia Agrícola APTA/SAA. 2006. Disponível em: [http://sigam.cetesb.sp.gov.br/Sigam2/Repositorio/126/Documentos/apresentacao\\_af\\_concepcoes.pdf](http://sigam.cetesb.sp.gov.br/Sigam2/Repositorio/126/Documentos/apresentacao_af_concepcoes.pdf) Acesso em: 04/dez/2008.

NATURATINS. **Plano de Manejo do Parque Estadual do Jalapão.** Palmas, TO, 2003.

NIEMEYER, Ana Maria de; GODOI, Emília Pietrafesa de. **Além dos Territórios.** Campinas, São Paulo, 1998.

ODUM, Eugene P. **Ecologia.** Rio de Janeiro: Ed. Guanabara. 1988.

PARENTE, Temis Gomes. **O Averso do Silêncio.** Vivências cotidianas das mulheres do século XIX. Goiânia: UFG, 2006.

PIMBERT, Michel P.; PRETTY, Jules N. Parques Comunidades e Profissionais: Incluindo “Participação” no Manejo de Áreas Protegidas. In: Antonio Carlos. **Etnoconservação.** 2ª. Ed. (NUPAUP – USP), São Paulo: Annablume, 2000. Pp. 183-223.

PINTO, Edivan; MELO, Marluce; MENDONÇA, Maria Luisa. **O mito dos biocombustíveis.** 5 de Marzo del 2007. Disponível em: [http://www.gritodosexcluidos.com.br/artigosSemanais/artSem198/artigo\\_o\\_mito\\_dos\\_biocombustiveis.pdf](http://www.gritodosexcluidos.com.br/artigosSemanais/artSem198/artigo_o_mito_dos_biocombustiveis.pdf) Acessado em: 04/dez/2009

POSSAPP, James. **Projeto Capim Dourado: valorização do artesanato e da cultura tocantinense.** Agência de Desenvolvimento Turístico do Tocantins. Palmas: Notícias, 05/out/2006. Disponível em: <http://turismo.to.gov.br/noticia.php?id=57> Acessado em: 25/abr/2009

REBOUÇAS, Ligia Marcelino. **O Planejado e O Vivido:** o reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema. São Paulo: Annablume, 2000.

REZENDE, G. C. ; MARQUES, R. W. C. ; BRANDÃO, A. S.P. Crescimento agrícola no período 1999/2004: a explosão da soja e da pecuária bovina e seu impacto sobre o meio ambiente. **Economia Aplicada.**, Ribeirão Preto. v. 10, n. 2, June 2006 . Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-80502006000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502006000200006&lng=en&nrm=iso). Acessado em: 06/mar/2009.

RIBEIRO, Eduardo M; GALIZONI, Flávia M.; SILVESTRE, Luiz H.; CALIXTO, Juliana; ASSIS, Thiago R. Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Vol. 45, nº 04, Rio de Janeiro, out/dez 2007. pp. 1075-1102.

\_\_\_\_\_. **Agricultura familiar, cultura local e políticas públicas: o caso dos lavradores do Alto Jequitinhonha**. Disponível em: [www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A035.PDF](http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A035.PDF). Acesso em: 12/set/2008.

RODRIGUES, Waldecy. Valoração econômica dos impactos ambientais de tecnologias de plantio em região de Cerrados. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 43, n. 1, Mar. 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032005000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032005000100008&lng=en&nrm=iso). Acessado em: 06/mar/2009.

ROMERO, Thiago. Competitividade. China: crescimento industrial superior a 16% ao ano pode levar à crise de abastecimento energético. **Inovação Uniemp** vol.2 no.4 Sept./Oct Campinas: Instituto Uniemp, 2006. Disponível em: <http://inovacao.scielo.br/pdf/inov/v2n4/a08v02n4.pdf> Acessado em: 10/abr/2009.

ROUÉ, Marie. Novas Perspectivas em Etnologia: “Saberes Tradicionais” e Gestão dos Recursos Naturais. In: DIEGUES, Antonio Carlos. **Etnoconservação**. 2ª. Ed. (NUPAUP – USP), São Paulo: Annablume, 2000. Pp. 67 – 79.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social ou Princípios do Direito Político**. Coleção Grandes Obras do Pensamento – 13. São Paulo: Escala S/d.

SACHS, Ignacys. **Rumo à Ecosocioeconomia**. Teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

SACHS, Wolfgang. Neo-Development: global ecological management. In: MANDER, Jerry; GOLDSMITH, Edward. **The Case Against the Global Economy and For a Turn Toward the Local**, California, San Francisco: Sierra Club Books, 1996, pp. 239-252.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um Discurso sobre as Ciências**. 7a Ed., Porto: Afrontamento: 1995.

SANTOS, Milton. **Território e Dinheiro**. In: Território, Territórios. SANTOS, M. SOUZA, M. A. de (ORGS). PPGeo-UFF/, Niterói-RJ, 2002.

\_\_\_\_\_. **Pensando o Espaço do Homem**. (Coleção Milton Santos). São Paulo: Edusp, 2004.

\_\_\_\_\_. **Da Totalidade ao Lugar**. (Coleção Milton Santos). São Paulo: Edusp, 2005.

SCHENINI, P.C., COSTA, A.M., CASARIN, V. W. **Unidades de Conservação: Aspectos Históricos e sua Evolução.** COBRAC 2004 · Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário · UFSC Florianópolis · 10 a 14 de Outubro 2004. Disponível em: [http://geodesia.ufsc.br/Geodesia-online/arquivo/cobrac\\_2004/110.pdf](http://geodesia.ufsc.br/Geodesia-online/arquivo/cobrac_2004/110.pdf)  
Acesso em: 09/jan/2009.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Fome: a Marca de uma História. In GALEAZZI, Maria Antônia Martins (org.). **Segurança Alimentar e Cidadania.** Campinas, SP: Mercado das Letras, 1996.

SOCZEK, Daniel. **ONGs e Democracia - Metamorfoses de um Paradigma em Construção.** Curitiba, PR: Juruá Editora, 2007.

TOCANTINS, **Decreto lei Nº. 2.356**, do Governo do Estado do Tocantins de 24/fev./2005. SEUC. Tocantins, 2005.

VALLEJO, L. R. Unidades de conservação: Uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e políticas públicas. Comunicação. **I Seminário de Campos Temáticos de Doutorado** (Programa de Pós-Graduação em Geografia; Português) Rio de Janeiro, Niterói: Brasil Impresso, 2003.

VERÍSSIMO, Luís Fernando. **Novas comédias da vida privada:** a versão dos afogados. Porto Alegre: L&PM, 1997, p. 191.

VIANA, Rejane da Silva. A ocupação humana no Parque Nacional do Jaú-Amazonas. Anais do **XIV Congresso Nacional do CONPEDI** Fortaleza, 2005. CE. SC, Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006. 504p. Disponível em: <http://www.conpedi.org/manaus/arquivos/Anais/Rejane%20da%20Silva%20Viana.pdf>  
Acessado em: 20/fev./2009

**VIEIRA, F. M; et al. Mandioca e macaxeira (Manihot Mill.) como tema transversal na escola rural do ensino fundamental no Amazonas, Brasil.** *Revista Brasileira de Biociências, Porto Alegre, v. 5, supl. 1, p. 15-17, jul. 2007.*  
**Disponível em:**  
<http://www6.ufrgs.br/seerbio/ojs/index.php/rbb/article/view/51/55> **Acessado em: 26/mar/2009.**

ZUQUIM, Maria de Lourdes. **Os caminhos do rural: uma questão agrária e ambiental.** São Paulo: SENAC, 2007.

## ANEXO A

**Prezado(a) senhor(a),**

**Estamos realizando uma pesquisa pela Universidade Federal do Tocantins, com o propósito de conhecer o de que forma o homem que mora no PEJ e no entorno do PEJ, conhecem e se relacionam com o meio ambiente em que vivem.**

**Solicitamos sua colaboração.**

**Muito obrigada!**

### **QUESTIONÁRIO**

A pesquisa deve buscar desvendar como o homem local se relaciona com o meio ambiente no PEJ;

“aparentemente o não homem é preservacionista – sendo que algumas comunidades humanas preservam mais o meio do que a não presença humana que deixa o espaço a mercê da especulação imobiliária, da ocupação clandestina etc.”

Pesquisa com o homem que mora no PEJ:

**Objetivo: Se as presenças das comunidades tradicionais nas Unidades de Conservação levam a uma maior degradação ou conservação.**

#### **I – PERFIL DOS MORADORES E FAMÍLIAS**

1. NOME DO ENTREVISTADO \_\_\_\_\_

2. QUAL É O LOCAL DE ORIGEM DO(A) SENHOR(A)? Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

3. HÁ QUANTOS ANOS ESTÁ NO PEJ (Mumbuca)? \_\_\_\_\_

4. QUAL O MOTIVO QUE LHE TROUXE A MORAR NO PEJ?

1( ) Família morava aqui 2( ) Ganhou terras 3( ) Proximidade com a natureza 4( ) Comprou terras baratas 5( ) Veio trabalhar com o Capim Dourado 6( ) Ficou desempregado na cidade 7( ) Outros. Quais? \_\_\_\_\_

	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Nº	Condição no domicílio	Sexo	Idade	Nível de instrução	Frequenta escola	Sabe ler e escrever	Trabalha	Ocupação	Categoria de ocupação	Tem carteira assinada ou contrato de trabalho?	Renda Mensal	Procurou emprego nos últimos 3 meses
	Siga	Siga	Siga	Siga	Se sim (07)	SIGA	Se não (12)	SIGA	SIGA	SIGA	SIGA	FIM
01												
02												
03												
04												
05												
06												
07												
08												
09												
10												

QUESTÃO 01 - 01 – Chefe de família 02 – Cônjuge 03 – Filhos 04 – Outros dependentes 05 – Agregados 06 – Outros

QUESTÃO 02 - 01 – Feminino 02 - Masculino

QUESTÃO 03 (Escrever a idade)

QUESTÃO 04 (Escrever a última série que o indivíduo estudou – se superior ou técnico especificar o Curso)

QUESTÃO 05 - 01 – Sim 02 – Não

QUESTÃO 06 - 01 – Sim 02 – Não

QUESTÃO 07 - 01 – Sim 02 – Não

QUESTÃO 08 – (Escrever a ocupação do indivíduo, especificando sua função )

QUESTÃO 09 - 01 - Trabalhador doméstico 02 – Empregado privado 03 – Funcionário Público 03 - Artesão 04 – Agricultor 05 - Outras

QUESTÃO 10 - 01 – Sim 02 – Não

QUESTÃO 11- (Renda bruta advinda deste trabalho)

**1 - DIMENSÃO SOCIAL****I - Condições de Moradia**

1.1. Situação de posse de sua residência

( 0 ) alugada ( 1 ) cedida/doada ( 2 ) própria

1.3. Tipo de construção do domicílio

( 0 ) taipa ( 1 ) tijolo ( 2 ) tijolo/reboco

1.4. Tipo de piso do domicílio

( 0 ) barro ( 1 ) tijolo ( 2 ) cimento ( 3 ) cerâmica

1.5. Tipo de iluminação do domicílio

( 0 ) lamparina a querosene (velas) ( 1 ) lampião a gás ( 2 ) rede elétrica ( 3 ) óleo diesel ( 4 ) madeira/lenha ( 5 ) carvão - comprado

1.6. QUANTOS CÔMODOS TÊM SUA CASA (fora o banheiro)?

(0) dois (1) três (2) quatro ou mais

1.7. Alguns destes elementos aparece na sua casa?

ELEMENTOS	SIM	NÃO	TÉCNICA UTILIZADA
<b>Aproveitamento de água</b>			
<b>Horta</b>			
<b>Pomar</b>			
<b>Criação de Animais</b>			
<b>Energia Solar</b>			
<b>Fossa Negra</b>			
<b>Fossa Séptica</b>			
<b>Poço d'água</b>			
<b>Fogão Caipira</b>			
<b>Banheiro Séptico</b>			
<b>Compostagem (restos para adubo)</b>			
<b>Adobe (Tijolos)</b>			
<b>Telhado de Palha / Palmeira</b>			
<b>Pau-a-pique</b>			

<b>Outros</b>			
---------------	--	--	--

1.8. O (A) SENHOR (A) GOSTA DA SUA CASA? (0) Não Gosto (1) Indiferente (2) Um pouco (3) Gosto Muito

1.9. O (A) SENHOR (A) PENSA EM FAZER ALGUMA MODIFICAÇÃO/ REFORMA NA CASA OU PROPRIEDADE? (1) Não (2) Sim

1.10. O QUE O(A) SENHOR(A) PENSA FAZER

---

1.11. Qual o tamanho da sua casa com quintal?

---

### II - Aspectos Sanitários

2.1. Origem da água para consumo humano:  
( 0 ) diretamente do rio/lagoa ( 1 ) poço ou cacimba ( 2 ) chafariz ( 3 ) rede pública

2.2. Tratamento dado à água para consumo humano  
( 0 ) não tratada ( 1 ) tratada (cloro,filtro,fervida)

2.3. Grau de satisfação das condições sanitárias  
( 1 ) ruim ( 2 ) regular ( 3 ) bom (4) ótimo

2.4. Destino dado aos dejetos humanos  
( 0 ) céu aberto ( 1 ) enterrado ( 2 ) rede de esgoto ( 3 ) fossa

2.5. Destino dado ao lixo domiciliar  
( 0 ) céu aberto ( 1 ) enterrado/queimado ( 2 ) coleta ( 3 ) serve de alimento para animais ( 4 ) prefeitura recolhe

### III - Comunicação e Lazer

3.1. Meio de comunicação (falada, escrita e televisionada)  
( 0 ) não escuta rádio, não lê revistas/jornais e nem assiste Tv, não tem acesso à internet

( 1 ) escuta rádio, assiste Tv, mas não lê jornais e revistas

( 2 ) escuta rádio, assiste Tv e lê jornais e revistas

( 3 ) escuta rádio, assiste Tv, lê jornais e revistas, tem acesso à internet

3.2. Locais de lazer

( 0 ) não há atividade de lazer

( 1 ) Tenho atividades de lazer raras. Quais? \_\_\_\_\_

( 2 ) Tenho atividades de lazer freqüentes. Quais? \_\_\_\_\_

3.3. Quais são as atividades de lazer da família?

Atividades	Sim (1)	Não (2)	Local
Festas particulares			
Festas da comunidade			
Festas fora da comunidade			
Futebol			

Pesca			
TV			
Rádio			
Pontos no Parque			
Acampamentos			
Viagens			
Outros:			

3.4. Grau de satisfação em relação ao acesso aos meios de comunicação e lazer  
( 1 ) ruim ( 2 ) regular ( 3 ) bom (4) ótimo

3.5. Comparando as atividades de lazer dos moradores daqui do PEJ e dos Turistas O(A) SENHOR(A) ACHA QUE, as atividades de lazer:

(1) são as mesmas ( 2 ) O lazer dos Turistas é melhor porque

3( ) o lazer dos moradores é melhor porque

#### IV - Saúde

4.1. Prestação de serviços de saúde no bairro/comunidade

- ( 0 ) ausência de um posto de saúde  
( 1 ) atendimento por agente de saúde  
( 2 ) posto de saúde onde são oferecidos serviços básicos (primeiros socorros, vacinação)  
( 3 ) existência de um posto de saúde equipado, oferecendo consultas e outros serviços

4.2. Grau de satisfação em relação aos serviços de saúde prestados

- ( 1 ) ruim ( 2 ) regular ( 3 ) bom

4.3. Quando alguém da família adoece TOMA que tipo de remédio? ( 1 ) Da farmácia ( 2 ) Caseiro /Plantas ( 3 ) Homeopático ( 4 ) Não fazia uso

4.4. Qual(is) são os remédios caseiros/plantas usados ?

Remédio / Planta / Animal	Doenças tratadas

4.5. QUAIS OS OUTROS TIPOS DE TRATAMENTOS DE SAÚDE USADOS PELA FAMÍLIA?

( 1 ) Médicos ( 2 ) Benzedeira (3) Curandeiro ( 4 )Igrejas

4.6. QUAIS AS DOENÇAS MAIS CURADAS PELOS TRATAMENTOS?

Tipo	Doenças	Remédios
Benzedeira		
Curandeiro		
Igrejas		

**V - Educação**

(entrevistado e sua família)

5.1. Grau de satisfação em relação ao nível de educação da família

( 1 ) ruim ( 2 ) regular ( 3 ) bom

5.2. ONDE ESTUDAM AS PESSOAS DA FAMÍLIA de 6 a 18 anos?

( 1 ) Na localidade ( 2 ) Fora da localidade ( 3 ) Ambos ( 4 ) Não estudam

5.4. QUAIS OS TIPOS DE ATIVIDADES TÊM NA ESCOLA?

( 1 ) Reunião de pais ( 2 ) Festa/comemoração  
 ( 3 ) Atividade voluntária ( 4 ) Reunião de Assuntos da Comunidade  
 ( 5 ) Outros\_\_\_\_\_

5.5 A NOVA ESCOLA FOI IMPORTANTE PARA COMUNIDADE:

( 1 )muito para todas as atividades na comunidade;  
 ( 2 )muito para educação;  
 ( 3 )importante porque alunos que tinham que sair para estudar, hoje estudam aqui;  
 ( 4 )mais ou menos importante;  
 ( 5 ) a educação continua a mesma só mudou o prédio;  
 ( 6 )fizeram muito alarde e só piorou, porque

---

5.6. As professoras que dão aula na escola são:

( 1 ) da comunidade ( 2 ) da comunidade e de fora ( 3 ) de fora da comunidade

**VI - Associativismo e Capital Social**

6.1. Participa de alguma associação, clube cívico ou cooperativa?

( 0 ) não ( 1 ) sim Qual:

---

6.2 Participa de reuniões para tratar de assuntos comunitários?  
( 0 ) não ( 1 ) sim

6.3. HOJE A FAMÍLIA PARTICIPA DE ALGUMA ATIVIDADE COMUNITÁRIA?

6.4. HOJE ALGUÉM DA FAMÍLIA PARTICIPA OU JÁ PARTICIPOU:

( 1 ) Associação moradores ( 2 ) Sindicato

( 3 ) Associação do Capim Dourado ( 4 ) Outra Associação \_\_\_\_\_

<b>Atividades</b>	<b>Não (0)</b>	<b>Sim (1)</b>
<b>Grupo de família</b>		
<b>Atividades religiosas (culto, missa, novena ou outras)</b>		
<b>Atividades promovidas pela escola</b>		
<b>Mutirão / Trabalho voluntário</b>		
<b>Defesa dos direitos (reuniões, assembléias)</b>		
<b>Outras</b>		

6.5. Grau de satisfação com o desempenho da associação, clube cívico ou cooperativa.  
( 1 ) ruim ( 2 )

regular ( 3 ) bom

6.6. HOJE O(A) SENHOR(A) SE SENTE INTEGRADO/UNIDO A NESTA COMUNIDADE?

( 1 ) Muito ( 2 ) Um pouco ( 3 ) Não se sente integrado

## **DIMENSÃO ECONÔMICA**

### **VII - Renda**

7.1. Qual dessas atividades o (a) senhor (a) ou a sua família exercem?

<b>Tipo de Produto</b>	<b>Finalidade</b>	
	<b>Consumo</b>	<b>Vendas</b>
<b>Extração do Capim</b>		
<b>Artesanato de capim</b>		
<b>Lavoura</b>		
<b>Criação (carne)</b>		
<b>Criação (ovos)</b>		
<b>Beneficiados: doces, farinhas, mel, óleo etc.</b>		
<b>Frutos Cerrado/mata</b>		
<b>Exploração Turismo</b>		
<b>Funcionário Público</b>		



## 7.4. O (A) SENHOR (A) TEM CRIAÇÃO DE ANIMAIS?

Criação	Quantos (nº cabeças)
Bovinos	
Suínos	
Aves (galinhas)	
Carneiro	
Outros:	

## 7.5. QUAL É O TIPO DE PASTAGEM?

(1) Nativa      (2) Formada: \_\_\_\_\_ Tamanho do pasto: \_\_\_\_\_

## 7.6. O (A) Senhor(a) participa da extração do capim dourado? (1) sim (2) não

Local do comércio	Descrever Onde.	Todo Ano	Meses de Seca	Meses de Chuva
Mateiros				
Feira				
Ponte Alta				
Em outras cidades				
Estabelecimento comercial				
Outros				
Outro Estado				
Ponto Turístico no PEJ				



**III - Bens de Consumo Duráveis**

## 8.1. Acesso a bens de consumo duráveis

G I ( ) energia elétrica ( ) água encanada ( ) Fogão ( ) Geladeira ( ) TV

G II ( ) celular ( ) telefone convencional ( ) motocicleta ( ) carro ( ) computador

( 0 ) Não possui nenhum dos bens acima citados

( 1 ) Possui pelo menos um dos bens do grupo 1 e nenhum do grupo 2

( 2 ) Possui pelo menos um dos bens dos grupos 1 e 2

## 8.2. Grau de satisfação em relação ao acesso a bens de consumo duráveis

( 1 ) ruim ( 2 ) regular ( 3 ) bom

**IX-DIMENSÃO AMBIENTAL**

## Meio Ambiente

## 9.1. Que situações são percebidas com relação ao meio ambiente:

( ) Há muitas queimadas e desmatamentos no município.

( ) A exploração das atividades turísticas tem agredido o ambiente natural local.

( ) Há presença de atividade em agricultura e pecuária que degradam o ambiente.

( ) Há muito lixo presente na localidade.

( ) Há muitas doenças advindas das condições sanitárias inadequadas.

( 0 ) Marcou três ou mais itens

( 1 ) Marcou até dois itens

( 2 ) Não assinalou nenhum item

## 9.2. Qual o seu grau de satisfação em relação à preservação do meio ambiente local?

( 0 ) Ruim ( 1 ) Regular ( 2 ) Bom

9.3. Se entrasse na sua casa ou lote sem ser convidado um "xxxxxxxxxxx", o que você faria?<sup>65</sup>

Mataria (0)

Afugentaria (1)

Gostaria que ele permanecesse (2)

Seria indiferente (3)

Coelho	Tamanduá.	Capivara,	Lobo-guará,
Onça	Macaco	Cutia	Morcego
Beija-flor	Cobra	Jabutí	Veado

<sup>65</sup> Buscar referencia do por que destes animais.

9.4. Sobre o cultivo da terra:

( 1 ) Cultiva produtos agrícolas ( 2 ) Faz extração de capim dourado ( 3 ) Faz extração de madeira / frutos / outros \_\_\_\_\_) ( 4 ) Cria animais / cultiva pastos d- ( 5 ) Cria abelha / mel ( 6 ) Pratica caça

9.5. A caça é para ( 1 ) lazer ( 2 ) comer ( 3 ) vender

9.6. PARA PREPARAÇÃO DA "TERRA" PARA CULTIVO E/OU PARA PASTAGEM é USADA:

( 1 ) Queimada ( 2 ) Carpir com a enxada ( 3 ) Arar com trator ( 4 ) Rodízio de áreas ( 5 ) Abrir novas áreas no cerrado ( 6 ) Só utilização de áreas já abertas

9.7. O LOCAL DE TRABALHO O(A) SENHOR(A) é:

( 1 ) Proprietário ( 2 ) Ocupante ( 3 ) Arrendatário ( 4 ) Trabalhador

9.8. QUAL É O TAMANHO DA PROPRIEDADE/ÁREA QUE O(A) SENHOR(A) TRABALHA/ USA?

9.9. As estradas são boas? ( 1 ) sim ( 2 ) não

9.10. Se asfaltarem as estradas melhoraria a vida de vocês?\_ ( 1 ) sim ( 2 ) não  
Por quê?

---

9.11. Se asfaltarem as estradas irá prejudicar o meio ambiente no PEJ? (1 ) sim ( 2 ) não

De que forma? \_\_\_\_\_

---

9.12. COMO O(A) SENHORA(A) QUALIFICA O AMBIENTE (NATUREZA) DO PARQUE DO JALAPÃO?

- (1) Muito bonito/ deve ser preservado;
- (2) Tem muitas espécies de plantas e animais, precisam de cuidado para não acabar com tudo;
- (3) Um pouco seco/ é preciso desenvolver mais as propriedades agrícolas;
- (4) Aqui é tudo igual, onde você vá, ou tem areia ou mata e água, é que virou moda, mas é assim desde que o mundo é mundo;
- (3) Tem lugares que precisam de cuidado, porém a maior parte é muito seca e precisaria de mais gente vivendo para levar um pouco de vida e água;
- (4) Está bom como está;
- (5) Não tenho opinião.

9.13. Quem conserva mais o ambiente: (1) o turista ou (2) o morador. POR QUÊ?

---

9.14. A maioria dos moradores do PEJ (ou do entorno) se preocupa em preservar o ambiente?

( 1 ) sim ( 2 ) não

**X. Segurança:**

10.1. Existe algum dos tipos de problemas de segurança?

Problema	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Problemas com os vizinhos											
Furtos/ assaltos											
Bebidas e outras drogas											
Invasão de animais silvestres											
Disputas por terras											
Disputas por madeiras											
Disputas por pontos turísticos											
Disputas por capim dourado											
Outros											

**XI. PROPRIEDADE RURAL**

11.1. QUAIS ESTRUTURAS TÊM NA PROPRIEDADE?

(1) Casa de Farinha (2) Engenho (3) Galinheiro (4) Chiqueiro (5) Curral (6) Horta (7) Outras estruturas:

11.2. Qual é o tamanho total da área?

11.3. É PRATICADA A QUEIMADA PERIODICAMENTE NA SUA PROPRIEDADE? (1) Sim (2) Não

11.4. A ÁREA JÁ ESTAVA ABERTA QUANDO VOCÊ ADQUIRIU A PROPRIEDADE? (1) Toda (2) Parte (3) Não estava aberta.

11.5. A PROPRIEDADE É PRODUTIVA: (1) Cobre as despesas e dá lucro, (2) Cobre as despesas (3) Não cobre as despesas (4) Só dá prejuízo

11.6. HÁ ALGUM TIPO DE PRESSÃO DOS ADMINISTRADORES DO PARQUE QUANTO A PRÁTICA AGRÍCOLA E PECUÁRIA? (1) Sim (2) Não

11.7. QUAIS AS PLANTAS CULTIVADAS?

11.8. HOJE ONDE O (A) SENHOR(A) COMPRA OS AGROTÓXICOS

11.9. QUEM INDICA OS AGROTÓXICOS?

11.10. ONDE O(A) SENHOR(A) GUARDA OS AGROTÓXICOS?

\_\_\_\_\_

11.11. O QUE O(A) SENHOR(A) FAZ COM AS EMBALAGENS VAZIAS?

(1) Reutiliza (2) Enterra (3) Queima (4) Céu aberto

(5) Devolve para o vendedor (6) Outras: \_\_\_\_\_

11.12. QUEM APLICA O AGROTÓXICO?

\_\_\_\_\_

11.13. O QUE USA PARA SE  
PROTEGER? \_\_\_\_\_

11.14. ALGUÉM DA FAMÍLIA JÁ TEVE PROBLEMAS COM O USO DE AGROTÓXICOS?

( 1 ) Sim ( 2 ) Não

11.15. COMO FOI O PROBLEMA COM O AGROTÓXICO?

\_\_\_\_\_

11.16. O QUE FIZERAM PARA CUIDAR DO PROBLEMA COM O AGROTÓXICO?

\_\_\_\_\_

11.17. O(A) SENHOR(A) PRETENDE EXTENDER SUA ÁREA DE PLANTAÇÃO? (1)

Sim ( 2 ) Não

Quanto de área total? \_\_\_\_\_

11.18. E COM A DEMARCAÇÃO DAS ÁREAS DO PEJ E A DESTINAÇÃO DESTAS  
ÁREAS PARA PRESERVAÇÃO, E A POSSIBILIDADE DE SAÍDA DE VOCÊS AQUI  
DESSA ÁREA:

<b>Qual seria sua disposição a receber a indenização para mudar de local?</b>	<b>Observações</b>
Recebo a indenização e compro terras em outro local (1)	
Mesmo que eles nos indenizem as terras, não vou mudar daqui, onde sempre morei, eles que nos tirem a força (2)	
Outra	

## **XII- DEBATE SOBRE O DESTINO DO PEJ**

12.1. NOS ULTIMOS TRÊS ANOS TEM NOTÍCIA DE ALGUMA REUNIÃO, FORUM, PALESTRA, DEBATE SOBRE O DESTINO OU FILANIDADE DO PARQUE NACIONAL DO JALAPÃO?

PARTICIPAÇÃO	Sim, têm muitas	Sim, às vezes	Sim, raramente	Tem, mas não participo	Não tenho conhecimento	Nunca teve aqui
PEQUENAS REUNIÕES						
PALESTRAS DE						

ESTRANHOS						
DESBATES NA COMUNIDADE						
REUNIÕES DA ADMINISTRAÇÃO DO PARQUE COM A COMUNIDADE						
DO GOVERNO COM A COMUNIDADE						
DA PREFEITURA COM A COMUNIDADE						

### XIII - CONHECIMENTO SOBRE CERRADO

#### 13.1. QUAIS OS FRUTOS E PLANTAS DO CERRADO/MATA SÃO CONSUMIDOS?

Fruto/Planta	SEMPRE	ÀS VEZES	RARAMENTE	NUNCA	Fruto/Planta	SEMPRE	ÀS VEZES	RARAMENTE	NUNCA
Babaçu					Curriola				
Babão (coco)					Macaúba				
Bacaba					Mangaba				
Bacupari					Maracujá do mato				
Buriti					Murici				
Buritirana					Oiti				
Cagaita					Olho de boi				
Cajuí					Pequi				
Capim Dourado					Puçá				
Coquinho					Xixá				

#### 13.2. QUAIS SÃO AS CAÇAS CONSUMIDAS?



## 13.3 QUAIS OS PEIXES QUE PESCA?

Peixes	Sempre	Às Vezes	Raramente	Nunca	Peixes	Sempre	Às Vezes	Raramente	Nunca
Baiacu					Ladina				
Barbado					Lambari				
Beradeira					Mandi				
Bico de pato					Mandi cab. Ferro				
Bicuda					Mandi Muela				
Branquim					Mariana				
Cachorra					Pacu				
Caranha					Piaba				
Cari					Piabanha				
Corró					Piau				
Curumatã					Piranha				
Curvina					Sardinha				
Dourada					Surubim				
Facão					Surubim chicote				
Fidalgo					Surubim tora				
Filhote					Traíra				
Jaú					Tucunaré				

**XIV - HISTÓRIAS PASSADAS:**

14.1. COMO SE FORMOU ESTA COMUNIDADE?

14.2. O (A) SENHOR (A) FAZ PARTE DA FAMÍLIA DA FORMAÇÃO? (1) Sim (2) Não

14.3. O (A) SENHOR (A) O QUE ACHA DE VIVER AQUI?  
 (1) Tenho orgulho;  
 (2) Gosto muito;  
 (3) Já me acostumei;  
 (4) Não vejo a hora de morar em outro lugar, que seja  
 \_\_\_\_\_  
 (5) Não gosto de viver aqui.

**XV- PERSPECTIVAS FUTURAS**

1. O(A) SENHOR(A) PENSA EM VENDER/ RECEBER INDENIZAÇÃO PELA SUA PROPRIEDADE E SAIR DO PEJ? (1) Sim (2) Talvez, dependendo do valor da indenização  
(3) Sob hipótese ou valor algum estaria disposto a sair do PEJ. Por quê?  
\_\_\_\_\_
2. Qual valor total estaria disposto a receber para se mudar do seu atual local de moradia? R\$ \_\_\_\_\_
3. O MAIOR RECEIO DO (A) SENHOR (A) É?

<b>MAIOR RECEIO</b>			
<b>POSSIBILIDADES</b>	<b>Não (0)</b>	<b>Sim (1)</b>	<b>COMENTÁRIOS</b>
Ser expulso de MUMBUCA independente de receber indenização;			
Ser expulso de MUMBUCA e não receber indenização;			
Ser expulso de MUMBUCA, receber indenização e não me adaptar em outro lugar;			
Não tenho receio de nada;			
<b>OUTROS</b>			

4. SE O (A) SENHOR (A) SAIR DAQUI, ONDE PENSA, OU GOSTARIA DE MORAR?

**XVI – ATITUDE EM RELAÇÃO AO OUTRO:**

16.1. QUANDO O (A) SENHOR (A) VÊ UM ESTRANHO DERRUBANDO (CARPINANDO, QUEIMANDO, PASSANDO TRATOR) PARTE DO CERRADO OU MATA, O (A) SENHOR (A):

<b>LOGO PENSA</b>			
<b>POSSIBILIDADES</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>COMENTÁRIOS</b>
1. Tem gente nova tentando entrar no pedaço;			
2. É a administração do PEJ fazendo obra;			
3. É alguma coisa ilegal e estranha;			
4. Isso é comum aqui;			
5. É alguém daqui que não conheço;			
6. Outros:			

## 16.2. DEPOIS DE PENSAR, QUAL SUA ATITUDE: (IR PARA PÁG 15)

POSSIBILIDADES	ATITUDE		COMENTÁRIOS
	SIM	NÃO	
1. Não faço nada, não é problema meu;			
2. Pergunto diretamente para pessoa quem ela é, e o que está fazendo, e depois aviso alguém da administração do PEJ;			
3. Pergunto diretamente para pessoa quem ela é, e o que está fazendo, e depois aviso alguém de confiança em Mateiros;			
4. Converso com a pessoa tentando saber quais as intenções dela ali, se desconfiar de algo aviso alguém da administração do PEJ;			
5. Converso com a pessoa tentando saber quais as intenções dela ali, se desconfiar de algo aviso alguém da administração do PEJ;			
6. Eu mesmo sou o(a) primeiro (a) a falar para pessoa sair dali;			
7. Chamo os guardas, ou a polícia (Ibama, Mateiros, etc.);			
8. Outros:			

## 16.4. GOSTARIA DE FALAR OU COMENTAR ALGUMA COISA?



## ANEXO B

Prezado (a) Senhor (a),

Por meio deste e-mail Thelma Valentina de Oliveira Fredrych em nome da pesquisa **“Comunidade Mumbuca: Vivendo os Entraves e Desafios de ter seu Território incorporado a Unidade de Conservação”**, a ser concluída para o Mestrado em Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Tocantins (PGCIAMB-UFT), requisita a Vossa Senhoria que responda 4 (quatro) perguntas sobre a situação das Comunidades Tradicionais presentes nos Parques Nacionais e Estaduais – Unidades de Conservação de Proteção Integral.

### Contexto:

No Brasil há mais de 478 Unidades de Conservação (UC) de Proteção Integral regidas pela Constituição Federal de 1988, Art. 225, e Lei Nº 9.985 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), além dos Planos de Manejo correspondentes a cada área. A delimitação de áreas naturais em reservas, foi a maneira encontrada pelo país, e em outras partes do mundo para preservar a natureza.

O primeiro Parque Nacional foi criado no Rio de Janeiro em Itatiaia em 1937, com base no Código Florestal de 1934, e desde então se vem criando UCs nos diversos cantos do país na tentativa de preservar a nossa diversidade ambiental. Este montante, segundo a Conservação Internacional Brasil (2008), representa 37 milhões de alqueires separados no território nacional, muitos dos quais moram, ou moravam pessoas.

Em muitos lugares que foram transformados em Parques houve conflitos entre as comunidades tradicionais, ou caiçaras ou rurais que vivem dentro, ou ao redor das áreas, e os seus órgãos gestores (DIEGUES, 2005). Apesar da determinação da lei das UCs ser para a retirada das populações, essa não tem sido frequentemente cumprida.

Diante deste quadro:

- 1º. Qual a sua opinião sobre a existência das Unidades de Conservação de Proteção Integral no país?
- 2º. Quais são os pontos fortes e fracos do atual marco regulatório brasileiro para as Unidades de Conservação?
- 3º. O senhor (a) é a favor ou contra a permanência de comunidades tradicionais (e outras) dentro ou ao redor das Unidades de Conservação? Por quê?
- 4º. Qual seria em sua opinião a melhor maneira de proceder com as comunidades tradicionais em termos do marco regulatório? A legislação deveria mudar ou permanecer a mesma?